Hip-Hop. Perigo público págs. 2 e 28 • **Cartas que derrubam muros** págs. 18 e 19 • **Revolução em Rojava: 10 anos** págs. 29 a 31

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

NÚMERO 35
SETEMBRO-NOVEMBRO 2022
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Catarina Leal

O território contra o Estado

Multiplicam-se os exemplos de litígios entre o Estado e comunidades que o querem ultrapassar, reclamando um poder decisório sobre onde habitar e como gerir os seus territórios. Nas lutas anti-mineração, como no Barroso, as gentes lançam redes e organizam o combate **[págs. 4 a 7]**. Um «renascimento rural» ganha corpo, apesar da perseguição a quem devolve vida a aldeias abandonadas **[págs. 12 e 13]**, reavivando a memória dos lugares e tecendo o futuro para além do capitalismo **[págs. 22 e 23; 38 e 39]**. Na cidade, o terreno é cada vez mais disputado, como em Gaia, onde se luta pelo direito à habitação **[págs. 10 e 11]**.

10 anos de informação crítica

Em 2022, o Jornal MAPA celebra o seu décimo aniversário. Poster nas páginas centrais.

Já não há papel

A difícil relação entre um jornal e a indústria especulativa do papel, uma das mais intensivas em consumo energético, depois das indústrias químicas, petrolíferas e do aço. **[págs. 14 a 16]**

Maldita Seja a Guerra

Crónica de Jorge Valadas **[págs. 26 e 27]** e entrevista a Antti Rautiainen, sobre a resistência à guerra na Rússia **[págs. 24 e 25]**

Música Sem Filtros

A música à volta do Jornal MAPA chega ao seu volume 3 com rimas de *rap* consciente e de intervenção.

Porque a música permanece como um lugar de encontro de informação crítica e um espaço onde todos os dias se resiste e se constroem comunidades em liberdade, eis mais um volume de *Música Sem Filtros*.

Trata-se da terceira compilação em formato digital em que diferentes artistas e bandas se mostram solidários com o MAPA, doando um tema próprio, cujas receitas, cada vez que se descarregam as músicas no Bandcamp, revertem para o jornal, sem prejuízo, claro, de se poderem ouvir gratuitamente. Basta ir a musicajornalomapa.bandcamp.com.

Desta vez, é todo um volume em torno do *hip-hop*. A expressão musical que reiteradamente se vê alvo da sanha persecutória do Estado, pois, apesar da sua crescente e afirmada popularidade, nasce de expressões artísticas e culturais «marginais» das «populações que habitam em territórios periféricos ("zonas sensíveis"), populações racializadas, culturas políticas que desafiam a norma», como adiante é escrito nesta edição (p.28) a propósito do último Relatório Anual de Segurança Interna, que persiste na «lógica perversa, [de apontar] a origem de qualquer "problema" nesses hábitos peculiares – como fazer música – e nas vivências de certas camadas populacionais, geralmente minoritárias.»

LBC, como é conhecido o *rapper* cabo-verdiano da Cova da Moura Flávio Almada, é, nesta *Música Sem Filtros*, uma das vozes incontornáveis de intervenção no *hip hop* em crioulo. NEX SUPREMO debita o seu *rap* crioulo directamente do bairro do Fim do Mundo (Estoril), onde nasceu e começou a escrever e a lançar rimas desde os 10 anos de idade. As suas letras têm-se destacado pela forma como descrevem vidas periféricas e as políticas sociais à sua volta.

No feminino, do Monte da Caparica, surge JUANA NA RAP, outro nome fundamental do *rap* crioulo que, como a Livraria das Insurgentes (que entrevistamos neste MAPA, na p. 40) anunciava na divulgação do seu concerto, «espalha histórias de vida que são lutas diárias de amigxs, de vizinhxs, do bairro, da cidade invisível». JJ 2000 FANTASMAS corresponde a Jumping e Jeremy, a dupla feminina que dá nome a este projecto. Conhecidas do projecto Djamal, nos anos 1990, destacam-se pelas letras de luta e perspectiva feminista num movimento que ainda se sente patriarcal.

NA ZONA é um músico de origem angolana a viver na Margem Sul do Tejo, que cruza experiências de vida em ambas as terras, dotado de uma musicalidade original na forma como junta a voz ao instrumental. Por sua vez, VIBRATION MATTERS, entre o *hip-hop* e o *reggae dub*, junta Freddy Locks e Bdjoy na escrita e vozes, Bruno Crux e Gunsu na produção instrumental e visual (e outros tantos convidados), num *sound system* de vibração em crioulo, inglês e português sempre consciente.

BRANCO, *rapper* de referência em Setúbal, é um escritor de letras com um *flow* muito próprio, de vocabulário rico e letras que intervêm no espaço onde habita, convive e observa. Representantes do centro do país, A VELHA CAPITAL é *hip-hop* que nasceu a partir da união entre diferentes colectivos musicais da cidade de Coimbra. Mais a norte, de Braga, ÂNGELA POLÍCIA, projecto de Fernando Fernandes, apresenta-se como «uma manifestação de intervenção social e espirros emocionais», numa fusão de *hip-hop*, *dub* ou *punk*, à volta da «consciencialização, injustiça, violência, depressão, união, rotina, boémia ou sobrevivência.» Por fim, de ARDE ESSE MAMBO diz-se que se trata de um *eletcro punk* do *Kuduro* que, «com raízes no submundo, traz a raiva que este mundo injusto nos provoca sob a forma de vibrações caóticas e altamente dançáveis! Um trio de criaturas benévolas, mas movidas por forças obscuras» que diz «cuspir uma mensagem de revolta».

O anterior volume compilatório de *Música Sem Filtros* contara com SKAPARAPID, *ska* de Valência; o *reggae* de RAS MJ SOULJAH, da Cova da Moura; o *rap reggae* de tradição cabo-verdiana de BDJOY; o *hip-hop* de intervenção de TK & PIKA; os *beats* de MORAIS; o *free jazz* de RICARDO BARRIGA; o *punk rock* pirata de BLACK JOKE; o *hardcore old school* dos QUESTIONS, de São Paulo; o *punk* rural do Porto dos TRASHBAILE; encerrando com a electrónica experimentada a partir da margem sul do Tejo de PUÇANGA.

A edição inaugural – já depois da reedição em CD da k7 VIVER / FESTA, dos C.O.M.A., *hip hop* anarquista de finais de 1990 – surgira com o *rap* crioulo das periferias de Lisboa de KARLON KRIOULO; com BOSS e as suas cumplicidades com CALLA LA ORDEN, de Burgos; o *rapper*/activista Luso-Angolano BRUCE GEE; SCÚRU FITCHÁDU e o seu *Electro Funaná Punk Hardcore*; o *punk rock* no feminino de ANARCHIKS; o *streetpunk* antifa de ALBERT FISH; o *anarcopunk folk* gerado em Lisboa pelos SHARP KNIVES; e a atitude interventiva do *reggae* de FREDDY LOCKS. Todos estes trabalhos se mantêm disponíveis para audição livre ou compra solidária no Bandcamp do Jornal MAPA.

ALERTA!

No ano passado, imprimir 3000 jornais com 48 páginas custava-nos €1157. Em Janeiro deste ano, um aumento para €1686 forçou-nos a diminuir margens ao formato e números às páginas, descendo para as 40, de forma a limitar o custo para €1432. Um novo aumento na presente edição sobe os valores para os €1736. Falamos apenas dos preços da gráfica, dado que, por trimestre, os custos totais do MAPA (portes, incluindo o envio para todas as bibliotecas municipais do continente e ilhas, e despesas logísticas) chegam perto dos €3000. Recorde-se que o trabalho escrito, ilustrado e paginado, e mesmo o de distribuição, é todo ele de base voluntária. Tudo isto significa que, a cada número que passa, o prejuízo que o MAPA sempre deu se aprofunda cada vez mais, num aperto cada vez maior de sustentabilidade do projecto.

Porque não queremos abdicar de ser um jornal para ser folheado, lido e debatido, porque nos queremos recusar a ir diminuindo de tamanho, gramagem, tiragem, ou periodicidade, apelamos às vossas assinaturas, já que são elas que sustentam a nossa continuidade. Anunciamos ainda um crowdfunding, a ser iniciado brevemente, e lançamo-vos um convite de, mais para o final do ano, celebrarem connosco os 10 anos deste jornal de informação crítica.

De resto, um sentido obrigado a quem nos lê e apoia.

Assinatura normal:

Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:

Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)

OS INCOMODATIVOS
REVOLTA
MANO, JÁ REPARASTE QUE OS SOFÁS DOS CENTROS SOCIAIS SÃO SEMPRE BUÉ CONFORTÁVEIS?
ISSO É PORQUE ESTÃO TODOS ARREBENTADOS, E ENTÃO O CU AFUNDA
NICE
NÃO, MANO, É DO AMBIENTE, É A LIBERDADE E CAMARADAGEM QUE SE RESPIRA NESTES ESPAÇOS
TÁ BEM, FICA NA TUA
ANYWAY, ACENDEMOS OUTRA?
CBL

Um olival super intensivo e zero infrações à lei: o caso dos Foros de Vale Figueira

No dia 1 de outubro de 2021, os vizinhos das Courelas da Caneira, perto da aldeia dos Foros de Vale Figueira, em Montemor-o-Novo, acordaram com movimentações no terreno que os circunda. O terreno, com cerca de 20 hectares, e que está imediatamente ao lado de um conjunto de 20 casas com cerca de 30 habitantes, parecia preparar-se para uma intervenção desproporcional. Os tratoristas, quando questionados, diziam que tinham ordens para não revelar nada. Quatro dias depois estava instalado um olival intensivo com 50 mil árvores.

SANDRA FAUSTINO /
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Enquanto as máquinas preparavam o terreno para plantação, os vizinhos das Courelas da Caneira dirigiram uma carta à Junta de Freguesia dos Foros de Vale Figueira procurando saber o que estava destinado a acontecer naquele terreno. A carta não teve resposta. No dia 5 de outubro, enviaram nova carta, assinada por 21 vizinhos, desta vez à então presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, procurando saber se existia alguma autorização ou licenciamento para a empreitada. Nesse mesmo dia estava já implantado um olival super intensivo: 2,500 oliveiras por hectare, num total de 50,000 mil oliveiras, plantadas à distância de 1 metro entre elas e de 3 metros entre filas, com rega gota-a-gota. No dia 12 de outubro chega a resposta do Município, que afirma ter apenas conhecimento de um pedido de parecer para o arranque de 1 hectare de olival antigo que antes ocupava parte daquele terreno – ao qual o Município respondeu positivamente. No dia 14 de outubro, os vizinhos respondem à presidente da Câmara, já com o apoio da Associação ZERO, elencando uma série de leis e de decretos que o Município pode mobilizar para intervir. Nessa lista está o Plano Diretor Municipal (PDM) de Montemor-o-Novo, revisto apenas um mês antes, em setembro de 2021, e que passa a considerar interdita a instalação de olivais e pomares super intensivos fora da área de rega da Barragem dos Minutos (artigo 26, alínea c), como é o caso. Esta última carta nunca recebeu resposta e, entretanto, entra em funções o novo executivo camarário, como resultado das eleições autárquicas do mês anterior. A 26 de outubro, os vizinhos dirigem nova carta ao atual Presidente do Município, desta vez assinada por cerca de 30 vizinhos. A resposta, elaborada pelo Engenheiro do Ambiente, afirma que o pedido de parecer sobre o arranque do olival antigo já tinha dado entrada no sistema antes da revisão do PDM e que, portanto, nada a fazer – embora expresse a vontade política do Município de, no futuro, se pronunciar desfavoravelmente nestas situações.

O terreno, que é propriedade de um particular da aldeia, está alugado a uma empresa – Number Simulation, Lda – sobre a qual ninguém sabe nada, à exceção do NIF e morada que figuram em meia dúzia de diretórios online. Em novembro de 2021, aparece junto ao olival uma placa confirmando o subsídio do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR2020) a um projeto de «investimento em olival e equipamentos», com o objetivo de «dinamizar os territórios rurais». Sem certezas, os vizinhos desconfiam que a Number Simulation, Lda é apenas uma intermediária burocrática.

Nos meses que se seguem, os vizinhos contactam a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de Lisboa e de Portalegre e a Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) do Alentejo: todas elas respondem que o caso é da exclusiva competência da Câmara Municipal. A APA confirma até que a empresa tem licença para extrair água da charca e para pesquisar águas subterrâneas através de um furo, e o Diretor Regional da DRAP escreve que «esta é a atual dinâmica da agricultura alentejana» e que tudo está regulado pela lei – passando a elencar as várias leis e decretos que enquadram o arranque de árvores, a rega intensiva ou o uso de agroquímicos.

Enquanto isto, o olival super intensivo passa a acolher também painéis solares e há pulverizações com herbicidas e fertilizantes: as oliveiras, plantadas há menos de 1 ano, já têm um metro de altura. Em abril de 2022, os vizinhos das Courelas da Caneira organizam uma sessão pública na aldeia, tentando chamar a atenção da população para o olival. Um mês mais tarde, organizam novo encontro, desta vez com a mostra do filme «O Lado Negro do Azeite», de Sandra Cóias. Mas, à exceção de quem sente a presença do olival na sua paisagem, a restante população da aldeia não parece querer lutar contra o olival, e a Junta de Freguesia, apesar de demonstrar o seu apoio, não se quer comprometer com qualquer ação que responda ao artigo 26º do PDM.

Apesar disso, os cerca de 30 vizinhos do olival sabem que esta agricultura é um ícone da destruição do ecossistema alentejano e uma ameaça a todas as formas de vida. Os vizinhos que produzem queijo ou figo da índia arriscam perder a sua certificação de produção biológica se houver contaminação com os agroquímicos usados no olival. Na ribeira que ali passa ainda vivem populações de lontras cujo alimento principal são camarões de água doce, sensíveis à presença de substâncias tóxicas – para não falar na vindoura perda de caudal devido à rega gota-a-gota de 50,000 oliveiras. Esta situação destaca uma contradição grave diante da crise climática: as mesmas autoridades que se dizem empenhadas em implementar medidas de proteção climática e ecológica fazem, na prática, exatamente o contrário. Favorecem um cultivo ávido de água e de agroquímicos numa região de seca e de solos vulneráveis: um exemplo perfeito do aumento dos efeitos das mudanças climáticas, em vez da sua redução.

> o Diretor Regional da DRAP escreve que «esta é a atual dinâmica da agricultura alentejana» e que tudo está regulado pela lei

Para além disso, há muitas outras propriedades na região, que, sem a resistência da população, serão predadas por empresas que as querem alugar para agricultura intensiva, oferecendo aos proprietários – muitos deles herdeiros que já residem fora – compensação financeira a troco da destruição de uma paisagem que lhes fica longínqua. Não há lei nem instituição que, embalada pela ladainha da transição verde, a promoção do turismo rural ou a preservação da água arregacem mangas contra a «urbanização» da paisagem rural. Até agora, as portas fecham-se e os funcionários públicos encolhem os ombros perante um crime que é, unanimemente, declarado legal. Mas os vizinhos das Courelas da Caneira mantêm-se ativos e atentos a todas as portas que possam ainda abrir-se em defesa do bem estar de todos.

Acampamento contra a mineração em defesa de Covas do Barroso

Fernando Antunes Amaral

Lia

Fernando Antunes Amaral

Lia

ANA SAMPAIO

Decorreu no passado mês de agosto, entre os dias 12 e 16, a segunda edição do Acampamento em defesa do Barroso, um evento anual contra os projetos mineiros que ameaçam a região. A aldeia de Covas de Barroso, em Boticas, recebeu centenas de pessoas que foram passando pelo acampamento durante esses dias, oriundas de várias zonas do país e do estrangeiro, incluindo Alemanha, Sérvia, Itália, França e Espanha. Foram vários dias de convívio onde se partilharam experiências de luta, mas também conhecimentos sobre a história e as gentes de Covas de Barroso.

O convite feito à participação no acampamento acentuava, num ponto de situação da luta em curso, que «se no passado achávamos que (apenas) teríamos que enfrentar uma empresa e o governo português para proteger o nosso território e o património, agora sabemos que vale tudo. Fomos confrontados/as com ameaças, com tentativas de intrusão nos processos democráticos do poder local e, inclusive, com as mais básicas táticas de divisão, segundo a famosa máxima "dividir para conquistar"». Diversos coletivos locais, como a UDCB - Unidos em Defesa de Covas de Barroso; a Acendalha - Associação Cultural de Paradela do Rio; o Movimento não às Minas; a Associação Montalegre com Vida de Montalegre; a Associação PNB - Povo e Natureza do Barroso; assim como o grupo Minas Não, sim à Vida, têm vindo a denunciar como do outro lado deste conflito da mineração se puseram em marcha ao longo do último ano «insidiosas manobras de divisão social orquestradas pelas companhias mineiras».

Os dias do encontro foram preenchidos com conversas, debates e atividades lúdicas que juntaram locais e visitantes. No dia 13, depois de uma apresentação sobre a história da aldeia, decorreu um interessante debate sobre os baldios e a gestão do território, onde participaram compartes dos baldios de Covas de Barroso e onde se levantou e debateu animadamente a questão da monocultura do pinheiro e sobre que alternativas se podem contrapor ao modelo produtivista. Ainda que seja uma questão secundária em comparação com o atentado ambiental que a mina virá perpetuar, este tema não deixa de ser pertinente na discussão que se quer participada sobre os modos de gestão dos territórios e, em concreto, dos comuns. Recorde-se que, recentemente, os baldios de Covas do Barroso interpuseram uma ação judicial contra a Savannah Lithium, acusando a indevida apropriação de terrenos para a exploração de lítio nesta freguesia do concelho de Boticas.

> Foram vários dias de convívio onde se partilharam experiências de luta, mas também conhecimentos sobre a história e as gentes de Covas de Barroso.

A noite fundiu os participantes do acampamento com a celebração das festas da Sr. da Saúde, que banqueteou os presentes, locais, emigrantes, ativistas e todos os participantes com jantar e música popular madrugada fora. A placa que anuncia a sede da empresa Savannah, localizada no centro da aldeia, esteve durante algumas horas adulterada com um trocadilho onde se podia ler «Sacanas».

No dia seguinte, a manhã foi feita de debates à volta do tema do transhumanismo e da tecnocracia, e a tarde contou com várias apresentações sobre contra-insurgência, apresentações e debate sobre as lutas anti-mineração na Alemanha e na Sérvia, com a presença de ativistas envolvidos nessas lutas. Ao cair da noite, o grupo de teatro comunitário do campo do Gerês trouxe uma peça que animou os presentes com um enredo construído a partir do tema da mineração, das peripécias e manipulações que esta envolve. A noite terminou com um animado concerto dos Gaiteiros dos Montes Encantados da Galiza.

Durante o dia 15 reuniram vários movimentos contra o extrativismo e foi apresentado o Observatório Ibérico da Mineração, cimentando a dimensão agregadora das lutas. À noite, o lugar do Romainho banqueteou os presentes com um jantar popular, a que se seguiu uma projeção e conversa sobre as lutas contra os caulinos, em Barqueiros, que culminaram em 1989 com a morte de um popular, Carlos Simões, assassinado pelas forças policiais ao tentar impedir o início da laboração mineira no centro da freguesia de Barqueiros. Depois do peso dessa memória que não se pretende apagada, seguiram-se várias performances e concertinas noite dentro.

O último dia do acampamento terminou com arruada e manifestação em Boticas em dia de feira municipal. Foi transportada a figura de um burro para que fosse lido no centro da vila o seu testamento aos seus inimigos: todos aqueles que têm apoiado os projetos mineiros e que são nomeados nos «motes» - cantigas de mal dizer típicas de Covas e de outras aldeias do Barroso. No culminar do protesto, os cartazes e bonecos usados na manifestação foram depositados em frente à sede da Savannah, no centro de Boticas.

O acampamento terminou formalmente nesse dia, mas algumas pessoas ainda permaneceram na aldeia nos dias seguintes. Algumas mostraram mesmo vontade de se instalar permanentemente, dando força acrescida a um movimento informal que se vai construindo e reunindo cumplicidades, à margem das associações ecologistas institucionalizadas ou das disputas políticas locais que o conflito da mineração suscita.

O Testamento de um burro aos seus inimigos

Os «Motes» são cantigas de mal-dizer que, durante séculos, os rapazes faziam às raparigas solteiras na aldeia de Covas do Barroso e, mais tarde, também as raparigas faziam aos rapazes durante o Carnaval. Eram críticas irreverentes e bem-observadas ao comportamento e carácter de uns e outros, com linguagem propositadamente satírica. Estes motes, no entanto, são uma expressão de profunda indignação. Estes são alguns excertos das «talhadas» dadas no enterro do burro, na manifestação contra as minas em Boticas, que encerrou o Acampamento em defesa das Covas do Barroso (ilustradas ainda no Mapa Borrado deste jornal).

A Savannah é uma peste
que se instalou no Barroso
Ataca tudo o que mexe
desde o mais velho ao
mais novo

É bem pior do que a praga
ou febre que dá e passa
É como o bicho dos pinheiros
ou o míldio da batata

E a quem bater à porta
essa febre ou maldição
é rezar-lhe pela alma
e encomendar-lhe um caixão

Em tudo ela é igual
ou pior que a peste negra
que se pegava pelos ratos
esta pelos ratos da empresa

E desses há-os às dúzias
temo-los na empresa
aos trambolhões
Essa espécie de ratisse
não são ratos são leirões

Se vos atestam o depósito
ou dão jeito ao telhado
isso tem sempre um propósito
é presente envenenado

Há uma segunda intenção
De graça ninguém vos serve
Olhai que quem meren-
das come
sabeis bem, merendas deve

Este que vós ali vedes [apontam ao burro]
teso como um carapau
também lhes foi na cantiga
e hoje é o seu funeral

De que morreu não sei
mas tenho a firme certeza
ser obra de bolo-rei
oferecido pela empresa

Outros culpam o padeiro
mas sem provas não se pode
Que se enganou na farinha
E o matou de overdose

Tem sempre desculpa a morte
mas seja lá como for
desta tropa minha gente
quanto mais longe melhor

Quantos de vós acreditam
em histórias da carochinha
Que o futuro do Barroso
é em cada canto uma mina

Têm para vender essa banha
meia dúzia de lambe-cús
espalhados por todo o lado
estão ali dentro alguns [apon-
tam para a sede da Savannah]

E querem fazer passar
por parvos
um povo inteiro
Comprando aquilo que é nosso
Pagando com o nosso dinheiro

E mentem ao afirmar
que foram por nós aceites
como se fosse possível
misturar água e azeite

Prometem mundos e fundos
mas a mim quer-me parecer
que a esmola que mata o pobre
é melhor nunca aparecer

Vamos-lhes dar a talhada
com esta exigência do povo
Ide comer aos quintos
dos infernos
Bem longe do nosso Barroso

(….)

Barroso, diz o Galamba
não é bem o que eu supunha
a última vez que lá fui
vim de lá com os socos na unha
[expressão que significa fugir]

Para que foste cagar lérias
onde não foste chamado
Quiseste ir buscar lã
vieste de lá tosquiado

Quem quer ir dar eleições
como tu em terra estranha
foge com o rabo entre as pernas
e vem com uma carga de lenha

Mas como recordação
e a intenção é o que conta
Levas o piroco do burro
põe-lhe um brinquinho
na ponta

O Costa é quem governa
mas tenho cá na ideia
que ele só faz o que manda
a Comunidade Europeia

Mandar na casa dos outros
isso é que era bonito
Se o Costa baixa as calças
O povo faz-lhe um manguito

Mas é bem mandado o António
que faz tudo sem resmungar
A única pergunta que faz
é onde falta assinar

Levas no olho do cú
Toma lá que te dou eu
agora já podes fazer favores
com aquilo que é teu

O presidente Marcelo
esse nem é boi nem vaca
A tudo ele diz que sim
faça o governo o que faça

É sempre tão falador
com opinião sobre tudo
Quando se fala de minas
não dá pio, fica mudo

Para ter postura diferente
levas a cabeça do burro
Acena-lhe com as orelhas
não digas amém a tudo

No Ministério do Ambiente
a corja anda calada
É de desconfiar minha gente
que vem foda ou canelada

E temos novo ministro
mas cuidado com o artista
Está sempre de pé atrás
o gajo é malabarista

Saiu um, entra outro igual
É sempre o mesmo retrato
É tudo a mesma ganga
farinha do mesmo saco

Vão levar os intestinos
É o que o Ministério quer
que os deles estão todos rotos
de tanta merda fazer

O Plano de resiliência
é uma medida bonita
O rico fica mais rico
e o pobre mais pobre fica

É sempre a mesma panelinha
os que mamam o dinheiro
São os que têm bons padrinhos
ou amigos no poleiro

Todos de olhos na bazuca
vem aí nota à fartura
parecem os porcos na pia
à espera da lavadura

Com apetite tamanho
qualquer coisa os satisfaz
levem os figos que deixou
o burro a cagar para trás

Diz-se independente a APA
mas não tem sido capaz
Tudo o que o governo diz
para fazer
a APA faz

Estudos para inglês ver
o governo manda assinar
Relatórios para ceguinhos
e a APA é só carimbar

Para assinarem de cruz
pode ser que esteja errado
mas que foram fazer à escola
de que valeu terem estudado

O tempo que lá passaram
era mais aproveitado
atrás de um rebanho de cabras
tiravam mais resultado

Mas se fizéreis vista grossa
e são outros quem decide
a culpa cai sobre vós
deste povo que aqui vive

O burro dá-vos as patas
É um favor que vos faz
Dai-lhe um coice no focinho
Fazei-os afastar para trás

Os empregos disponíveis
para o povo da região
é trabalho de limpezas
vassoura, balde e esfregão

E trazem-nos nas palminhas
Enchem-nos de mordomias
Mas escorraçam-nos como cães
Ao não terem a serventia

Levais os olhos do burro
e um conselho vos é dado
Olhai por quem dos teus
se aparta
Pelos estranhos é escornado

O presidente de Montalegre
tem um bigode bonito
tem parecenças com
um vassoiro
Desses de varrer os penicos

Se for maior o bigode
o Orlando não é capaz
de varrer por mais que queira
a merda toda que faz

De manhã é contra as minhas
À tarde é a favor
E meia palavra basta
para bom entendedor

E diz para trás, diz para a frente
Se é pedra diz que é pau
Orlando muda de lentes
andas a ver muito mal

Levas os miolos do burro
e a ti vem-te a calhar bem
Ficas mais inteligente
e não fazes mal a ninguém

Nos jornais e televisões
pintam-nos como uns tolinhos
que vivem atrás dos torgos
somos uns atrasadinhos

Mas depois abrem os jornais
A falar da seca extrema
E sem querer dão-nos razão
Nesta luta que travamos

Os motes chegaram ao fim
e há uma lição a tirar
Para não acabarmos como
o burro
assim de papo para o ar

Antes de lhe dardes entrada
lembrai-vos bem da toupeira
trocou os olhos pelo rabo
e viveu cega a vida inteira

E não os julgueis inocentes
que sabem o que é que fazem
e o mal que iriam causar
caso as minas avançassem

Mas isto não lhes tira o sono
A ganância trá-los cegos
Se não os correrdes daqui
Fazem-nos a vida num inferno

E depois do mal estar feito
não adianta chorar
O burro morto cevada ao
rabo [provérbio]
como é costume falar

Fazendo da minha voz
a voz de todo o Barroso
as minas não passarão
e quem manda é o povo

«Não podemos descarbonizar as cidades, à custa da contaminação das aldeias»

Na continuação da série *Testemunhos do Capitalismo Verde*, publicamos aqui uma entrevista com Vítor Afonso, que faz parte do Movimento Não às Minas - Montalegre. Esta série centra-se sobre as perspectivas situadas, daqueles que estão na linha da frente das lutas, reconhecendo os enormes custos físicos e mentais que acarretam as lutas por um ambiente melhor. Como parte do Movimento Não às Minas - Montalegre, Vítor tem tido um papel extremamente importante de mobilização social contra os múltiplos projectos de mineração na zona de Montalegre, nomeadamente a concessão de um território de aproximadamente 640 hectares à empresa Lusorecursos Portugal Lithium, Lda. para a mineração de lítio, estanho e volfrâmio – a Mina do Romano.

Vítor tem sido incansável na constante análise crítica das propostas, na desmontagem dos argumentos falaciosos apresentados pelas empresas, pelos chamados «peritos» e pelo Estado, assim como na investigação das cumplicidades dessas empresas com interesses e agentes locais, relevando assim os reais objectivos por detrás do avanço do extractivismo, muito distantes de uma suposta transição verde. Finalmente, chamamos a atenção para os artigos que Vítor tem vindo a publicar na Descendências Magazine, nomeadamente "O lítio, esse grande Cavalo de Tróia" (Janeiro, 2022), "Quanto vale a região do Barroso?" (Março, 2022) ou "Uma janela com vista para a mina" (Abril, 2022) pois capturam brilhantemente muito do que se está a passar.

GODOFREDO PEREIRA
FOTOS GODOFREDO PEREIRA

Qual é a tua relação com Montalegre e as zonas para onde estão a planear abrir minas para a extracção de lítio?

Sou natural da freguesia de Morgade, concelho de Montalegre, uma das freguesias onde querem abrir uma mina de lítio a céu aberto. Continuo a manter uma grande ligação afectiva à aldeia (Rebordelo), onde vou com bastante frequência, quase diariamente, e onde os meus pais moram. Apesar de estarem reformados da função pública, possuem uma exploração agro-pecuária, dando assim continuidade à preservação dos usos e costumes dos seus antepassados.

Como ou porque te envolveste nas lutas da anti-mineração?

Envolvi-me na sequência de reportagens que vi na TV sobre o assunto, depois aprofundei os conhecimentos através de documentários, vídeos, artigos de opinião e documentos académicos/científicos sobre a exploração mineira e as suas consequências, não só de lítio, mas de outros minerais, entre os quais, o volfrâmio. Participei também em algumas apresentações públicas dos projectos a cargo das empresas promotoras, onde deu para perceber a grande falácia, entre o que prometem e as realidades no terreno.

Podes falar um pouco dos movimentos que se geraram? Quais as suas principais vitórias até à data?

Os vários movimentos e associações gerados, quer a nível local, quer nacional, têm tido algumas vitórias, que têm sido decisivas para a estagnação e para o arrastar de todo o processo da exploração mineira de lítio, volfrâmio e outros minerais, em Portugal. Os processos têm sido atrasados *sine die* e, muitos deles, jamais terão implementação no terreno. O ideal seria conseguir travá-los todos. Tem sido um processo desgastante da nossa parte, mas tem dado os seus frutos. Através das manifestações locais e nacionais e de reportagens para canais nacionais e estrangeiros, a oposição às minas em Portugal chegou onde tinha que chegar – à União Europeia. Os decisores de Bruxelas sabem que em Portugal existe uma forte oposição aos avanços da exploração mineira. Por outro lado, os investidores e accionistas das empresas começam a ficar impacientes, pois os seus activos não estão a valorizar e estão a perceber que é melhor deslocalizar os seus investimentos para outras paragens, mais rentáveis e com menos tempo de espera. Isso aconteceu recentemente com a empresa australiana Rafaella Resources, que abandonou a sua opção de compra do projecto "Borralha", no concelho de Montalegre, para investir num projecto canadiano. Também os accionistas da Savannah demonstram algum desespero pela demora da conclusão dos resultados do EIA da Mina do Barroso, em Boticas. Resumindo, na sequência da pressão feita pelos movimentos e associações, além dos atrasos na implementação dos processos, conseguimos, entre outros, o seguinte:

- alterações legislativas menos favoráveis aos projectos mineiros;
- reforço da participação das populações nos processos;
- exclusão de áreas do concurso internacional do lítio;
- visibilidade nacional e internacional para o problema;
- desmontar a falácia associada ao termo *green mining*;
- redução das áreas destinadas aos projectos.

> Não houve, nem há, qualquer diálogo com nenhuma das empresas. Nunca fomos consultados para nada, nem nós, nem a população.

Quais as dificuldades que têm neste momento?

Entre as principais dificuldades destacam-se: a conivência do Governo e do poder local com as empresas de mineração (sendo um concelho onde uma parte considerável das pessoas dependem, em vários aspectos da sua vida, do poder local, não podendo por isso manifestar-se contra a posição vigente - esta será a maior dificuldade); acresce, a falta de financiamento das associações e movimentos para poderem contratar grandes escritórios de advogados tendo em vista a interposição de acções legais para travar o processo e as operações de *greenwashing* promovidas pelas empresas, junto de associações e clubes desportivos, que acabam por convencer uma franja da população menos informada da «bondade» das suas intenções.

Apesar da mineração ainda não ter começado, todo este processo já teve impactos negativos sobre as populações locais.

Podes descrever um pouco o que mudou nas relações sociais?

Sim, apesar de nesta região de Barroso – Património Agrícola Mundial, apenas ter ocorrido a prospecção e pesquisa (embora já exista, pelo menos, uma mina em funcionamento, anterior a este louco plano de fomento mineiro), os impactes negativos são evidentes. Em primeiro lugar, são visíveis as consequências desastrosas provocadas pelas prospecções, não só pela degradação ambiental e contaminação das áreas intervencionadas, mas também pelas consequências nas nascentes de água da zona envolvente, tendo, algumas delas, secado. Por outro lado, a mera possibilidade de vir a existir uma mina, criou um forte entrave ao investimento na região, quer ao nível empresarial, quer mesmo na recuperação de património. De alguma forma, estes entraves poderão contribuir para o êxodo da população para outros locais, mais «amigáveis» ao investimento. Em termos de relações sociais, os impactes são consideráveis, pois passaram a existir atritos (mesmo dentro da própria família) entre aqueles que querem manter o seu modo de vida nas aldeias, defendendo o ambiente e preservando as suas tradições e manutenção do património e aqueles que, iludidos pelas falsas promessas das mineradoras, através de técnicas de *greenwashing* e políticos locais no poder com interesses duvidosos, vêem aqui uma forma de enriquecer sem trabalhar, pois eles prometem "este mundo e o outro", quando, na realidade, sabemos, por profundo conhecimento de outras situações semelhantes, que nada disso vai acontecer.

xxxxxxxx

Os vários movimentos e associações gerados, quer a nível local, quer nacional, têm tido algumas vitórias, que têm sido decisivas para a estagnação e para o arrastar de todo o processo da exploração mineira de lítio, volfrâmio e outros minerais, em Portugal.

Achas que a extracção de lítio pode ter algum papel (mais ou menos relevante) dentro dos processos que devem ser postos em marcha para lidar com o colapso climático?

Não considero que possa ter um papel relevante, pelo seguinte: os recursos/reservas de Portugal são ínfimos no contexto internacional e estão sobrevalorizados, pois os dados apresentados não são fidedignos e isso pode ser comprovado através dos dados apresentados nos Estudos de Impacte Ambiental promovidos pelas empresas. Além disso, são de difícil extracção e estão pouco concentrados. Na região de Barroso querem abrir, entre outras, duas grandes minas de lítio, a Mina do Barroso (Boticas) e a Mina do Romano (Montalegre). A primeira é de espudomena, a segunda, de petalite. Relativamente a esta segunda substância não há nenhuma refinaria no mundo a processá-la, daí não ter grande viabilidade. Por outro lado, não estão devidamente contabilizadas as pegadas ambientais resultantes de todas as fases do processo: instalação, funcionamento e desactivação e a sua relação com os eventuais ganhos ambientais. Tal como não estão contabilizados os efeitos cumulativos da contaminação ou poluição resultante do funcionamento de cada um dos sectores dos projectos, assim como dos vários projectos no seu conjunto.

Que diálogo têm tido com as empresas mineiras? Foram consultados por eles em algum momento?

Não houve, nem há, qualquer diálogo com nenhuma das empresas. Nunca fomos consultados para nada, nem nós, nem a população. Os processos estavam a decorrer com o maior secretismo possível. Existiram sessões de esclarecimento a cargo das empresas, na sequência das pressões que fizemos junto das entidades nacionais.

Como achas que se tem portado o Governo português neste âmbito?

Desde o início que o Governo nunca mostrou qualquer interesse em dialogar com as populações. Os processos foram avançando até ao dia em que as pessoas saíram à rua e levantaram a voz, exigindo uma maior transparência nos processos e uma maior participação dos principais afectados e de outros interessados. Foi então lançado o portal da participação pública (participa.pt) e passaram a ser efectuadas sessões de esclarecimento às populações. Contudo, o secretismo parece continuar a vigorar nos organismos tutelados pelo Estado – APA e DGEG – sendo que, continua a existir uma grande dificuldade no acesso aos documentos. A recorrência à CADA [Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos] e aos tribunais é frequente. Todavia, mesmo sendo intimados a fornecer os documentos, os problemas de dificuldade de acesso persistem.

Parece-nos existir um verdadeiro plano de fomento mineiro, não apenas deste Governo, mas também do anterior, sendo transversal aos partidos. Esse plano parece enquadrar-se nas orientações de Bruxelas, tendo em vista a independência energética da UE e conta com o apoio dos políticos locais, que em vez de defenderem os interesses das populações que representam estão ao lado das mineradoras. No sentido de avançar com esse plano, o Governo já efectuou alterações legislativas, nomeadamente na chamada "lei das minas" e na "lei das expropriações", no sentido de se facilitarem os processos e de as minas avançarem mais rapidamente. Todavia, o Decreto-lei das minas aprovado pelo Governo - em grande parte por pressão dos movimentos e associações anti-mineração - foi reapreciado no parlamento a pedido de alguns partidos da oposição e sofreu algumas alterações. Todavia, considero que ficaram muito aquém do que se pretendia e alguns pontos considerados cruciais, mantiveram-se inalterados.

Desde o início que o Governo nunca mostrou qualquer interesse em dialogar com as populações. Os processos foram avançando até ao dia em que as pessoas saíram à rua.

Na tua experiência, como se têm posicionado as organizações ambientalistas? Têm apoiado os movimentos anti-mineração?

Relativamente às ONG ambientalistas nacionais, transparece uma posição ambígua, umas mais que outras e com algumas excepções. Se, por um lado, se posicionam na defesa do ambiente e demonstram alguma preocupação com as consequências da mineração, por outro, defendem a implementação dos veículos eléctricos, movidos a bateria de lítio e outros minerais. Do meu ponto de vista, não podemos descarbonizar as cidades à custa da contaminação das aldeias. É um preço muito elevado a pagar, quer para as actuais populações, quer para as gerações seguintes e para o ambiente. Relativamente aos apoios aos movimentos anti-mineração por parte das organizações ambientalistas são pontuais, com uma ou outra intervenção pública (sobretudo, quando questionados pelos meios de comunicação social) e participação nas consultas públicas dos projectos. A participação em tomadas de posição públicas e em manifestações, enquanto entidades, não existe. De igual modo (e não sei se haverá alguma excepção a nível nacional), nunca manifestaram grande interesse em vir ao terreno conhecer as problemáticas.

Que futuro antevês para as lutas contra o avanço do extractivismo em Montalegre e no Barroso?

As lutas acontecem a cada dia, com persistência e foco nos objectivos. A problemática está longe de terminar, mas a implementação destas minas também estará longe de ser uma realidade. Nunca será pacífica porque uma grande maioria das populações as rejeitam liminarmente e, por isso, não vejo forma de as empresas conseguirem laborar debaixo deste nível de rejeição.

Campanha pelo Boicote às *Commodities* Brasileiras

A resistência Guarani e Kaiowá. Fotos Ana Mendes / apublica.org

COMITÉ DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS — PORTUGAL.
COMITEDESOLIDARIEDADE@PROTONMAIL.COM

Em maio de 2022, chegou até aos movimentos internacionais de apoio e suporte à resistência indígena uma denúncia chocante. Na comunidade Yanomami de Aracaçá, na Terra Indígena Yanomami em Roraima, já notoriamente acossada pela extração ilegal de minério, um grupo de garimpeiros realizou um ataque, violando e assassinando uma criança de 12 anos. Uma mulher da aldeia com o seu bebê teria sido atirada no rio, e o paradeiro de ambos seria desconhecido. A denúncia conseguiu romper o cerco informacional mantido pelas elites contra os povos indígenas pelas redes bem construídas dos Yanomami, que requisitaram intervenção do governo federal. Uma comitiva foi montada com representante de órgãos do governo e de organizações apoiadoras para visitar a aldeia de difícil acesso. Ao chegar lá, encontraram a aldeia destruída, incendiada até o chão, e nenhum sinal dos Yanomami. O caso ocorre meses após duas crianças Yanomami, de 4 e 7 anos, terem sido sugadas e mortas por uma draga de garimpo, maquinário utilizado na extração do ouro, em rio ocupado pelo extrativismo na Terra Indígena Yanomami.

No Mato Grosso do Sul (MS), a milhares de quilômetros de distância de Roraima, resistem os Guarani e Kaiowá frente a outro tipo de extrativismo: as monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar, e a pecuária. No dia 24 de junho, o Batalhão de Choque da Polícia Militar do MS, a mando do secretário de segurança pública, Antonio Carlos Videira, realizou um massacre contra os Guarani

Kaiowá após a retomada de terra ancestral — Guapo'y Mirin Tujury — na região da Reserva Indígena de Amambai. Na ocasião, Vitor Fernandes, de 42 anos, foi assassinado por dois tiros de fuzil e mais de 30 pessoas ficaram feridas, incluindo crianças. Somente em 2022, além de Vitor, mais dois companheiros Guarani Kaiowá foram assassinados: Alex Lopes, de 18 anos, executado no dia 22 de maio por coletar lenha em área de floresta nas cercanias de uma fazenda que incide sobre seu território; e Márcio Moreira, uma das lideranças da Retomada de Amambai, executado em emboscada no dia 15 de julho. A fazenda retomada em Amambai é vinculada a Waldir Torelli, envolvido em redes transnacionais de exportação de carne e grãos para países asiáticos e europeus.

A mineração ilegal de ouro é uma das principais responsáveis pela violência sofrida pelos povos amazónicos, junto com a retirada ilegal de madeira e a apropriação indevida de terra por fazendeiros para o plantio de soja e a criação de gado. No caso dos Guarani Kaiowá, as monoculturas espremem e violentam os Guarani e Kaiowá em pequenas reservas e nas beiras das estradas, restando a eles nenhuma alternativa que o movimento de retomar as suas terras ancestrais. Em nome do mercado internacional de commodities — matérias-primas oriundas da mineiração, agricultura ou pecuária, que possuem os seus preços fixados pelo mercado global e que podem ser comercializados em bolsas de valores —, em torno de 500 indígenas já foram mortos somente no MS desde 2003, como consequência da violência estatal e empresarial através de fazendeiros, seguranças privados, jagunços e policiais militares. A maior parte das exportações provenientes do MS atendem aos mercados europeus, asiáticos e dos Estados Unidos.

É quase impossível rastrear que ouro do Brasil provém de origem legal e qual provém de garimpo ilegal. O ouro proveniente de origem ilegal é maquiado de forma a parecer que vem de minas regularizadas. A mineração, em todos os casos, é uma forma de extrativismo irreformável, configurando-se como séria ameaça em muitos calendários e geografias. No caso da monocultura de grãos, cana-de-açúcar e pecuária, não existe produção em grande escala que não provoque danos socioambientais, em especial contra povos indígenas e tradicionais. As fronteiras agrícolas, em constante expansão, alimentam a sempre crescente fome do mercado de commodities, que especula em cima da destruição e da transformação de tudo que existe em mercadoria.

Não há no Brasil, por parte do Estado, nenhuma força ou mecanismo capaz de regular ou atenuar as consequências violentas das forças do capital. O Estado Brasileiro, de forma mais acentuada com o advento do bolsonarismo, alia-se com os grandes fazendeiros e intermediários do extrativismo para reprimir os povos e facilitar a sua exploração e a destruição da natureza. O que vivem os povos indígenas e tradicionais nesta situação é um verdadeiro genocídio. Em tempos de crise ambiental generalizada, devemos ter presente que a única força capaz de preservar os diferentes biomas de Abya Yala contra a ganância do capital e a mercantilização da vida são os povos indígenas e tradicionais que lá vivem.

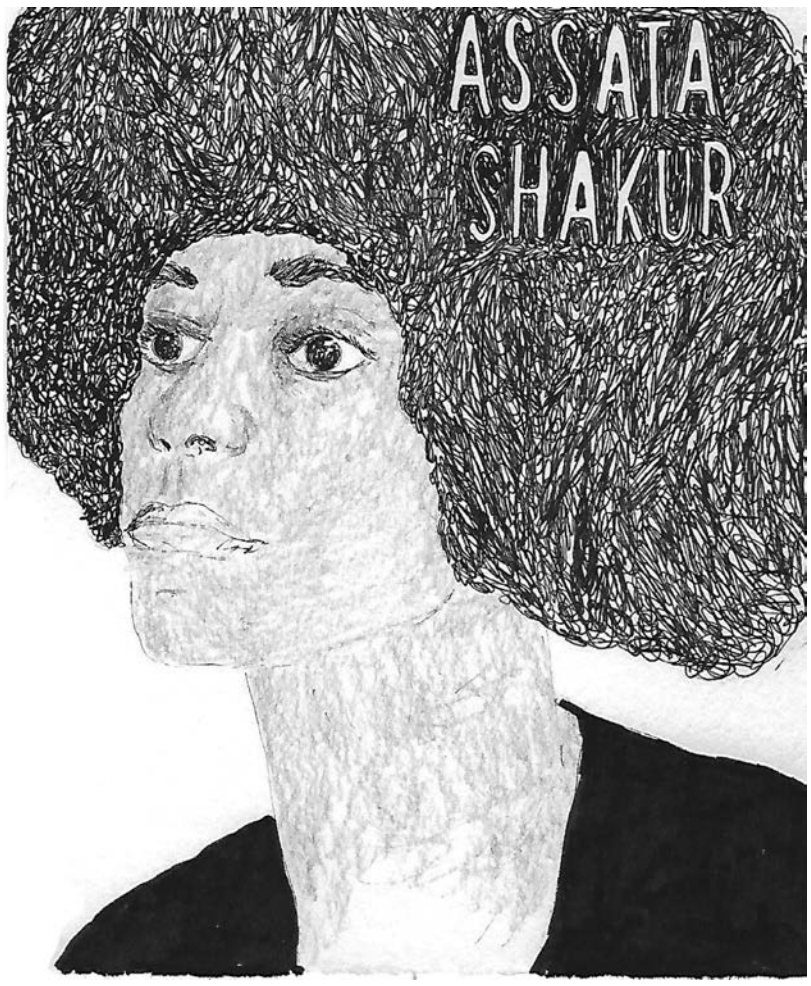
A Europa é coautora do genocídio e destruição através de seu financiamento direto. O processo extrativista do ouro e da madeira e da produção de soja e carne bovina está inserido em um mercado global e num sistema de acumulação em prol dos países centrais do capitalismo. Em tempos de guerra na Ucrânia, onde vemos a comunidade internacional se mobilizando em prol de um boicote ao óleo russo, nos perguntamos o que falta para uma ação da mesma magnitude contra as commodities brasileiras. Apenas com uma pressão a nível internacional, aliada à resistência indígena ancestral, é possível barrar a destruição e o genocídio.

Por isso, o Comitê de Solidariedade entre os Povos está propondo a construção de uma Campanha pelo Boicote às Commodities Brasileiras, direcionada ao ouro, à soja/milho, cana-de-açúcar e à carne bovina exportada pelo Brasil, enquanto não seja revertido o processo de genocídio e não seja assegurada a vida dos povos indígenas e tradicionais e a preservação das florestas e outros biomas brasileiros. A proposta é que haja um embargo internacional contra estes produtos, tornando ilegal a sua importação para o território europeu. Pretendemos construir essa campanha via iniciativa popular, através de um processo a médio prazo de conscientização que construa um grande movimento de solidariedade com os povos indígenas, em defesa das lutas anticoloniais por terra e liberdade, para então pressionar as instâncias decisórias do Estado português. A campanha já começou através da colagem de cartazes e alguns eventos de denúncia, e nos próximos meses lançaremos a petição de iniciativa legislativa para a Assembleia da República. Todo o apoio é necessário. Quem quiser se somar a essa iniciativa, entre em contato via e-mail ou redes sociais.

A solidariedade e o internacionalismo são mais que palavras escritas!

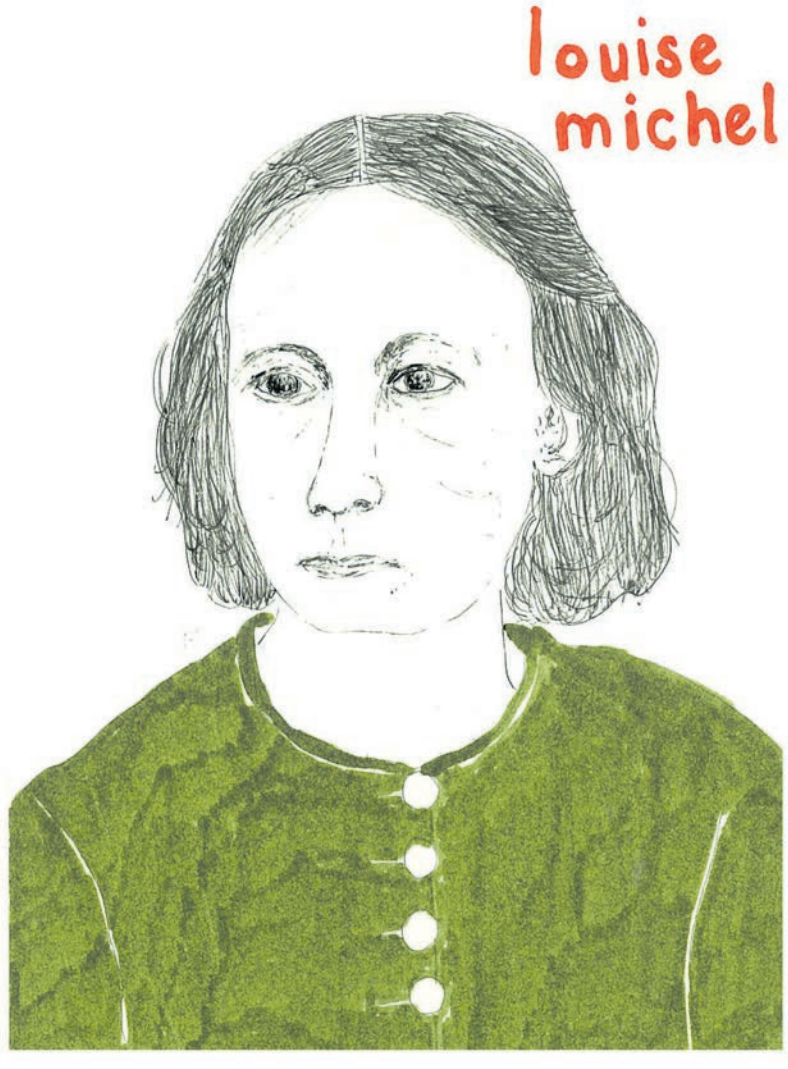
Desenhos de mulheres. Desenhos que, mesmo que muito simples, celebram o nosso lugar na luta por um mundo diferente, um mundo mais mundo. Que sirvam para aguçar a vontade de descobrir estas pessoas, exemplos de verticalidade e dos aromas que trazemos entre os cabelos, na curva da nossa barriga, no nosso punho cerrado.

Ilustrações de Maria Lis



Assata Shakur
Assata Shakur, membro do antigo Partido Pantera Negra e dos *Black Liberation Army*, foi condenada a prisão perpétua por assassinato em 1977 e tem vivido em fuga desde então. Em 2013, o FBI colocou-a na lista dos 10 terroristas mais procurados. Mas nas palavras de Angela Davis, Shakur é um ser humano compassivo com um inquebrável sentido de justiça.

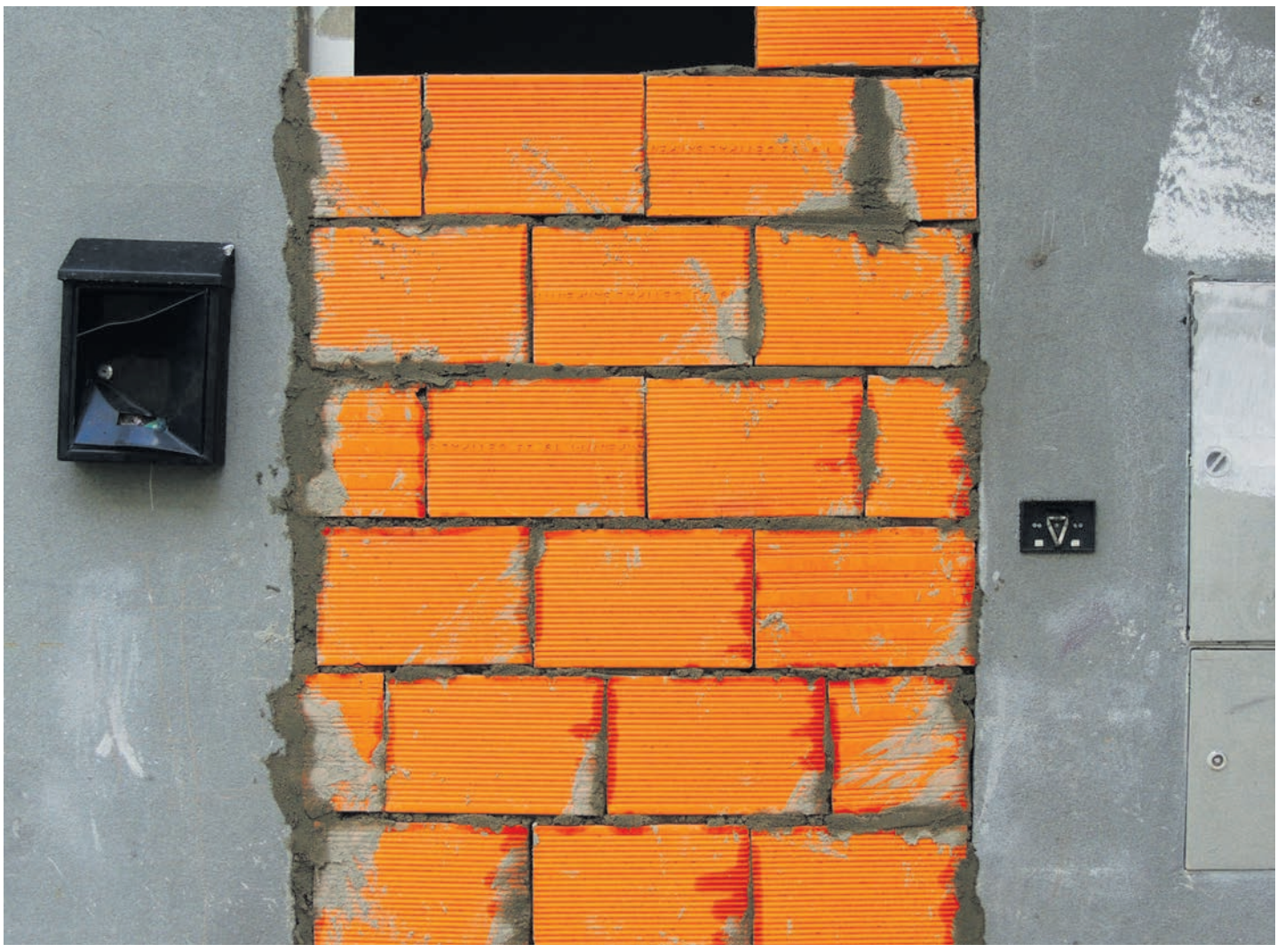
Gisberta Salce Júnior
Gisberta era uma mulher trans, imigrante brasileira. Vivia no porto, numa situação de sem abrigo e com VIH/SIDA. Saiu do Brasil com 18 anos para fugir a uma vaga de homicídios contra pessoas transsexuais em São Paulo e chegou com 20 anos a Portugal. Aos 45 anos, após vários dias de agressões físicas e sexuais por parte de um grupo de 14 rapazes entre os 12 e os 16 anos, acabou por ser assinada por eles e abandonada num poço de um edifício embargado.



Louise Michel
A Enjolras, pseudónimo, preocupava-a a educação infantil. Leccionou em Paris e, aos 26 anos, já era autora com uma obra extensa sobre política e educação, sempre partindo dos movimentos sociais revolucionários. Além de escritora e professora, dedicou-se também à poesia e chegou a ser enfermeira. Na comuna de paris esteve na linha da frente das barricadas até ser capturada e deportada - foi durante a comuna que se reconheceu como anarquista e ergueu a bandeira negra (que ganhou lugar simbólico e representativo destes ideais desde então). Trata-se, claro, da Louise Michel.

Despejo em dois atos:
tirar pessoas para pôr tijolos

TEXTO E FOTOGRAFIAS
SONIA QUINCHE VALENCIA
SONIA.QUINCHE@GMAIL.COM



Primeiro ato: aviso e espera

Passavam doze minutos das três da tarde quando, numa terça-feira, a 17 de maio, foi enviado um alerta ao grupo de *whatsapp* que o coletivo Habitação Hoje (HH) criou para situações de mobilização urgente. A última mensagem era de março, quando aconteceu o último despejo em Cabo Mor (Vila Nova de Gaia). Desta vez, explicava-se que um funcionário do tribunal e a polícia visitaram o bairro para avisar que, na quinta-feira seguinte, as famílias da Rute e da Daniela iriam ser despejadas, pelo que deviam tirar os seus bens das suas casas.

Neste alerta fazia-se um apelo para que todas as pessoas estivessem atentas no dia 19 de maio para a eventual necessidade de acudir em apoio: «para que o Estado e as instituições vejam que os moradores não estão sozinhos e que lhes vamos cobrar o cumprimento do Direito à Habitação!», clamava a mensagem.

Na quinta-feira, às nove da manhã, o bairro de Cabo Mor permanece tranquilo como em qualquer dia de semana. A primavera quente tacteia-se entre os jardins do bairro social, entre algumas árvores jovens e passarinhos a cantar. À frente da entrada 5 do bloco 3 há uma mesa de convívio, feita de troncos e ripas de paletes velhas, com pneus empilhados a fazer de bancos.

Ao lado, estão de pé a Marta e o Bernardo, da HH, juntamente com outras duas pessoas que vieram apoiar a luta por um teto digno. Duas mulheres de idade avançada falam da janela, e olham para a Rute Nunes, de 39 anos e natural da Gaia, que vai de um lado para o outro, nervosa, cumprimenta e oferece café atropeladamente.

Bernardo explica a situação: a casa faz parte do parque público de habitação; a Rute está na lista para obter uma habitação social há 5 anos e ocupou esta, vazia (disse ela) há décadas. Hoje, depois de um ano de resistência com ajuda da HH, vai ser despejada. «Esta não é a designação que dão as instituições, que usam eufemismos como "desocupação" ou "restituição do bem". Não podem promover "aproveitamentos"», disse o ativista, acrescentando que «essa é a razão que dão as instituições».

Comenta que no relatório de 2015 sobre habitação pública, o último que existe, se diz que havia mais de seis mil casas vazias, propriedade do Estado, e mais de 800 ocupações que não entram nesta cifra. «Nos censos de 2021, identificaram-se 723 214 alojamentos vagos. Em 2018, identificaram-se 25 762 famílias a precisar de realojamento. O número de casas vazias em Portugal permitiria alojar 28 vezes as famílias identificadas», afirma.

Rute senta-se num dos bancos de pneus e começa a contar a sua história: é desempregada de longa duração e tem três filhas de 20, 18 e 11 anos; esteve cinco anos presa e, após a saída, viu que não tinha hipóteses, nenhuma política de reinserção ou oportunidade de refazer a sua vida. Cresceu neste bairro, a sua mãe é titular duma habitação social aqui; sabia de algumas ocupações que tinha feito a comunidade cigana e resolveu fazer o mesmo: «há prédios com casas devolutas há mais de 20 anos», afirma.

Há cinco anos que mora aqui: «não há alternativa, os preços são muito altos», disse. Contatou a HH em junho de 2021. Quando foi avisada pela primeira vez de que ia ser despejada, estava à procura de ajuda para impedir o desalojamento e na organização Stop Despejos!, que atua em Lisboa, deram-lhe o contato do coletivo do Porto.

Para Rute, o apoio da HH tem sido fundamental durante este último ano, esclarecendo-a sobre leis, dando-lhe apoio jurídico e acompanhamento humano. Disse que as instituições públicas usam palavras para a confundir e manipular, que instrumentalizam a polícia para intimidar: «É uma violência psicológica constante, vivo com o coração nas mãos».

Legalmente, o Estado não pode despejá-la sem alternativa habitacional e, de facto, dá-lhe duas alternativas. Pode ir para uma pensão enquanto procura uma casa, mas isto não é, de maneira nenhuma, garantido, e a experiência que tiveram outras famílias desalojadas que aceitaram esta opção foi a de se encontrarem num quarto para quatro pessoas cheio de baratas e pulgas. Também oferecem a possibilidade de obter uma

> «Em 2018, identificaram-se 25.762 famílias a precisar de realojamento. O número de casas vazias em Portugal permitiria alojar 28 vezes as famílias identificadas»

ajuda para pagar um mês de renda, mas «E a caução? E quem arrenda a uma ex-presidiária? E os preços das rendas?» Apressurada, continua a falar. Conta que, na altura, eram mais de onze famílias. Dessas só ficaram três: a dela, a da Daniela e a da Bruna. «Da última vez, veio uma carrinha da polícia; chegaram, viram que estava aqui muita gente, televisão e tudo, ficaram dez minutos e foram embora», afirma, «a pressão cidadã e dos média serviu para alguma coisa».

São quase dez da manhã quando se propõe a mostrar a casa. Tem trabalhado muito nela desde que entrou. Passamos a entrada 5 do bloco 3 e subimos as escadas do prédio até o primeiro andar, onde uma porta de madeira contraplacada com vários arranjos dá as boas-vindas: «fui eu que pus tudo, portas e janelas, nem torneira havia na cozinha quando vim para cá viver».

O apartamento é uma colagem de arranjos e biscates, paredes que não se sabe se estavam lá desde o início e restos de paredes que foram abaixo. É um T3 convertido em T2 para ampliar a sala, onde atualmente dorme a Rute: «Não tenho privacidade nenhuma». Os quartos são para as duas filhas mais novas; Fabiana, a mais velha, vive em casa da avó, onde já moram a irmã e o irmão da Rute com as suas famílias. «Essa casa está sobrelotada, a minha mãe não me pode receber».

A casa é humilde mas está totalmente equipada; a cozinha tem diferentes tipos de móveis e armários, mas não falta nada. Tudo o que lá está, trouxe-o ela: «Não havia nada», volta a assegurar. O desespero da Rute é evidente: «Vou montar uma tenda e vou pedir ajuda à Ucrânia, já que o meu país quer ajudar só ucranianos, enquanto humilham os nossos», disse, «não sei mesmo o que possa fazer, iria para Ucrânia lutar na guerra se lá me dessem uma casa».

Insiste em mostrar o resto do prédio: «Há um T4 fechado há mais de 20 anos, se me tiram deste vou pra lá», brinca, amarga. Ao subir pelas escadas, veem-se mais portas que já não são portas, mas taipas. Uma delas era uma casa que foi «restituída» há dois meses: «despejaram a família que lá vivia, ela grávida… E ainda não puseram lá ninguém… Olha os tijolos!» É isso que espera a sua casa.

Às 10h40, saímos do prédio. Ao redor da mesa estão sentadas a mãe da Rute, a Daniela – que também recebeu o aviso de despejo – e as quatro pessoas da HH,

ainda a ver se alguém vem. Passam duas vizinhas a carregar um saco de flores: «Não vem ninguém, é tarde, não vem ninguém!», tentam animar a Rute sem parar de caminhar, e desaparecem.

Rute senta-se na mesa e liga à técnica da Segurança Social. Quer saber se ainda irá aparecer alguém hoje, o que vai acontecer. Mete o telemóvel em alta voz, todas as pessoas presentes podem ouvir a conversa sem filtro nenhum. Pergunta se é possível o despejo sem alternativas. A técnica, que não é quem costuma acompanhar o caso da Rute – essa pessoa está de férias – disse que sim, que há alternativas.

«Alternativas? Alugar? As rendas são todas de 500 euros para cima, e nem falo de viver no centro», contesta a Rute. A voz do telefone responde que isso não é verdade. As pessoas da mesa olham-se entre si com estupefação, todas moram em Gaia e no Porto: «esta pessoa sabe qual é a situação habitacional atual?», queixa-se uma delas.

«Só preciso duma casa», afirma a Rute com a mão a tapar a cara. A funcionária disse que estão a trabalhar com ela. «A trabalhar, sim, mas e a ajudar?!», contesta a Rute, cada vez mais enervada. A mulher no altifalante começa a dizer que «a gente tem de mudar de mentalidade, as pessoas precisam de fazer esforços e trabalhar».

Rute fica ainda mais alterada perante esta resposta e contesta: «Eu queria ver um ser humano que, na mesma situação, conseguisse lidar com trabalho, família e isso tudo…» Pede para acabar com a conversa, porque não quer continuar a falar nestes termos, despede-se da mulher e desliga sem saber quando é que irá acontecer o despejo.

A casa onde a Rute morava com a suas duas filhas mais novas e a sua cadela fica vazia às 11h51 da terça-feira 24 de maio.

Intervalo: Quando virão? Porque hão de vir...

São já onze da manhã da quinta-feira indicada pelos funcionários do Estado. Não veio ninguém e já é tarde para virem: «Geralmente acontece à primeira hora da manhã», disse a Marta, «voltamos amanhã?»

Rute comenta que só dorme bem nas sextas e nos sábados, porque sabe que, quando acordar, não haverá ninguém a expulsá-la da casa. No resto da semana é a tortura psicológica de não saber se será essa a sua última noite lá.

As pessoas da HH decidem ir embora. Combinam com a Rute para avisar caso aconteça qualquer coisa. Duvidam que alguém venha numa sexta-feira, pelo que avisam que o mais provável é que seja na semana seguinte. Pedem ao grupo de *whatsapp* para estar alerta.

Segundo e último ato: vieram, viram, venceram

Na terça-feira, 24 de maio, uma semana depois do aviso de despejo, a Marta envia um alerta. São 8h56 da manhã e a polícia e diversos funcionários do Estado estão em Cabo Mor para despejar três famílias.

Às 9h56 o dia está encoberto no bairro social, na entrada 5 do bloco 3 há dois agentes da PSP que só permitem a passagem a moradores, funcionários ou trabalhadores do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Sai e entra gente sem parar, há cadeiras no passeio, uma máquina de lavar roupa e diversos móveis que pertencem à Rute e à sua família.

Há muito movimento pelos dois lados do bloco, as outras duas famílias despejadas moram, ou moravam, do outro lado, no rés-do-chão. Já lá estão repórteres de diferentes telejornais. De microfone na mão, falam para a câmara sobre mais um despejo a acontecer em Cabo Mor: a primeira família a ser despejada foi a da Bruna, grávida de 8 meses, com o seu filho de 3 anos e o pai deste. A criança brinca na rua enquanto tiram as janelas e as portas daquela que, até hoje, era a sua casa.

São 10h30, a funcionária da Segurança Social foi embora há pouco e chegam agora funcionárias das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) à procura da Rute. Está a acontecer muita coisa: móveis que saem pela janela e pela porta, pessoas a ir e a vir, a sair e a entrar, polícias parados na porta, polícias parados no passeio, polícias parados à frente da escola infantil vizinha, de onde se ouvem as crianças gritar.

Rute aparece pela janela, cara cansada, está a arrumar a vida toda para a levar ainda não sabe para onde quando uma jornalista da CNN vem a correr para falar com ela e lhe pede para descer: «Posso fazer umas perguntas?» Rute responde da janela que está «no meio dum assunto», ao que a repórter responde: «Quanto acha que vai demorar?» e, seguidamente, «Bom, da janela terá outro impacto…», e fica à porta do prédio, à espera.

Às 10h42 chega uma carrinha, onde começam a colocar os bens da Rute, que vão ter de ficar na garagem dum amigo. Ela terá de ir para uma pensão com a sua filha mais nova. Nem as suas duas filhas maiores de idade, nem a sua cadela, poderão ir com ela.

Rute comenta que só dorme bem nas sextas e nos sábados, porque sabe que quando acordar não haverá ninguém a expulsá-la da casa.

São 10h47 quando dois trolhas contratados pelo IHRU começam a entaipar a janela da casa da Bruna, enquanto outros dois trabalhadores metem numa carrinha as janelas e as portas retiradas. Onde é que irão parar? O funcionário do IHRU disse que, para saber para onde vão essas portas e janelas, tem de se perguntar por escrito diretamente ao instituto.

A terceira casa está praticamente vazia às 10h49. Jornalistas entrevistam o Bernardo enquanto se encaixam na carrinha os pertences de Rute, que se encontravam no passeio. Rute sai de casa, pisca um olho com tristeza e sorri, rompe a chorar nos braços da filha. Minutos depois, a carrinha já está cheia e Rute tenta entrar no prédio com a Helena, da HH, mas a PSP não permite a entrada a ninguém, imprensa ou civil, «por motivos de segurança». Rute entra sozinha. Continuam a sair coisas pela porta fora.

Às 11h13, Rute sai e senta-se na pilha de pneus a falar ao telefone, ainda saem aparelhos e móveis do portão. Grita desesperada, volta a fazer referências à Ucrânia e menciona Putin. Do outro lado do bloco, as duas casas do rés-do-chão já têm as janelas entaipadas. A vizinhança nas janelas e no passeio: «Isto não se faz!» Os telejornais vão embora.

A casa onde Rute morava com as suas duas filhas mais novas e a sua cadela fica vazia às 11h51 de terça-feira, dia 24 de maio. Estão presentes 15 agentes da PSP, um funcionário do tribunal, uma técnica da Segurança Social, duas funcionárias das CPCJ, um funcionário do IHRU, quatro trolhas, e mais de uma quinzena de civis, entre vizinhança, ativistas da HH e pessoas que vieram em apoio das famílias despejadas.

Na hora seguinte, entaipam-se as portas e as janelas que faltam, volta a carrinha para ser carregada uma outra vez, a Rute assina os papéis que lhe pedem e fica de rastos quando se lembra que a sua filha mais nova sai às 13h da escola.

Às 13h pontuais, os agentes de polícia sobem para as suas carrinhas, os funcionários do Estado despedem-se e vão-se embora.

Fráguas, uma aldeia repovoada

Seis pessoas que ocuparam e deram vida a uma aldeia em ruínas na zona mais abandonada do Sul da Europa foram condenadas a pagar 110,000 euros. Ou isso, ou passarem dois anos e três meses na prisão.[1]

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
FOTOS **ÁLVARO MINGUITO (EL SALTO)**

Nas serras do Estado Espanhol, há décadas que se desenvolvem ocupações de algumas aldeias abandonadas. Uma dessas é Fráguas, na provincia de Guadalajara, que, em 1968, foi desalojada à força pelas autoridades da Espanha fascista para dar passo a uma monocultura de pinheiro. Em 1969, os últimos habitantes de Fráguas, povoação habitada pelo menos desde o século XVIII (apesar de haver quem afirme que existe desde o século XII), eram obrigados a sair das suas casas, por meio de expropriação coerciva, sem sequer cumprir a legalidade vigente do regime da altura – a lei de entidades locais de 1955, que estabelecia que as fontes, praças e caminhos das aldeias eram bens públicos inexpropriáveis, imprescriptíveis e inalienáveis.

Um expediente ilegal que impediu ainda que os antigos habitantes conservassem uma cópia dos documentos de expropriação das suas propriedades, o que configura um roubo do Estado que não só não foi revertido no pós-franquismo, como, antes, foi confirmado: em 1970, o Património Florestal do Estado [Espanhol] registou a aldeia de Fráguas em seu nome. A 10 de Março de 2011, aprovou-se a Lei de Declaração do Parque Natural da Serra Norte de Guadalajara, que inclui as ruínas de Fráguas e que não revê a sua catalogação fraudulenta de «monte público», acrescentando, assim, capas legislativas ao processo. Nos anos seguintes, os nascidos em Fráguas, ao renovar os seus documentos, percebiam, com espanto, que a sua aldeia tinha desaparecido das bases de dados e que, a partir daquele momento, o seu local de nascimento passava a ser Monasterio.

Em 2013, algumas pessoas com inquietudes e vontades semelhantes de regresso ao campo, vida sustentável, autogestão e decisão assembleária saíram dos seus ambientes urbanos e rumaram a Fráguas para reconstruir algumas casas que tinham ficado meio de pé, depois de décadas de abandono e depois de os militares espanhóis terem utilizado a área como campo de treino de tiro e explosivos nos anos 1970, 80 e 90, deteriorando o estado de conservação e derrubando ainda mais partes das edificações.

A primeira reabilitação aconteceu logo em 2013 (o edifício que se converteria na casa comunal de Fráguas, a Casa Cándida), assim como a criação da horta com que se alimentam e que serve, em parte, para se financiarem. O restante do financiamento vem de produtos medicinais feitos com plantas que nascem livremente na Serra, artesanato e cerveja. Nos anos seguintes levantaram outras três casas a partir também das suas ruínas. O aproveitamento das técnicas dos habitantes ancestrais, em termos de construção e cultivo, aliado a novos conhecimentos tecnológicos são a pedra de toque desta experiência.

A 25 de Maio de 2018, seis dos novos habitantes da aldeia de Fráguas foram julgados por delitos sobre o meio ambiente, contra a ordenação do território e por usurpação. A acusação pedia mais de seis anos de prisão para cada um dos acusados, para além de multas que rondariam os 10.000 euros por cabeça. O tribunal penal n.º 1 de Guadalajara decidiu-se por penas de um ano e seis meses de prisão por delitos contra a ordenação do território, assim como o pagamento de uma multa de 1.080 euros pelo mesmo delito e outra multa – 2.160 euros – por usurpação. Isto para além de terem de pagar a demolição do que tiverem construído. Sem pagamento, o tempo de prisão passa a ser de dois anos e três meses.

O jornal El Salto, em notícia de 8 de Junho de 2018, escrevia: «Ainda que a condenação não implique a entrada na prisão, o facto é que o texto da sentença prevê a privação de liberdade para os seis jovens no caso de não pagarem as multas e a responsabilidade civil derivada dos gastos de demolição das casas recuperadas na aldeia e do transporte dos respectivos escombros», cujo

custo seria de 27.000 euros mas que foi recentemente actualizado para 110.000 euros.

Estas pessoas, que estavam a pensar em organizar um *crowd-funding* que lhes permitisse continuar a reconstrução da aldeia, viram-se, de repente, perante o cenário de terem de arranjar dinheiro para pagarem multas pelo crime de terem reconstruído e voltado a dar vida, biodiversidade e reflorestação com espécies autóctones a uma povoação abandonada durante cerca de cinco décadas.

O que põe os nervos em franja aos poderes é o desplante da auto-organização, a rebeldia da ocupação, a capacidade de criação de laços e redes tendentes à construção de territórios livres.

Em Janeiro de 2019, a *Audiencia Provincial de Guadalajara* recusou o recurso interposto pelos habitantes de Fráguas e confirmou a condenação dos seis jovens.

A meio de 2019, e ainda que não houvesse uma data concreta para a demolição, os repovoadores de Fráguas lançaram um apelo para umas «jornadas indefinidas de resistência», de forma a demonstrar à Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha (JCCM) que são muitas, muitas mais do que seis. Uma resistência para prepararem a defesa, mas também uma resistência de vida e de tecer redes, onde ensaiar modelos organizativos e aprender umas com as outras como continuar a construir a vida.

Já em 2021, o Instituto de Ciências do Património, organismo que faz parte do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), alertou, através de uma carta enviada ao tribunal que condenou os repovoadores de Fráguas, que o conjunto da aldeia é património histórico e etnográfico. Essa carta fez com que a *Audiencia Provincial* paralisasse a demolição, ordenando que se realizasse um novo estudo imparcial. A meio de 2022, pouco mais de um ano depois, a magistrada retomou a execução da demolição.

Durante o tempo de paralisação, a JCCM tentou reorientar os caminhos da sua perseguição e proceder ao esvaziamento da aldeia pela via legislativa. No final de 2021, o conselheiro de Desenvolvimento Sustentável, José Luis Escudero, assinou uma resolução administrativa com o objectivo de «recuperar a zona» e dava um prazo de dez dias aos habitantes de Fráguas para abandonarem a zona de forma voluntária. Os repovoadores que receberam a notificação da resolução a 13 de Dezembro, apresentaram recurso, mas foi recusado. Uma população ambulante e em constante alteração – fruto das «jornadas de resistência» – revelou-se um bom trunfo burocrático neste processo, ao aumentar a dificuldade das autoridades em saberem quem citar nos autos de despejo.

No passado dia 24 de Junho, os seis repovoadores receberam um novo despacho da juíza, que prevê a execução da sentença de 2018 de pagamento da responsabilidade civil, no valor de 110.000 euros. Em comunicado, os seis de Fráguas consideram que o delito contra o ordenamento do território é «injusto», uma vez que «não existem novas construções (apenas reconstruções)», que «todas são legalizáveis», não se esquecendo de referir que, «além disso, a classificação territorial de Fráguas (e muitas outras aldeias) é fraudulenta, herdada do franquismo».

O comunicado continua, acusando a JCCM de ignorar «os bens patrimoniais que merecem protecção (isso sim, com um estudo arqueológico que também nos obrigam a pagar)» e de fazer questão de «demolir totalmente as reconstruções, aumentando o orçamento de 27.000 para 110.000 euros».

Atacar estes seis jovens, atirando-os para a prisão ou obrigando-os a pagar quantias avultadíssimas por um crime de repovoamento na zona mais abandonada do Sul da Europa não é um devaneio extemporâneo do PSOE (partido que governa o Estado Espanhol em coligação com o Podemos, e em cujas mãos está a JCCM). Trata-se, antes, duma nova camada legislativa para cimentar a impossibilidade de os antigos habitantes de todas estas aldeias abandonadas se verem ressarcidos das suas terras e casas expropriadas e para alicerçar a propriedade estatal desses territórios. Um precedente grave, que anuncia prisão para quem pense em aventuras semelhantes de preencher sustentavelmente a Espanha esvaziada e que representa uma espécie de *Ley Mordaza* relativa à ocupação.

Não é a ideia de repovoamento que assusta o Estado. Deve, aliás, haver linhas de financiamento e crédito para experiências semelhantes. Desde que devidamente enquadradas pelo dinheiro, claro. O que põe os nervos em franja aos poderes é o desplante da auto-organização, a rebeldia da ocupação, a capacidade de criação de laços e redes tendentes à construção de territórios livres dos conceitos organizacionais do capitalismo.

Para além do dramatismo que se anuncia nas vidas destas seis pessoas, é também este precedente de *Ley Mordaza* que é preciso combater. É fundamental responder positivamente ao convite que os habitantes de Fráguas repetem para que se passe por lá, de forma a continuar a criação de redes de apoio mútuo, a preparar-se a resistência e a demonstrar à JCCM, e também aos próprios arguidos, que , que os repovoadores de Fráguas estão muito longe de estar sozinhos. Para além dessa presença, as pessoas envolvidas pedem apoio monetário que lhes permita fintar as celas do Estado espanhol.

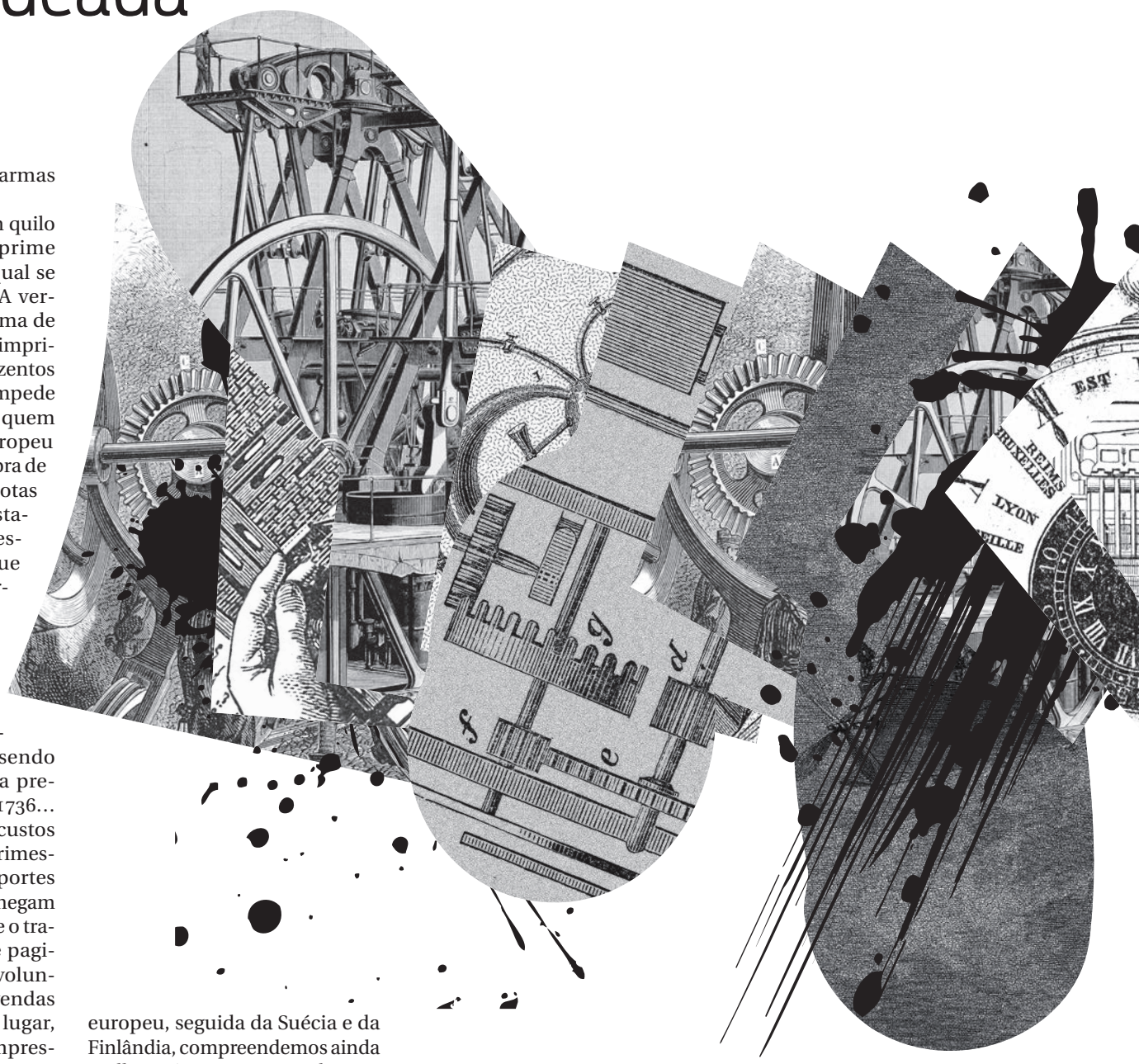
1 Artigo a partir de noticias (sobretudo) do Periódico El Salto

PARA DONATIVOS
IBAN: ES15 1491 0001 2430 0008 1648
BIC/SWIFT: TRIOESMMXXX
Nome: Teresa Sánchez-Fayos

Papel? Qual pap€l?

Preços em Crescendo e outras cantigas da Economia esverdeada

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT
JOÃO VINAGRE
JOAOVINAGRE@JORNALMAPA.PT
JOÃO FIALHO
JOAO.FIALHO@PROTONMAIL.COM
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**



papel *nome masculino*
1. *substância formada de matérias vegetais ou de trapos reduzidos a massa, e disposta em folhas, para se escrever, embrulhar, etc.*
2. *documento escrito*
3. *dinheiro em notas ou letras de câmbio*
– *Infopédia, Dicionários Porto Editora*

O papel é um material de tamanha versatilidade que é capaz de materializar tanto a forma mais sublime e abstrata das riquezas – o dinheiro – quanto os nossos medos mais íntimos e mundanos – como na infame corrida ao papel higiénico, que marcou, em Março de 2020, a entrada na longa e angustiante saga pandémica de Covid-19. O contínuo aumento do seu preço afecta este jornal em ambas dimensões: simbólica, porque, após a sua impressão, cada vez sobra menos dessa primeira forma pap€l para garantir um próximo número (o que forçou o aumento *simbólico* do preço do jornal), e física, porque nos obrigou a amputar-lhe oito páginas e uns centímetros de tamanho. Foi por isso que achámos importante investigar as causas desta subida de preços, que se repercute no preço do nosso Jornal, não só por uma questão de transparência, mas também para reflectirmos sobre a vertente material de uma actividade que é pensada sobretudo como intelectual.

Embora reconheçamos que o valor do dinheiro é puramente abstracto[1], também reconhecemos que o seu *poder* é bem real. Na sociedade em que aprendemos a viver é, de facto, a sua posse que nos confereo poder de mobilizar recursos, mão-de-obra, meios de produção e de distribuir produtos num determinado sentido, seja com a intenção de publicar um jornal crítico das lógicas predominantes nessa mesma sociedade ou de fabricar armas de alienação maciças.

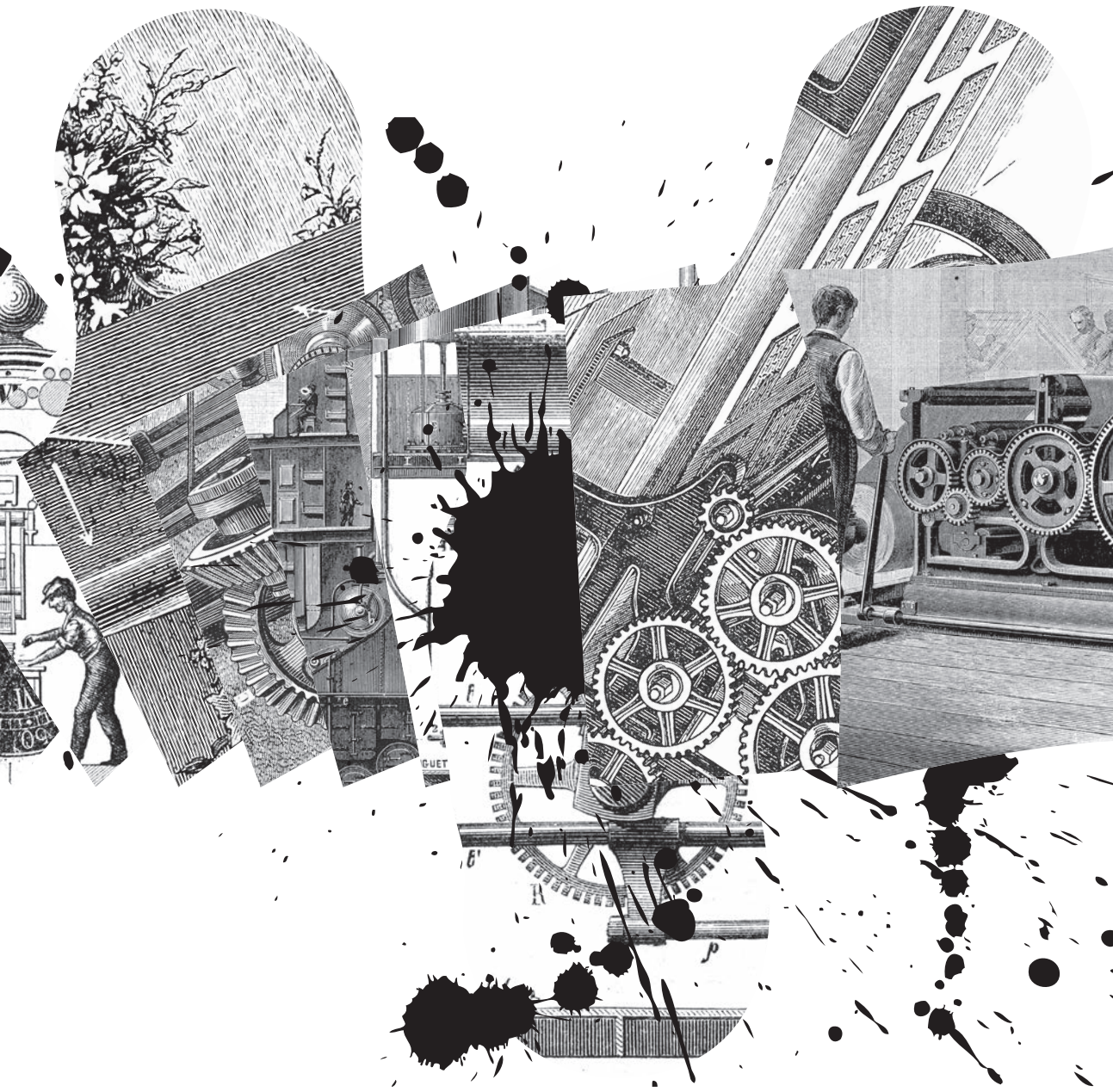
Quanto pap€l custará um quilo do papel em que se imprime esse mesmo pap€l pelo qual se rege a nossa €conomia? A verdade é que não temos forma de saber quantos euros custa imprimir um lote de notas de duzentos euros, mas isso não nos impede de nos questionarmos: a quem é que o Banco Central Europeu compra o papel «de pura fibra de algodão» que dá às suas notas «a sua especial textura estaladiça e resistência ao desgaste»[2]? Sabemos, sim, que em 2021 imprimir 3000 jornais custava-nos €1157 com 48 páginas, cujo aumento para €1686 em janeiro de 2022 nos forçou a diminuir margens do formato e para 40 páginas, para custar €1432, sendo alvo de novo aumento na presente edição subindo aos €1736… Considerando apenas os custos da gráfica, dado que por trimestre os custos do MAPA de portes e despesas fixas logísticas chegam perto dos €3000 (sendo que o trabalho, escrito, ilustrado e paginado é todo ele de base voluntária). O excedente das vendas é utilizado, em primeiro lugar, para conseguir pagar a impressão do número seguinte. Mas é preciso também que cubra os envios por correio para assinantes, e outros, sendo que 300 jornais são enviados gratuitamente para todas as bibliotecas municipais do continente e ilhas. Tudo isto significa que normalmente ficamos à justa para a próxima impressão, num aperto cada vez maior de sustentabilidade do projecto. Dito isto, estamos bem cientes de que as condições da sua produção estão longe de ser ideais, portanto, também nos questionamos sobre alternativas.

Capitalismo no papel

A indústria do papel e da polpa é das mais intensivas em consumo energético, depois das indústrias químicas, petrolíferas e do aço[3]. Num ano em que os preços energéticos sofreram enormes aumentos, até antes do pico da guerra na Ucrânia, a repercussão foi particularmente forte nos produtores europeus, líderes em produção de papel refinado para publicação. Sendo a Alemanha o maior produtor europeu, seguida da Suécia e da Finlândia, compreendemos ainda melhor o impacto que a abrupta quebra no fornecimento de gás natural russo para estes países teve nos custos energéticos das fábricas de papel.

Mas fora o aumento de preços da energia anterior e posterior à guerra, temos assistido a uma verdadeira tempestade perfeita, combinação de fatores inflacionários, exacerbados pela lógica capitalista de acumulação de lucro em detrimento dos rendimentos dos trabalhadores. Por exemplo, na Finlândia, o maior produtor europeu de papel, e 5º mundial, a UPM, teve lucros (antes de impostos) de €1,54 mil milhões em 2021, recuperando da quebra de €737 milhões causada pelos confinamentos em 2020 e superando os 1,3 mil milhões de 2019. Para 2022 prevê-se «mais um bom ano para a empresa», com um aumento da procura e dos «preços de venda de muitos produtos da UPM… [que] continuará a gerir as margens através de *pricing* dos produtos, otimizando o *product* e *market mix*, do uso eficiente de ativos assim como da tomada de medidas de melhoria dos custos variáveis e fixos». Quanto a este último ponto a UPM não se fez esperar. Logo em janeiro deste ano compreendemos que «melhoria de custos fixos» significa recusar que os trabalhadores das fábricas de papel da UPM vejam o aumento de lucros, e a previsão de «mais um bom ano», repercutidos na manutenção das suas condições de trabalho e dos seus salários. Assim, a tentativa da UPM de cortar os salários efetivos dos trabalhadores foi recusada pelo sindicato Paperiliitto, que convocou uma greve que durou até ao final de Abril, quase 4 meses, tendo sido das mais longas de que há registo na Finlândia. A greve terminou com um acordo que impediu a quebra de salários. Em contrapartida, a quebra na produção durante a greve, estimada em €300 milhões, veio acrescentar escassez [artificial[4]] no mercado mundial. O aumento abrupto da procura por papel subsequente à quebra do período pandémico teve um efeito desfasado no tempo (*bandwagon*) e mais violento nos preços, o que numa indústria que depende de pré-encomendas contratadas por fábricas (*packaging*) e por editoras, escritórios e retalho (papel), é ainda mais acentuado. A esta situação somaram-se, além dos aumentos de custos energéticos e conflitos laborais, uma tendência de transição do plástico para o cartão e papel nas embalagens e o irónico efeito da «transição digital», que fez disparar as entregas individualizadas e, portanto, o *packaging* associado, que cada vez mais utiliza papel e cartão. Outro aumento em pico de procura artificial? O famoso surto de compra de papel higiénico já mencionado…

O efeito de tudo isto fez-se sentir no sector do papel para publicação: à medida que a procura e rentabilidade das outras aplicações de polpa aumenta, os produtores de papel exigem maior retorno, ou seja, preços mais elevados de venda. E quanto mais concentrada em poucos produtores for



a indústria, maior o poder negocial para exigirem esse aumento de preços. Acontece que é precisamente essa concentração que se tem verificado no sector da polpa e papel: na Europa o índice Herfindahl-Hirschman (HHI) aumentou em todos os sectores (cartão, *off-set*, *couchê*), com o maior aumento na produção de papel *couché*, usado para publicação, que passou de um índice HHI[5] de 1088 para 1589, entre 2009-2019. Na América do Norte a indústria atingiu um HHI de 3545 e continua a aumentar: em julho passado a Paper Excellence, um dos maiores produtores canadianos comprou a Resolute, também produtora de papel, por $2700 milhões.

Resumindo, temos assistido, no sector do papel, ao perfeito exemplo do que é a lógica do sistema económico capitalista. O foco incessante no lucro que, apesar de um aumento dos recursos produtivos, implica a constante criação de escassez artificial, seja através de paragens de produção causadas pela contínua exploração de trabalhadores, que se veem obrigados a recorrer a greves para se defenderem, seja através do crescente controlo dos recursos produtivos por cada vez menos empresas, permitindo-lhes aumentos de preços, dada a reduzida concorrência. A própria concorrência, neste sistema, é uma ilusão temporária e tem como resultado inevitável o monopólio, como já demonstrava Proudhon[6]. Dizem-nos que estamos num período inflacionário. Mas com lucros a disparar em tantos sectores e a registarem recordes, perguntamo-nos: inflação para quem? Se a principal causa do aumento do preço do papel são os custos energéticos acrescidos, como diz a economista chefe da indústria florestal finlandesa, qual foi então a causa do aumento de lucros da UPM em 240 milhões em 2021 face a 2019, sabendo que 2022 será «outro muito bom ano»? Torna-se claro que a inflação afinal é benéfica para alguns.

> Fora o aumento de preços da energia anterior e posterior à guerra, temos assistido a uma verdadeira tempestade perfeita, combinação de fatores inflacionários, exacerbados pela lógica capitalista de acumulação de lucro em detrimento dos rendimentos dos trabalhadores."

Eucaliptocultura! Por um papel cultural que é nosso!?

Na década de 50, num Portugal protecionista da economia nacional, a indústria do papel iniciou a ocupação de espaços de floresta nativa e de terrenos de cultivo em detrimento das necessidades populares, pela Companhia Portuguesa de Celulose, que em 1957 foi pioneira na produção de pasta de papel de eucalipto, que veio substituir o pinheiro que, por sua vez, vinha substituir o cânhamo e o linho, hoje competidores da indústria do plástico e papel. Em 1975, com a passagem de Estado Novo para um Novo Estado, foi constituída a Portucel e reforçada a indústria com diversas fábricas. Continua sendo cada vez mais difícil defender os Baldios que mantinham comunidades auto-sustentadas da ocupação de território português nacional pela indústria do eucalipto[7]. A democracia consolidou-se, e em 2000 a Portucel adquire a Inapa e a Soporcel, dando origem à Navigator Company, que iniciou a navegação por novas águas, descobrindo novas formas de se manter competitiva e internacional.

A pensar no futuro, a Navigator inaugurou a fábrica About the Future em Setúbal, tornando-se a líder europeia de produção de papel fino de impressão e escrita no mesmo ano, 2009. Depois de abandonar a ideia de se instalar no Brasil devido à forte competição com empresas mais fortes, a Navigator decide voltar ao passado e constituir a Portucel Moçambique, que em 2021 enviou 5 navios com o espólio da sua plantação florestal em Moçambique[8].

No século XXI, a economia é sobre um «futuro sustentável» e a nova salvação do mundo e do homem é a energia verde, portanto, a Navigator não poderia deixar passar os apoios económicos, éticos e morais, e investiu na produção de biomassa e na utilização de gás natural. Procura assim introduzir uma nova técnica de exploração conhecida como *fracking*[9], para a qual a indústria fóssil tem pressionado Portugal a conceder licenças, através da Galp e pela voz de António Costa Silva, actual ministro da economia e ex-presidente da Partex Oil and Gas. O pretexto evocado é ajudar na redução da dívida do país e no combate às alterações climáticas, assim como canalizar apoios da UE que, em junho deste ano, abraçou o gás natural e a energia nuclear com o conceito de «neutralidade carbónica», sendo uma excelente notícia para a Navigator, que pode vender ou comprar recursos energéticos diretamente do Porto de Sines.

A Navigator, através da Portucel, está a baixar o custo de mão-de-obra ou deslocando a sua produção para Moçambique, ou melhor, a baixar ainda mais, porque em Portugal utilizava os pequenos produtores e suas propriedades, evitando os vários custos associados. As maiores empresas de papel também foram plantar no Brasil, à falta de espaço no país de origem que a Navigator encontrou em 2017, aquando da entrada do Regime Jurídico de Arborização e Rearborização, que limitava a plantação de eucalipto nas áreas ardidas.

Por um acordo etno-gráfico que reúna os povos milhões!

O Brasil representa 9,6 milhões da produção anual mundial de celulose e papel, correspondente a 174,7 milhões de toneladas, que segundo a Indústria Brasileira de Árvores ocupa 5,5 milhões de hectares de terra com uma produtividade média de 39 m³/ha/ano. O eucalipto representa 70% da floresta plantada no Brasil, mas as empresas florestais querem mais. Para isso, a Eucagen - Eucalytos Genome Network, publicou o genoma do eucalipto em 2014. Os primeiros cultivos experimentais foram realizados em 2006/2007, e em 2015 o Brasil foi o primeiro país a aprovar o eucalipto transgénico. Nos EUA, o Ministério da Agricultura (USDA) iniciou em 2013 a legalização desta nova estirpe criada pelo ser-humano. Em 2011 a ArborGen solicitara autorização para vender eucalipto transgénico. Nesta empresa passam muitos funcionários da Monsanto, como Barbara Wells, anteriormente chefe da divisão da produtora de soja transgénica Roundup Ready no Brasil. Da Monsanto também saem muitos elementos para a USDA. A Navigator também quer escrever o seu nome na história do eucalipto XXI, e para isso criou o RAIZ - Instituto de investigação da Floresta e do Papel, financiado em parte por fundos públicos e europeus.

Ideias para outro modo de produção

Estamos subordinados às leis irracionais e autotélicas do(s) Mercado(s). Por mais que procuremos revelar as suas facetas mais pérfidas, (ainda) pouca força temos para resistir aos seus efeitos. Isto porque dependemos de uma cadeia de abastecimento internacional sobre a qual não temos nenhuma influência e que subentende divisão e exploração social e destruição ambiental.

Por mais utópico que isto possa soar, para termos algum

controlo sobre os produtos de que necessitamos para viver (e para viver criando) temos de ser nós a produzi-los. É possível e desejável recriar a indústria do papel segundo princípios cooperativos e agroecológicos. Afinal, o que queremos não é a abolição de um produto, mas a redução dos impactos nefastos da sua indústria, seja em quem nela participa, seja nos ecossistemas sobre os quais é erigida. Portanto, deixamos aqui algumas ideias sobre como poderia ser produzido o papel numa sociedade pós-capitalista.

A iniciativa de organizar a produção de papel de forma ecológica e cooperativa tem de emergir das próprias comunidades (...) No final de contas, a questão-chave é inverter a lógica que subjaz à nossa actividade económica: deixar de produzir para enriquecer uma minoria e começar a produzir para enriquecer tanto comunidades quanto eco-sistemas.

Tendo reconhecido que a lógica da maximização do lucro impulsiona a busca por mão-de-obra cada vez mais barata, sobretudo em países em que a legislação laboral poucos direitos garante aos trabalhadores, mas também a desconsideração pelos danos ambientais provocados, parece-nos evidente que uma produção de papel em moldes ecológicos e socialmente justos implicaria uma auto-gestão horizontal. Assim, os próprios cooperantes poderiam decidir democraticamente o montante dos seus salários e o que fazer com o excedente - a sua riqueza comum (*commonwealth*)[10]. No entanto, para evitar cair numa lógica capitalista, as cooperativas de papel não poderiam ter como objectivo competir no mercado com outros produtores; pelo contrário, a produção de papel deveria responder directamente às necessidades da comunidade. Embora, obviamente, se procurasse reduzir o seu consumo. Além disso, o sucesso deste modo de produção depende de relações de apoio mútuo entre produtores de diferentes ramos, consumidores e o resto da comunidade implicada e da partilha de valores que sustentem a cooperação ao invés da competição, o bem comum em detrimento do lucro.

Isso implicaria, claro, que a produção de pasta de papel fosse sustentada pelo cultivo agroecológico, em alternativa ao regime de monocultura. No entanto, como já vimos, o eucalipto é uma planta particularmente problemática nesse sentido. Portanto, parece-nos lógico que se procure uma alternativa viável. Uma possibilidade seria o cânhamo, a mesma *Cannabis sativa* que, devido aos seus efeitos psicoativos, foi alvo de demonização, perseguição policial e punição judicial desde a segunda metade do século passado, sobretudo por influência dos EUA. Apesar de vários Estados a terem legalizado nas últimas décadas e de termos assistido a uma explosão de «lojas de CBD», onde se podem comprar extratos da planta com teor quase nulo de THC (Tetra-hidrocanabinol, a sua substância psicoativa), em Portugal a utilização desta planta para o fabrico de papel ainda é praticamente inexistente. O que é intrigante, visto que o CBD é extraído sobretudo da flor da canábis, enquanto a pasta de papel é produzida através do caule (embora as suas resistentes fibras também possam ser utilizadas para tecelagem, construção ou até mesmo para criar alternativas ao plástico), o que os tornariam complementares.

A fibra de cânhamo é utilizada para a produção de papel há mais de dois mil anos, e até aos finais do século XIX constituía a sua principal matéria-prima. Os resíduos de cordas, velas náuticas, roupas e trapos, sobretudo feitos de cânhamo ou linho, eram incluídos na sua confecção. Foram impressos em papel de cânhamo tanto notas bancárias quanto jornais e livros, desde os clássicos de Mark Twain, Victor Hugo e Alexander Dumas à Constituição e Declaração da Independência dos EUA e à Bíblia de Gutenberg. A madeira só se torna matéria-prima para pasta de papel com a revolução industrial, o que implicaria a sobre-exploração de florestas.

Em Portugal, a absoluta maioria do papel produzido no presente século provém do eucalipto, sobretudo devido ao seu rápido crescimento (10 a 12 anos até à colheita) em comparação com o de outras árvores. No entanto, o cânhamo apresenta uma série de vantagens sobre o eucalipto, inclusive ter um ciclo cultural de 3 a 6 meses, podendo ser introduzido num regime de rotação de culturas agrícolas e/ou conjugado com outras espécies benéficas para o ecossistema; exige pouca água, fertiliza o solo, previne a sua erosão e absorve quantidades substanciais de cobre, chumbo e cádmio; sequestra maior quantidade CO_2 da atmosfera; é menos inflamável, reduzindo a propagação em caso de incêndios; a sua fibra contém até três vezes mais celulose que a madeira; o seu papel, cuja produção não requer substâncias tóxicas de branqueamento, dura centenas de anos mais, sendo resistente à decomposição e ao amarelecimento e podendo ser reciclado até oito vezes (comparado a três vezes no caso do papel de árvore); além disso, as restantes partes da planta podem ser utilizadas para outros fins, incluindo alimentícios, energéticos, medicinais.

Infelizmente, na atualidade apenas 23 fábricas de papel no mundo todo utilizam fibra de cânhamo, sobretudo destinado à produção especializada de alta qualidade. Portugal, apesar de não acolher nenhuma delas, já foi um grande produtor de cânhamo, sobretudo destinado a fibras de tear, inclusive para as velas e cordas das caravelas utilizadas nas explorações marítimas. Esta planta também marca a toponímia portuguesa, como é o caso de Marco de Canaveses, em tempos um imenso canavial (i.e. campo de *cânhamo*). O Ministério da Agricultura português, que a descreve como «uma planta vigorosa com uma forte raiz aprumada tendo um forte poder estruturante do solo», sublinha que «dada a sua proximidade com a cannabis indica (marijuana) a regulamentação desta cultura é muito restrita» e que «[é] proibido para os produtores de cânhamo resemear a própria semente» (sic). Estas declarações evidenciam as políticas repressivas que subsistem quanto ao uso recreativo desta planta psicotrópica, apesar do mundialmente reconhecido sucesso das políticas portuguesas de descriminalização das drogas ilícitas.

Embora reconheçamos que esse é um tema que ultrapassa os limites deste artigo, e que existem outras alternativas ao papel de eucalipto (bambu, algodão, linho, quenafe, bagaço de cana-de-açúcar, espada-de-São-Jorge, etc.), a nossa investigação aponta para a sua viabilidade, tanto em termos ecológicos como de qualidade material. Mas, no final de contas, a iniciativa de organizar a produção de papel de forma ecológica e cooperativa tem de emergir das próprias comunidades[11]. Produzir papel em associação directa com consumidores, comerciantes e outros produtores permitiria reduzir o desperdício, melhor estimar as necessidades de cada parte, assim como reduzir custos em intermediários, transporte e taxas alfandegárias. Isto é igualmente aplicável a qualquer outra indústria, nomeadamente à indústria da tinta, de que o Jornal também depende. No final de contas, a questão-chave é inverter a lógica que subjaz à nossa actividade económica: deixar de produzir para enriquecer uma minoria e começar a produzir para enriquecer tanto comunidades quanto ecossistemas.

NOTAS

1 *As Aventuras da Mercadoria,* Anselm Jappe, Antígona, Lisboa, 2006 [2003]: 35-40.

2 Versão em inglês do site oficial do Banco Central Europeu, no separador "The euro", "Our money", "Banknote production and stocks" (traduzido por Filipe Olival)

3 Por uma questão de espaço, decidiu-se reservar as fontes para a publicação online. No entanto, se quiseres conhecê-las já, convidamos-te a pedi-lo por email aos autores.

4 Por «artificial», queremos dizer que tem causas temporárias e não representativas de verdadeiras tendências de longo prazo na economia, apenas flutuações ilusórias que resultam da natureza do sistema económico capitalista (p.e. Exploração, *Panic Buying*, etc...)

5 Índice que mede a concentração numa indústria, sendo que a partir de 1500 é considerada concentrada e a partir de 2500 muito concentrada.

6 Pierre-Joseph Proudhon, 1847. «Monopólio». em *A Filosofia da Miséria*, Cap.4 (online).

7 «A lei da Degeneração dos Baldios», Jornal Mapa, 6 de Julho de 2015

8 «Floresta Colonial: a eucaliptização de Moçambique», Jornal Mapa, 27 de Novembro de 2021

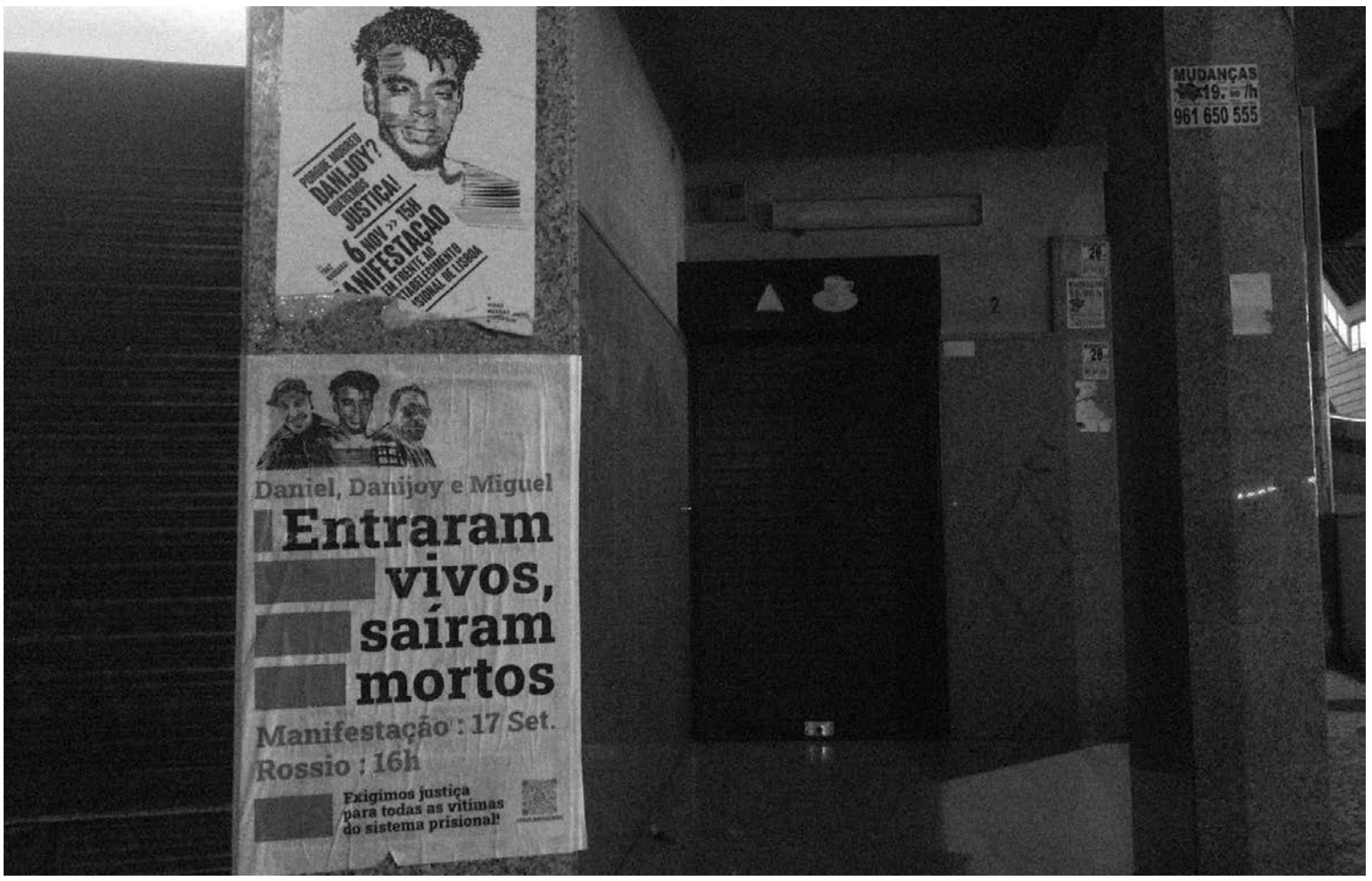
9 «A Elevada Factura da Fractura Hidráulica», Jornal Mapa, 26 de Dezembro de 2013

10 Segue-se a sugestão de Massimo de Angelis (2017. *Omnia Sunt Communia*. Zed Books. London: 111.), como alternativa ao termo «capital [social]», para sublinhar que o que se pretende é reproduzir um sistema social distinto: um sistema comunal (*commons*).

11 Por exemplo, a Cooperativa La Chanvrière, em França, produz óleo, sementes, lascas, fibra e granulado de cânhamo, com inúmeras aplicações, entre as quais a pasta de papel.

Daniel, Danijoy e Miguel
Um ano de luto, um ano sem respostas.

A um ano das mortes de Daniel Rodrigues e Danijoy Pontes (encontrados sem vida a 15 de setembro nas suas celas no Estabelecimento Prisional de Lisboa) e de Miguel Cesteiro, quatro meses depois, uma manifestação volta a juntar as famílias em luta pela verdade das mortes dos seus familiares. O silêncio cúmplice do estado e da sociedade sobre as condições desumanas a que estão condenadas as pessoas presas, tornou-se ensurdecedor para estas famílias e para muitas pessoas solidárias, que prometem não desistir enquanto não haja justiça para estas mortes e todas as vítimas do sistema prisional. Aqui publicamos o manifesto da convocatória para a manifestação de 17 de Setembro.



Um ano de luto, sem Justiça. As famílias de Daniel Rodrigues e Danijoy Pontes - que morreram no dia 15 de setembro de 2021, no Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) - ainda hoje não têm respostas concretas sobre a causa de morte dos dois jovens. A estas, soma-se a família de Miguel Cesteiro, encontrado morto no Estabelecimento Prisional de Alcoentre, a 10 de janeiro de 2022. Ao contrário do que diz a lei, perante estas três mortes, todas em circunstâncias suspeitas, a Polícia Judiciária não foi chamada ao local. Além disso, a demora no acesso aos corpos das vítimas e aos relatórios das autópsias por parte das famílias são sintomáticos da invisibilização produzida pelo estado que condena ao silêncio e ao esquecimento as violações nas cadeias portuguesas. Como é possível que a DGRSP se tenha apressado a arquivar tão rapidamente estes casos? Porque não respondem aos pedidos feitos pelos advogados? Onde estão os relatórios das autópsias de Daniel e Miguel?

De facto, as instituições de justiça portuguesas ignoram o sofrimento e a angústia das mães, filhos e filhas das vítimas do estado, parecendo não se preocupar com o facto de, em Portugal, o tempo médio de duração da pena de prisão ser o triplo da média europeia, e de, nas últimas décadas, Portugal ser dos países onde mais se morre nas prisões e o terceiro com maior taxa de suicídio. Acrescem ainda denúncias sistemáticas de situações de tratamento desumano e tortura nas prisões. Porque esteve Danijoy na solitária nos dias que antecederam a sua morte e porque continuam a existir estes espaços? Porque não puderam as mães visitar os seus filhos durante tanto tempo?

Tudo isto revela como a punição (das mais diversas formas), o castigo e a violência institucional orientam as práticas quotidianas nas prisões. A isto acrescenta-se uma tendência geral de controlo e repressão com base na sobremedicalização, aplicada com a cumplicidade dos profissionais de saúde que trabalham nas prisões, através da prescrição generalizada de um cocktail de fármacos perigosos para a vida das pessoas, como antipsicóticos, sedativos e metadona. Todas estas drogas foram reveladas nas autópsias de Danijoy e Daniel. Porque tomavam Daniel e Danijoy certos medicamentos mesmo que não sofressem de doenças que justificassem a sua prescrição?

Além do mais, o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade afirma que a pessoa reclusa mantém a titularidade dos direitos fundamentais, de acesso a cuidados de saúde em ambulatório e internamento hospitalar em condições idênticas às que são asseguradas em liberdade.

> Acrescem ainda denúncias sistemáticas de situações de tratamento desumano e tortura nas prisões. Porque esteve Danijoy na solitária nos dias que antecederam a sua morte e porque continuam a existir estes espaços?

Contudo, com base na experiência de grupos e coletivos de apoio, nos relatos de pessoas presas e das suas famílias e em relatórios de organismos internacionais, é evidente uma constante negligência e falta de acesso à prevenção, assistência médica e terapias. Mas o estado português segue indiferente ao apelo das famílias e da sociedade organizada por justiça e verdade. Porque morreram Daniel, Danijoy e Miguel e até quando continuarão a morrer pessoas sob tutela estatal?

Os relatórios internacionais confirmam que há perigo de vida nas prisões e que a política de segurança pública e justiça em Portugal produz terror, dor e morte contra pessoas negras, ciganas e pobres. Se assim não o fosse, como explicar a razão pela qual Portugal apresenta taxas de encarceramento bem acima da média? O mesmo em relação à taxa de encarceramento de mulheres e de pessoas estrangeiras, à percentagem de pessoas detidas enquanto aguardam julgamento ou à sobrelotação nas prisões? Exigimos respostas céleres!

A indiferença, o racismo institucional e a negligência estatal em relação às mortes de Daniel, Danijoy, Miguel e tantas outras, demonstra-nos que o estado impossibilita, dificulta e promove obstáculos à luta das famílias por Verdade e Justiça. Mas as mães e os familiares das vítimas do estado resistem! Seguem na luta!

Contra a indiferença, pela memória e por igualdade convocamos todes a estarem com estas famílias, dia 17 de setembro, às 16h30, no Rossio (Lisboa), numa manifestação para exigir justiça por Daniel, Danijoy, Miguel e todas as vítimas do sistema prisional.

18 CARTAS QUE DERRUBAM MUROS

Publicamos três cartas onde se denunciam os permanentes abusos que sofrem quotidianamente as pessoas reclusas por parte de um sistema que castiga, das mais variadas formas, aqueles e aquelas que a sociedade condena ao esquecimento e ao estigma.

Aos corações que se lembram que as prisões existem: vocês.

Às reclusas que, se não tentarem mudar o hoje, os amanhãs serão sempre iguais a ontem.

As reclusas do E.P. vêm por este meio apelar à vossa atenção para a situação presente, que se vive neste estabelecimento prisional feminino.

Um atentado aos nossos mais elementares direitos, previstos na constituição portuguesa e nos direitos humanos internacionais. Cuidados de saúde. Consultas de clínica geral com esperas de semanas, pedidos incontáveis com resposta zero.

Dentista, inúmeros casos de espera, acima dos três meses; abcessos tratados com Ibuprofeno (quando há em *stock*) ou Paracetamol. Consultas de especialidade, acima dos seis meses de espera e, em alguns casos, anos. Reclusas devolvidas à liberdade sem nunca terem sido diagnosticadas e tratadas.

A medicação prescrita, por vezes, vem errada para os pavilhões (dezenas de vezes), e quando por nós é exigida a correção, ouvimos «tome se quiser». Nota: medicação de psiquiatria, o que agrava as consequências de toma indevida por outras reclusas, por não terem formação médica nem saberem os riscos inerentes a tamanha negligência.

As refeições são pobres em ingredientes para uma alimentação equilibrada, durante semanas, meses, sempre igual.

Legumes, praticamente não existem. Arroz e massa alimentícia são fornecidas diariamente. É um sonho, esporadicamente um vegetal espreita no prato, pelo cantinho do nosso imaginário.

Carne e peixe, em quantidades equivalentes à refeição de uma criança em idade pré-escolar. Na maioria das vezes, refeições mal cozinhadas, cruas e isentas de tempero.

As refeições vegetarianas são surreais, grão, arroz, feijão e massa e repete-se o menu na refeição seguinte, na semana seguinte e no mês seguinte.

Inúmeros casos de intolerâncias alimentares, tantos que o serviço de enfermagem traz diariamente para os pavilhões anti-histamínicos que são distribuídos voluntariamente, sem prescrição médica, a quem se queixa de erupções cutâneas ou distúrbios intestinais.

A sopa, primeiro alimento da tabela alimentar ou se reduz a uma solução aquosa, ou a uma massa com a consistência que normalmente se associa a um pudim. Sem sabor e mais uma vez, ausência de legumes.

Os reforços que nos são fornecidos às 19 horas são constituídos por pão, doce na maioria das vezes, esporadicamente um pão com queijo ou manteiga e um dia por semana com fiambre, esse intragável, adulterado pelo calor, de cheiro nauseabundo e coloração esverdeada, pelo tempo entre a confeção e a entrega.

Os contactos com o exterior são caóticos. Duas cabinas de telefone por piso e duas no recreio para cerca de 180 reclusas.

O ruído inerente à dimensão do espaço e quantidade de reclusas é gigantesco, o que, como é óbvio, é impossível isentar ou fazer-nos ouvir nos parcos cinco minutos diários, além do fator privacidade.

A correspondência é revista pelo corpo de guardas, envelopes e selos são apreendidos porque a cantina vende-os. Surreal é a cantina vender envelopes brancos, mas selos não. Um negócio implantado.

Na higienização das celas são-nos fornecidos cinco litros de lixívia, diluídos em água, por cela com quatro mulheres cada. Quatro rolos de papel higiénico por mês. Existem reclusas que não têm qualquer apoio familiar a nível financeiro, a atividade laboral no E.P. é diminuta e só uma percentagem muito baixa a consegue, o que torna a situação degradante para estas reclusas. Quatro pedaços minúsculos de sabão azul e branco, destinados a lavagem de roupa e para alguns até para a sua higiene pessoal.

> Estamos privadas da liberdade à ordem dos tribunais competentes, a cumprir as penas que nos foram impostas, mas aqui a sensação é de um segundo julgamento e um duplo castigo.

A cantina do E.P. tem bens à venda, mas, por rotina, os produtos mais acessíveis não chegam para todas as reclusas. Bens esgotados durante meses… Por exemplo, a aveia não existe há meses, um alimento que utilizamos para suprimir a carência de outros.

As condições de habitabilidade são precárias, celas com esgotos entupidos, janelas partidas e outras inexistentes. Cobertores na quantia de quatro em más condições, que durante os meses de inverno não combatem o frio pela falta de janelas.

E por fim o acesso aos serviços de educação, chefia e Diretoria do E.P.

É-nos fornecido um cartão PT onde, por pressuposto, deveriam ser inseridos os números de telefone de familiares, mas para tal é exigido um comprovativo enviado para um email do E.P., com o número e o nome do utilizador. Inúmeros emails enviados, e por vezes meses até os números serem inseridos, privando-nos do contacto com a família.

Quando pedimos esclarecimentos aos serviços de educação, na maioria das vezes, nem resposta obtemos. Existem reclusas que não sabem o nome da educadora que lhe foi atribuída, basicamente porque não a conhecem. Só podemos fazer um pedido por semana para os serviços pretendidos e assim se arrasta por meses a solução dos problemas de quem se encontra impotente para se fazer ouvir.

Regime de visitas e bens permitidos entrar no E.P.: um kg de bens alimentares por visita, mas o critério dos produtos não é igual para o corpo de guardas na portaria.

Existe uma tabela de bens permitidos, mas o critério é deixado ao grau de humor de quem faz a revista aos sacos. Produtos que entram numa visita, na próxima não podem entrar. Pura utopia a lista afixada. Encomendas são permitidas se devidamente autorizadas, mas é recorrente que pura e simplesmente se evaporem dentro do E.P.

Transferências bancárias que levam meses a entrar na conta da reclusa e outras que nunca entram.

Erros básicos de valores inseridos na conta de outras reclusas e jamais resolvidos. Cartas dirigidas ao Sr. Comissário e Sra. Directora, sem resposta. Correspondência para instâncias superiores violada e retida no E.P., etc., etc.

Todos os factos expostos são rigorosamente verdade, sem exageros ou ficção.

Estamos privadas da liberdade à ordem dos tribunais competentes, a cumprir as penas que nos foram impostas, mas aqui a sensação é de um segundo julgamento e um duplo castigo, é unânime, questionamo-nos se a reinserção social de que tanto ouvimos falar em debates políticos e na comunicação social é uma mera fantochada, onde quem mexe as cordas do nosso futuro manipula a seu bel-prazer o nosso destino.

Sentimentos ambíguos contra um sistema que se propõe o travão a quem viveu à margem da lei, mas não cria condições para tal.

O estigma da prisão está e vai connosco na revolta interior de não passarmos de meros números.

Atentamente.

As reclusas do pavilhão x.

OS INGOVERNÁVEIS

Olá M.

Seguem alguns relatos do que acontece aqui na prisão.

Antes disso quero falar sobre o sistema judiciário que é TOTALMENTE falho. Deveria ser feita uma reforma na justiça pelos seguintes factos:

Primeiro erro: não existe comunicação entre os juízes. O meu exemplo – fui ao primeiro interrogatório na juíza de instrução, que me deu prisão preventiva. Depois fui para julgamento com juíza da comarca de Lisboa, que não me deu a opção de ser julgada como brasileira, pois eu tinha residência fixa, trabalho, atividade aberta nas finanças, etc. E negou pena suspensa por «perigo de fuga». E, quem responde por mim agora é a juíza do Tribunal de Execução de Penas (TEP), que negou o meu segundo pedido de precária por perigo de fuga. Vê a contradição? Fui julgada como portuguesa, mas não me dão oportunidade de sair de precária, e alegam «perigo de fuga». Contraditório, não é?

Segundo Erro: Como pedófilos violadores, homens que batem em mulheres estão soltos?

Aqui as educadoras mal aparecem, demoram a responder aos pedidos, ou seja: não fazem nada. Emprego é regalia. Só trabalha quem «puxa o saco» das guardas e a diretora não permite fazer voluntariado.

Eu adquiri colesterol alto, pois a comida é cheia de óleo e temperos industrializados, estou tomando Sinvastatina. Aqui a comida é de péssima qualidade, comemos alface duas vezes por mês, ou seja, não comemos todos os minerais e vitaminas tanto que há gente com anemia.

Para sermos atendidas pelo clínico geral demora meses.

Há guardas que são xenofóbicas, racistas e nos tratam com grosseria, nos chamam de galinhas, não gostam de brasileiras. Vou contar duas situações que passei aqui com a Guarda N. e o Chefe B.

Eu e mais 11 reclusas apanhámos covid e fomos para quarentena de sete dias. Não trouxeram as coisas que pedimos (não deixaram virmos à cela buscar e a cela toda infectou), não nos deram papel higiénico, água, entre outras coisas. A comida vinha pouca na marmita e não havia guardas à noite, sabemos disso pois bateram na porta porque uma reclusa estava passando mal e ninguém apareceu. E com cinco dias de quarentena, eu e as demais reclusas pedimos para comprar água e a guarda disse que estávamos reclamando de barriga cheia, pois no Brasil nem água tinha. O chefe disse que as brasileiras não são ninguém e que ele não pegava essas coisas de quem estava doente.

Aqui a comida é de péssima qualidade, comemos alface duas vezes por mês, ou seja, não comemos todos os minerais e vitaminas tanto que há gente com anemia.

Nunca conseguimos ter voz. As chefes de turno não deixam ninguém falar com o comissário. As queixas para a diretora não chegam a ela, e muitas vezes quando chegam, ela demora a responder e não ajuda em nada.

A lei diz que devemos ter reinserção social, ou seja, empregos, cursos, etc. Porém não temos nada, passamos os dias sem nada para fazer. Me sinto mal. Estou perdendo tempo sem fazer nada aqui. É horrível, me sinto inútil, impotente.

Assunto: Abuso de autoridade, homofobia e negligência no trabalho

Eu venho por este meio comunicar que numa tarde, pedi para fazer uma ligação para minha mãe no Brasil junto à minha namorada no hall do 1° piso no telefone das escadas e ela permitiu, então tivemos de aguardar 2 reclusas que estavam à frente para ligar, e assim que chegou à nossa vez liguei para minha mãe e ela ao atender, logo já aparece a dona H. ao pé do telefone a gritar sem nenhum pingo de educação a mandar-nos para nosso piso impedindo-nos de fazer a ligação, sendo que a minha mãe apenas queria falar com a sua nora.

Fiquei enervada mas fui para o meu piso calada, mas também muito chateada, pois se eu não poderia fazer a ligação porque é que ela havia permitido? Pura negligência de trabalho. E justamente na hora em que minha mãe atende o telefone, a dona H. percebe-se, e começa a dar shows, berros e a abusar da sua autoridade, pois ali não houve sequer um pingo de respeito e capacidade para exercer o seu cargo, e cá já há muitas reclusas fartas dela. A minha família não tem nada a ver com o stress de trabalho de guarda, e ATENÇÃO reclusa sou eu, não minha mãe, que com toda a gritaria que ela fez acabou por deixar minha mãe preocupada e aflita sem saber o que se passava pois tive de desligar o telefone rapidamente.

Em seguida quando eu já estava no meu piso, a dona H. com uma atitude infantil e precária mandou bocas e à minha namorada e ela permaneceu calada para não haver conflitos, depois disse também que se ela era minha mulher que eu pegasse nas coisas dela e a levasse daqui, mas como? Se estamos detidas. Já estava muito enervada, fui para a minha cela e depois voltei para retornar à ligação para minha mãe, e estavam muitas guardas no gradão inclusive o comissário a ouvir reclamações de outra reclusa, e assim aproveitei para expor e falar o que estava a sentir, que toda a situação que eu havia acabado de passar era abuso de autoridade e um familiar nosso não tem nada a ver, porém com toda a situação fiquei muito exaltada e com isso mandaram-me ao gabinete, junto a patrulha de guardas a me acompanhar, onde fecharam a porta, e em seguido o chefe P. empurra-me e pega-me pelo braço com muita força, e eu disse: Agora vais bater em mulher? Covarde, eu ainda não esquecei do ato de xenofobia que fizeste comigo no caminho da clínica, experimente tocar-me um dedo que lhe meto um processo. Claro pois ele outro dia foi super machista, arrogante e xenófobo em uma conversa a caminho para a clínica onde ele corrigia a minha gramática Brasileira sendo que eu fiz ensino superior 2 anos de Engenharia Civil e a gramática Portuguesa é complemente diferente da nossa Brasileira, nota-se ao conjugar verbos, ou seja nenhuma e nem a outra errada, Portugal colonizou o Brasil, mas lá já havia índios a morar quando chegaram, estou exausta de ser tratada até pela enfermeira que também já fiz queixa por ser xenófoba com nós Brasileiros, cá dentro do pavilhão há muitas injustiças, xenofobia, abuso de autoridade, negligência de trabalho e homofobia que é CRIME!

Pois ele (o chefe dos guardas) noutro dia foi super machista, arrogante e xenofóbico numa conversa no caminho para as clínicas onde corrigia a minha gramática Brasileira, sendo que eu fiz ensino superior dois anos em Engenharia Civil e a gramática Portuguesa é completamente diferente da nossa.

O comissário atento ao conflito que estava acontecer, levou-me para outra parte de escritório, onde foi muito educado, me ouviu, falou e me acalmou, pois nesse momento mostrou-se um homem humano, com total capacidade e experiência de trabalho cujo o cargo que tem, e acabou toda a confusão.

autonomia e liberdade em todos os aspectos da vida.

mapa : 10 ANOS de Informação Crítica

2012-2022

O Mapa é, desde 2012, um jornal trimestral de informação crítica, desenvolvimento da crítica enquanto alimento do pensamento e de práticas de

da informação, debate e discussão, a ser usada para o desen

...o crítica à venda em espaços associativos, livrarias, quiosques, etc..

É é acima de tudo, suportado pelos seus assinantes. Propõe-se enquanto ferramenta, através

jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal/

Podemos tecer o futuro das nossas aldeias com a lã que fiaram as nossas antepassadas?

Marina I. Villaverde López e a memória atávica da lã

Marina I. Villaverde López revaloriza, através do seu projeto artístico «A memória atávica da lã», a matéria-prima e os saberes de quem durante séculos cuidou do gado e do território.
Violeta Aguado Delgado

–Pai –acusa–, e então onde é que estavam os camponeses?
–Onde estivemos sempre, Violeta, a resistir na aldeia, na terra, nos campos com as ovelhas, a produzir em economias solidárias fora de sistemas perversos. Contra a corrente que sempre nos quis desmantelar, anular e ignorar. Porque não nos movemos da terra, por isso somos movimento. Como o mar.
Gustavo Duch

VIOLETA AGUADO DELGADO
FOTOS **LUCÍA BURÓN** @LUBCA_
INFOGRAFIA **MARINA I. VILLAVERDE LÓPEZ**
TRADUÇÃO DE AURORA SANTOS DO ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA SOBERANIA ALIMENTARIA, BIODIVERSIDAD Y CULTURAS, Nº 43, 2022

Quando eu e a Marina nos conhecemos, descobrimos que estávamos ligadas por um fino fio de lã invisível, um fio que tecia palavras e formava um conto, as palavras que Gustavo Duch retratou um dia num papel sem saber que com elas estava a fiar uma madeixa de lã, a da nossa história.

«Marina, ela é a Violeta, a Violeta do conto», disseram-lhe um dia quando nos vimos num encontro de jovens rurais. O conto tinha nascido muito antes quando, na Puerta del Sol em Madrid, eu, uma jovem que acabava de sair da aldeia, descobria no movimento do 15M aquilo que sem saber estava à procura. O erro, como diz o conto, foi acreditar que tinha de sair da terra para o encontrar. A Marina, por sua vez, descobriu o conto anos depois. Nele encontrou o fecho perfeito para concluir «A memória atávica da lã», o que inicialmente não era mais do que um trabalho final de estudos e que acabaria por se tornar depois um processo através do qual voltar à terra.

Cabos soltos

«Atávico pertence a atavismo. O atavismo define-se como o comportamento que faz continuar ideias ou forma de vida próprias dos antepassados; também podemos defini-lo como o reaparecimento nos seres vivos de caracteres próprios dos seus ascendentes mais ou menos remotos». Quando Marina encontrou esta definição soube que tinha dado com o fio condutor do seu projeto. «A memória atávica da lã» é a história de uma procura, a de uma jovem licenciada em Belas Artes que saiu da sua pequena aldeia palentina, Cevico de la Torre, para regressar a ela vários anos depois com o fim de voltar a tecer com a lã das ovelhas de Tito, o único pastor de ovelha churra que restava no município.

A procura de Marina começou quando ia realizar o seu trabalho final do Curso Superior de Artes Plásticas e Desenho que estava a fazer na cidade de Barcelona. Nesse momento apercebeu-se de que a maior parte da sua formação se tinha centrado no estudo de técnicas contemporâneas e que no seu longo caminho educativo nunca lhe tinham ensinado sobre a matéria-prima, a da fibra em si. Foi então quando pensou nas ovelhas da sua aldeia, na lã que já ninguém queria e em todos esses saberes que ninguém lhe tinha ensinado e que estavam praticamente a desaparecer.

A protagonista desta história não vem de uma família de pastores e nunca tinha sido consciente deste ofício. As caganitas que as ovelhas deixavam nas ruas da sua aldeia eram a única referência de Marina a este respeito, esquecendo um passado não tão longínquo onde as ovelhas e as pessoas conviviam e o território não se modelava a partir das políticas de um gabinete da cidade, e sim à base de sustentar a vida de quem o habitava.

Marina estava desvinculada das ovelhas, tal como eu, filha de pastor, e tal como tantas outras jovens que não aprendemos a amar o nosso território. E é que é difícil querer ficar num sítio quando toda a gente te diz que a melhor opção de futuro é ir embora. Como continuar então a fiar uma madeixa de lã que não está afincada a nenhum sítio?

Olhar para o futuro sem deixar de olhar para trás

Como resposta a essa inquietação, nasceu «A memória atávica da lã», um projeto artístico baseado na recuperação do ciclo de produção artesanal da lã a partir da valorização da matéria-prima e dos saberes tradicionais de quem realizou este ofício durante séculos. Uma aposta pela proteção do conhecimento artesão, da memória coletiva e do respeito pelo meio natural e os ciclos biológicos em oposição à produção massiva industrial de produtos têxteis iguais e perfeitos.

Este projeto dirige o olhar para o futuro sem deixar de olhar para trás, repensando a nossa terra, Castela, conhecida durante a Idade Média por possuir uma das indústrias têxteis mais destacadas do mundo. Um lugar onde, pela sua relevância, a lã recebeu o nome de «ouro branco» e se tornou uma das matérias mais comercializadas da Europa, possibilitando a posterior criação do Honrado Concelho da Mesta[1] que iria outorgar a criadores de gado e pastores importantes privilégios e liberdades. O comércio da lã foi, também, um elemento histórico de coesão europeia que criou um itinerário cultural que proporcionava ferramentas de investigação e desenvolvimento.

Contudo, a mudança da situação económica e política de Castela em finais do século XVIII e a expansão da ovelha de raça merina pelos cinco continentes provocaram que a exportação da lã fosse menos competitiva e gerou conflitos entre a indústria e os criadores de gado, que finalmente perderam os seus privilégios. A chegada da industrialização e a posterior tecnicização do campo deixaram um cenário ainda mais negativo para um produto que praticamente não tem valor nos dias de hoje.

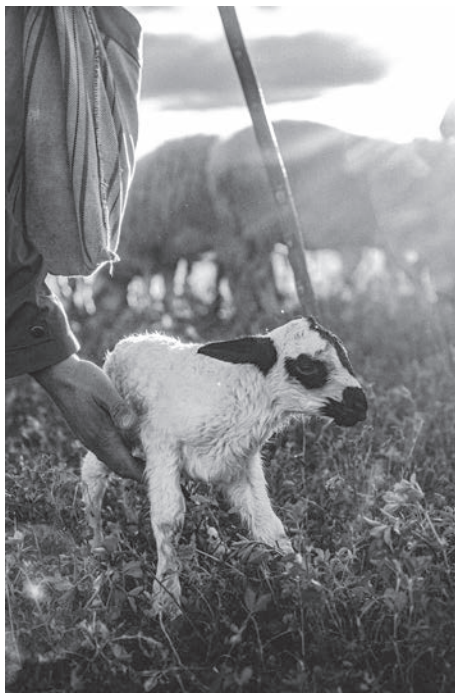
Em Castela os rebanhos já quase que deixaram de recorrer vias pecuárias, prados e ruas. A lã, antes «ouro branco», passou a ser uma matéria-prima cujo preço desceu tanto no mercado que os custos da esquia são superiores aos rendimentos que gera. Desde os anos sessenta, este produto sofreu um progressivo abandono devido ao aparecimento de outras fibras, a maioria sintéticas, e hoje em dia a lã passou a ser um subproduto do qual muitos criadores de gados se têm que desfazer.

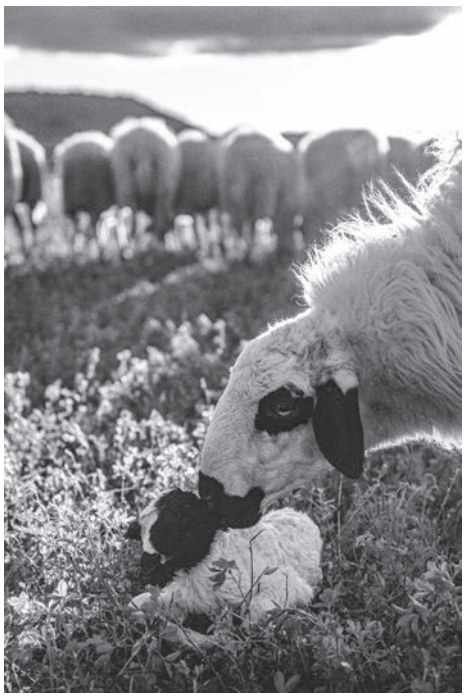
A perda do valor da lã foi de mão dada com a rutura de um território e de formas de vida, as camponesas, que caíram no esquecimento. «As ovelhas fizeram o território e o seu desaparecimento fez com que também desaparecessem as coisas primárias do nosso lugar, essa essência, a raiz. Desenraizámo-nos», relata Marina ao descrever o porquê deste projeto.

Uma mudança nas consciências e nos tempos da vida

Em oposição a este esquecimento, a artista palentina propôs-se recuperar, passo a passo, o procedimento do processo de produção tradicional desta matéria. Fê-lo recolhendo os velos das ovelhas do Tito depois da esquia, lavando a lã no ribeiro, recolhendo plantas para o tingimento natural da fibra, realizando o processo de cardagem para desenredar o produto, fiando-o de seguida para conseguir um fio resistente que posteriormente tingia com pinturas naturais e tecia para elaborar uma tapeçaria impregnada de memória. A memória histórica, cultural e natural da nossa terra, um património imaterial que merece ser recuperado, relembrado, e reaprendido, já que nele se encontram algumas das chaves para enfrentar o futuro.

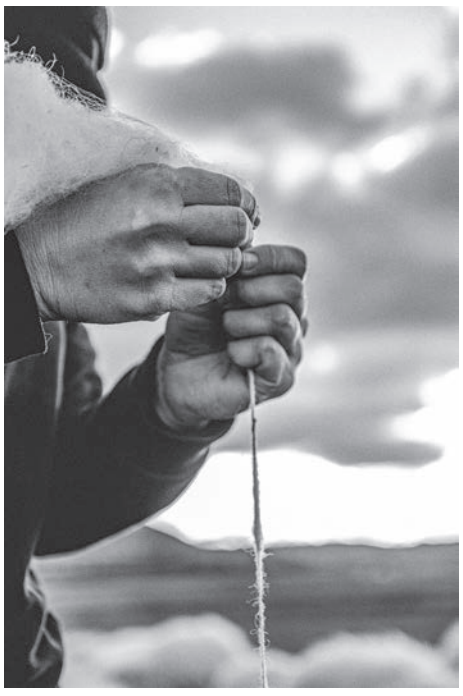
«O que tenho feito nos últimos anos da minha vida é procurar a origem das coisas, porque isso faz-me ser mais autossuficiente. A autossuficiência é a forma de seres capaz por ti própria de gerir as coisas, e as





nossas antepassadas estavam mais ligadas a isso», responde Marina quando lhe pergunto porque é que decidiu voltar à aldeia e realizar este projeto.

«A memória atávica da lã» reclama uma mudança nas consciências e nos tempos da vida. Marina assim o experimentou durante o decorrer do seu projeto quando se surpreendeu a desfrutar da lentidão dos seus processos. Isto levou-a a entrar nos ritmos, já distantes, dos pastores e pastoras cujos tempos de vida eram os do gado, da paisagem e das estações.



Marina estava desvinculada das ovelhas, tal como eu, filha de pastor, e tal como tantas outras jovens que não aprendemos a amar o nosso território.

Através da «memória atávica da lã» não foi só Marina que se voltou a ligar à sua terra, mas também os vizinhos e vizinhas da sua aldeia que voltaram a pegar no fio do que parecia um novelo esquecido das suas vidas. Surpreendidos, sorriam quando viam Marina a fiar «como antigamente» enquanto trabalhava na bilheteira das piscinas de Cevico de la Torre durante todo o verão. Da perplexidade passaram a procurar na sua memória e, ao puxar pelo fio, trouxeram para o presente pedaços das suas vidas que pensavam esquecidos. Como sucedeu à «Chora», filha de pastores, que se viu a si própria quando observou como Marina lavava os velos da lã no ribeiro.

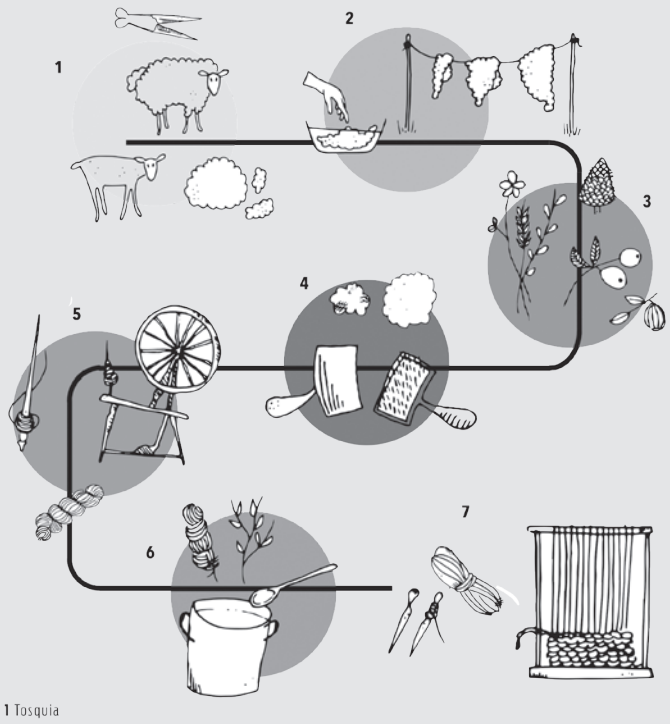
A memória coletiva passou então a formar parte do tecido do projeto. As mãos de Marina, jovens e suaves, mãos de quem nunca trabalhou no campo, aprendiam a fiar, ao mesmo tempo que se misturavam com as histórias de quem tem essas mãos da terra, arrugadas e partidas, curtidas pelo tempo e o trabalho. Foi então que Marina fez suas as palavras da escritora Nelly Pons, que como ela, como nós, se reconheceu quando voltou ao lugar de onde tinha saído: «E a mim, que nasci na terra, fizeram-me falta quase trinta anos para voltar a ela e compreender que, seguindo certas crenças e com o desejo de fazer as coisas melhor, não me tinham transmitido nada desse saber. As minhas mãos lisas e brancas envergonhavam-me. A minha geração, arrancada da natureza, tinha-se tornado incapaz de se alimentar por si mesma».

O projeto da Marina conectava com as gentes da sua aldeia, demonstrando que os saberes atávicos como a produção da lã continuam vivos dentro das pessoas, de quem os pôs em prática a partir do aprendido dos seus predecessores. Porque a memória não só se esconde nos recantos mais ou menos lúcidos das nossas recordações, como também repousa nas nossas mãos, na nossa maneira de caminhar, nesse gesto que repetimos e desconhecemos o porquê. Por isso, no dia em que Marina apresentou o projeto na sua aldeia, sentiu a emoção das suas vizinhas, porque trazer para o presente os seus saberes é não só uma maneira de atualizar experiências que podiam dar resposta às vicissitudes do agora como também uma forma de reivindicar as vidas de quem acreditou que as suas formas, o seu trabalho, as suas tarefas, as suas conversas, as suas lembranças, não valiam nada.

Essa herança chegou até nós, até à Violeta do conto e até à Marina da lã. A uma geração de crianças rurais que aprenderam a responder com profissões da cidade quando lhes perguntavam na escola o que queriam ser quando fossem grandes. Nós, que viemos de um lugar dedicado ao campo, que jamais pensámos em cultivar as terras dos nossos antepassados, nem fazer a horta junto à levada, nem levar o rebanho até ao moinho. Nós, com currículos cheios de aprendizagens, não sabemos pegar na enxada, nem reproduzir sementes, nem tecer à mão. Nós, que, apesar de tudo, regressámos, puxando o fio que nos ligava à nossa terra e com as mãos, saberes e pesares de quem conviveu com a lã e com as ovelhas. Pode ser que finalmente «A memória atávica da lã» tenha trazido algo de esperança às nossas aldeias, porque da última vez que Marina redigiu o seu curriculum, relembrou o conto e acrescentou mais uma secção, Marina é agora «futura camponesa».

A MEMÓRIA ATÁVICA DA LÃ
Marina I. Villaverde López

processo de produção artesanal da lã



1 Tosquia
2 Lavagem e secagem
3 Recolha de plantas
4 Cardagem
5 Fiação
6 Tingimento natural
7 Tecelagem

NOTAS

1 O Honrado Concejo de la Mesta foi uma organização criada em Castela no século XIII para a defesa dos interesses dos criadores e pastores de ovelhas, onde se decidiam e regulamentavam as regras para o exercício da sua atividade (N.T.)

Combater a guerra na Rússia

Antti Rautiainen entrevistado por Pedro Morais

Antti Rautiainen é um anarquista finlandês, membro da federação Ação Autónoma e escreve frequentemente para o sítio de notícias anarquistas russo Avtonom. Antti viveu durante doze anos na Rússia, até ter recebido ordem de expulsão em 2012 por causa das suas actividades políticas. Contudo, manteve contacto com a realidade russa e escreve frequentemente sobre o contexto anarquista naquele país. Recentemente esteve em Portugal, onde fez duas apresentações sobre a resistência anarquista e antiautoritária à guerra na Rússia. Aproveitámos a ocasião para falarmos um pouco com ele sobre a guerra na Ucrânia e a resistência à guerra na Rússia.

Depois do início da guerra na Ucrânia, temos visto vários protestos em diferentes cidades da Rússia, com muitas pessoas detidas. Agora que já passaram cinco meses desde o seu início, podes dizer-nos qual tem sido a resistência e a acção antiautoritária e anarquista na Rússia de Putin? Quais são as formas e possibilidades de essa resistência existir e actuar, e como podemos obter uma perspectiva e relatos da oposição antiautoritária vinda da Rússia?

Os anarquistas têm participado nos protestos contra a guerra em geral. No primeiro dia da guerra, os anarquistas tomaram a dianteira de duas manifestações não autorizadas em Moscovo. Depois da prisão de Alexei Navalny e da repressão contra as suas organizações hierárquicas, a oposição tornou-se mais descentralizada. As redes mais importantes são dirigidas por feministas, como a Resistência Feminista Antiguerra, ou por activistas dos direitos humanos, como o movimento democrático juvenil Vesna (Primavera). As feministas preferem organizar-se de forma antiautoritária, muitas vezes sem líderes visíveis, e algumas delas são inspiradas pelo anarquismo.

Alguns anarquistas concentram-se na divulgação de propaganda e notícias antiguerra, e juntam-se a várias acções ou projectos menos arriscados que fornecem apoio jurídico contra a repressão. Outros organizam acções directas clandestinas. A Acção Autónoma (Avtonom.org/en) participa no primeiro grupo, a Organização de Luta Anarcocomunista (https://boakeng.noblogs.org/) participa no segundo. Podem seguir estas actividades nestes sítios da Internet, mas para os anarquistas e para a oposição em geral, os canais de Telegram são a fonte mais importante de notícias, uma vez que o Estado não bloqueou o acesso ao Telegram.

Vemos esta agressão imperialista da Rússia contra a Ucrânia como um sinal de um crescente sentimento nacionalista na Rússia. Como caracterizas o nacionalismo na Rússia e como é que ele se impõe na diversidade cultural da Federação Russa? E qual é o papel da extrema-direita russa nele?

O ultranacionalismo russo tem uma longa história. Em última análise, está enraizado no movimento eslavofílico de meados do século xix, que fazia parte da tendência geral do nacionalismo romântico na Europa. Originalmente, a eslavofilia estava baseada em torno da religião cristã ortodoxa e era um movimento de reforma, mas, quando a elite russa começou a trazer as suas ideias para a ideologia estatal no final do século, tornou-se mais semelhante ao ultranacionalismo moderno, com um impulso de modernização e repressão das línguas e culturas das minorias independentemente da sua religião.

Depois da revolução, a comunidade branca emigrada sintetizou estas ideias com fascismo e nacional-socialismo e, ao contrário dos anarquistas e socialistas, conseguiu manter uma continuidade organizacional até ao início da Perestroika, com organizações como a Aliança Nacional dos Solidaristas Russos (NTS). Na União Soviética, os nacionalistas começaram a ressurgir na década de 1950, e no tempo da Perestroika rapidamente surgiu um ecossistema florescente de publicações, organizações e redes nacionalistas.

No entanto, nenhum dissidente chegou alguma vez ao poder na Rússia, e os dissidentes nacionalistas não são excepção a esta regra. Embora a elite tenha começado mais uma vez

O anarquista Alexander Kolchenko da Crimeia celebrou o seu 28º aniversário na prisão onde ainda se encontra - apesar da recente troca de prisioneiros entre a Ucrânia e a Rússia. No seu aniversário, os anarquistas da Ucrânia, República Checa e Polónia realizaram ações em aeroportos, em solidariedade. Kolchenko foi condenado a 10 anos de prisão pelo caso dos chamados "terroristas da Crimeia" - participou em ações contra a entrada de tropas russas na península, em particular, o fogo posto da sucursal local da Rússia Unida e do gabinete da comunidade nacionalista russa da Crimeia.

a namoriscar com os conceitos eslavofílicos, tais como o excepcionalismo russo já na década de 1990, os etnonacionalistas eram directamente antagonistas do Estado russo, que consideravam uma confusão multinacional, governada por tchekistas vermelhos nojentos. Os movimentos de massas nacionalistas fracassaram na década de 1990 por não terem sido aceites nas eleições, e voltaram-se para o terror. O pior ano de violência nacionalista foi 2008, quando mais de cem pessoas foram assassinadas em ataques nacionalistas.

As autoridades rapidamente começaram a reprimir os nacionalistas com mão pesada, mas o golpe final para a oposição radical etnonacionalista foi a guerra de 2014. Os nacionalistas dividiram-se. Os que deram prioridade à luta por um Estado etnonacionalista homogéneo apoiaram sobretudo a Ucrânia, os que deram prioridade à construção de um novo império, mesmo que multinacional, apoiaram a Rússia (mas alguns nazis radicais também escolheram o lado ucraniano). A oposição nacionalista não recuperou desta divisão.

Mas, entretanto, Putin e a elite russa avançaram numa direcção mais nacionalista. Durante trinta anos, Putin tentou sublinhar que a identidade russa não depende da língua ou da etnia, mas agora está a travar uma guerra na Ucrânia precisamente em torno destas questões. Isto está, naturalmente, a fazer avançar todo o conceito da Rússia em direcção de um Estado étnico monolinguístico. Existe já uma reacção contra isto nos territórios das minorias étnicas, e só tenderá a crescer.

Confrontada com a imposição da guerra, como é feita a oposição à guerra na Rússia? O fardo das vítimas russas e a perda de uma suposta irmandade com os ucranianos já se faz sentir na sociedade russa?

Não vou à Rússia há dez anos. Estou informado sobre o que está a acontecer, conheço as acções e declarações, etc., mas não sei qual é o «sentimento» geral da sociedade. Mas, actualmente, vejo alguns sinais contraditórios.

Por um lado, uma amiga disse-me que em São Petersburgo deparou com uma apatia total quando lá chegou depois de ter estado no estrangeiro durante os primeiros quatro meses de guerra. Não só não há protestos, como as pessoas nem sequer discutem o problema na cozinha, que é o cliché típico dos tempos soviéticos. Mas, por outro lado, há também algumas novas tendências de protesto, tais como os protestos de mães de soldados desaparecidos.

Obviamente, o movimento de protesto está a entrar numa espécie de acalmia, pois as pessoas estão exaustas e desiludidas quando os primeiros três meses de protestos, com mais de 16 mil detenções em setenta cidades russas, não tiveram impacto. Mas, por outro lado, há notícias de centenas ou mesmo milhares de soldados russos que se recusam a combater na guerra (o que é de facto completamente legal, pois oficialmente não há guerra) e de campos especiais a serem criados para os submeter e para os enviar de volta para a linha da frente. É claro que haverá uma nova onda de protestos antiguerra, que não será de ordem «moral», mas antes uma reacção ao agravamento material da situação na frente interna e das mortes na frente externa. E os ataques antiguerra contra alvos militares e logísticos acontecem a um ritmo constante na Rússia.

Temos visto diferentes reacções no espectro da esquerda, e até mesmo dos anarquistas, em relação a esta invasão da Ucrânia pela Rússia, com alguns a condená-la e outros a aplaudi-la. Como se pode explicar esta divisão dentro deste espectro à escala mundial, e mesmo dentro das sociedades russas e ucranianas?

Felizmente, não tenho conhecimento de nenhum anarquista a aplaudir o ataque russo! Contudo, há anarquistas que querem manter uma posição «contra ambos», mesmo quando isso é completamente abstracto e não apresenta nenhuma proposta concreta, pois ninguém está a criar nenhuma espécie de fantasia makhnovista suicida entre dois exércitos, atacando simultaneamente tanto o exército ucraniano como o russo. Em vez deste tipo de estupidez, os anarquistas ucranianos estão a apoiar os esforços do seu exército para lutar contra o avanço russo, e a maioria dos anarquistas russos que ainda tentam manter algum tipo de luta e não apenas «pesquisar a história do movimento», etc., estão a apoiá-los nisto — embora nem sempre fazendo declarações públicas explícitas deste apoio, pois isso pode ter consequências graves para os anarquistas conhecidos.

Foto: Anton Vaganov / Reuters

O debate sobre o que está errado com a esquerda em geral exigiria não um, mas vários livros. Penso que um dos factores é a desilusão com o resultado dos movimentos anticolonialistas das décadas de 1950-1970, devido ao qual alguns chegaram à conclusão extrema de que a autodeterminação nacional é um erro, ou pelo menos algo que poderia ser facilmente sacrificado em nome da «paz».

Alguns ainda têm medo da guerra nuclear, que é uma ameaça, mas tendem a sobrestimar o seu risco. Muitos estão apenas à espera para analisar o mundo desde o contexto da sua própria história nacional. Compreendo que, do ponto de vista da América Latina, da Itália, da Grécia ou da Jugoslávia, os EUA e a NATO dificilmente são uma força benevolente. A História repete-se, mas nem todas as repetições repetem a mesma história.

Para ser honesto, depois de mais de cem anos de lutas anticoloniais, a esquerda ainda não compreende bem o que é o colonialismo, e o que não é. Na história do movimento anarquista, há também pontos cegos em torno disto. Por exemplo, os anarquistas espanhóis não estavam muito preocupados com o esmagamento da resistência no Rife, até que precisaram desesperadamente de mais aliados contra Franco, mas então era já demasiado tarde. Abordei estas questões nos meus textos anteriores, «Porque devemos apoiar a Ucrânia» e «Equívocos sobre o imperialismo e traumas colectivos anarquistas», mas parece que devo escrever ainda mais (1).

Após cinco meses de guerra, as coisas continuam a não ser claras em relação ao que irá acontecer no futuro. Como achas que poderá ser o cenário futuro naquela região? E achas plausível um cenário onde haja uma mudança drástica na sociedade russa?

Todas as grandes transformações na sociedade russa durante os últimos 170 anos deveram-se a guerras fracassadas. A abolição da servidão foi uma consequência da guerra perdida da Crimeia, a abolição do absolutismo foi uma consequência da guerra perdida contra o Japão, a abolição da monarquia foi uma consequência da derrota da Rússia na Frente Oriental da Primeira Guerra Mundial e a abolição da União Soviética foi uma consequência de uma guerra perdida no Afeganistão. Actualmente, não parece que a Rússia esteja a ganhar a guerra na Ucrânia, e há muitos exemplos históricos sobre quais seriam as consequências de uma derrota. Na verdade, as únicas pessoas que conheço que viram algo de positivo nesta guerra no passado mês de Fevereiro foram os anarquistas de Moscovo, pois viram nela uma oportunidade, provavelmente a última, de se verem livres de Putin e do seu bando.

Por outro lado, se Putin conseguir transmitir a ideia de que foi derrotado por uma coligação esmagadora, astuta e injusta da NATO, talvez as pessoas venham a sentir apenas ressentimento contra o Ocidente, em vez de raiva contra os seus próprios dirigentes. Portanto, tudo pode acontecer. Na Rússia, não só não se sabe o que vai acontecer no próximo ano, como também não se sabe o que vai acontecer amanhã.

1 Textos disponíveis em https://rb.gy/ceg8yf e https://rb.gy/ceg8yf

Maldita seja a guerra

A guerra permanente que se arrasta desde a segunda guerra mundial revela a natureza mortífera da lógica do lucro. Um teatro onde os interesses de classe divergentes e opostos são ocultados pelo patriotismo.

JORGE VALADAS
ILUSTRAÇÃO **ANDRÉ LEMOS**

Em Abril de 2018, membros da associação parisiense Memória Viva1 deslocaram-se ao cemitério militar português de Richebourg, no Norte de França, para depor uma coroa de flores sobre o monumento que pretende homenagear os 7000 soldados que foram enviados para a morte pelos generais portugueses na sangrenta batalha de La Lys da I Guerra Mundial, a fracção lusitana dos 9 milhões de mortos sacrificados no conflito. A coroa de flores acompanhava uma faixa onde se lia «Maldita seja a guerra», célebre frase pacifista e antimilitarista inscrita no conhecido monumento contra a guerra em Gentioux, povoação do departamento francês da Creuse. Um dos raros monumentos — entre os 36 000 que conta a França — onde o carácter pacifista e antimilitarista é afirmado. Obviamente, horas antes do começo das cerimónias oficiais em presença dos cómicos do costume, as flores, assim como a dita faixa, foram deitadas para o lixo por um empregado enviado à pressa pela embaixada em Paris, entretanto informada do acto de sacrilégio. Estes funcionários do poder, especializados na propaganda da mentira, não gostam de ouvir as verdades incómodas, ainda menos em momentos de celebrações patrióticas como esta do centenário do massacre. Entre os membros da associação Memória Viva estava o António Oneto, desertor da guerra colonial exilado em Paris e um dos animadores da oportuna e radical iniciativa. Se recordo aqui este pequeno acontecimento não é tanto para enaltecer o carácter digno que distingue os seus iniciadores, mas também para lembrar o António Oneto, homem de qualidade para quem o mundo acabou, quatro anos mais tarde, no dia 13 de Julho de 2022. Nome que deve ser conhecido pelas leitoras e leitores mais jovens do MAPA. Aqui fica a modesta homenagem.

«Maldita seja a guerra», uma frase que introduz a crítica radical da sociedade capitalista. Sociedade na qual a guerra é uma das constantes e interessadas actividades lucrativas, reveladora da natureza mortífera da lógica de lucro que a anima. Desde a barbárie da II Guerra Mundial (que sucedeu à primeira de que falávamos), nunca a guerra acabou, em formas mais ou menos localizadas — e aqui há que integrar os 13 anos da guerra colonial portuguesa, hoje relegada para alguns romances de capa e espada modernos — ou em formas mais generalizadas como as que vamos vivendo à distância de anos a esta parte, da Coreia e do Vietname ao Iraque, da ex-Jugoslávia à Síria e ao Sudão. Por fim, hoje de novo perto de casa, na Ucrânia.

> Nesta guerra como em todas as guerras, os interesses de classe divergentes e opostos são ocultados pelo patriotismo.

Parece cada vez mais óbvio que a classe capitalista não mostra nem a capacidade nem a vontade de sacrificar os seus lucros mesmo quando é a sobrevivência da espécie humana que está em jogo. Para proteger o seu sistema social assente na exploração das energias fósseis, ela recorre ao racismo, ao nacionalismo, ao patriotismo e outras formas de autoritarismo. E, numa época em que a recessão se instala na sua economia, a opção da guerra é, como sempre o foi, privilegiada. Assim, e para voltar à guerra na Ucrânia, disse recentemente Noam Chomsky — numa daquelas fórmulas lapidares de que ele é costumeiro — que o capitalismo americano e os seus zelosos representantes estão decididos, caso seja necessário, a fazer morrer toda a juventude ucraniana, a do oeste como a do Donbass, no altar da defesa dos seus interesses. O que não significa ignorar, ou negar, os objectivos do frágil e estagnante regime russo que lhe faz face. O afrontamento mortífero entre duas formações capitalistas, de calibre e dimensões desiguais, poderá provavelmente ocultar o afrontamento decisivo que se perfila, num horizonte mais ou menos próximo, entre o capitalismo americano e o chinês.

Isto bem considerado, o facto é que, nesta guerra como em todas as guerras, os interesses de classe divergentes e opostos são ocultados pelo patriotismo. Os oligarcas ucranianos, divididos entre uns raros pró-russos e uma maioria seduzida pelas sirenes do capitalismo ocidental, têm sem dúvida interesses comuns, não obstante concorrentes, com os seus primos russos, prisioneiros de uma formação politica e ideológica que os limita. Se há uma lição importante a tirar desta guerra, que dura há mais de cinco meses, ela diz respeito à sempre presente capacidade dos senhores do mundo de utilizarem valores irracionais e primários para ocultar a defesa dos seus interesses de lucro. Valores que alguns pensavam estarem definitivamente ultrapassados, como o patriotismo e o nacionalismo, reaparecem como forças sociais potentes. Eles são as formas mais primitivas e violentas da ideia de colectividade humana, animam a pulsão de morte. Os valores de traição ao género humano triunfam de novo, revelam-se extremamente eficazes para os dominados protegerem os interesses daqueles que os dominam. Em 1914, dizia Romain Roland, milhões morreram pelos industriais pensando que morriam pela pátria. Hoje há milhares de jovens e menos jovens ucranianos e russos a morrerem por interesses que são obviamente outros, que não os da delirante «alma russa» ou

da abstracta «liberdade ucraniana à moda FMI».

Mas é nesta fractura criada pela selvageria da guerra, nos seus mortos, na sua desolação, que escapa um sopro de consciência critica e de esperança. Desejo profundo pela defesa do que é vivo, pela derrota da pulsão de morte. Num recente artigo, publicado pelo jornal *Le Monde*, um banal jornalista decidiu ir além da propaganda NATO-zelenskista ou putiniana e acampou à porta de um dos inúmeros cemitérios ucranianos, onde, dia após dia, são enterrados os jovens da geração dizimada pela guerra[2]. Uma foto dantesca que anula todos os discursos heróicos e delirantes dos que fazem o elogio da morte imposta, programada. Estes cemitérios, centenas de cemitérios dos dois lados da linha de fogo, são os lugares da verdade da guerra. No cemitério de Krasnopilske, perto de Dnipro, no Sul da Ucrânia, os familiares dos soldados mortos recolhem-se, calam-se, ousam umas palavras que dizem o essencial. Aqui ficam uns excertos.

> «Aqui não há mais mentiras. O cemitério é a verdade da guerra.»

Alina, viúva de Serhi Karnaouhov, diz: «A minha página Facebook é um enorme cemitério. Só há mortos… os melhores dos nossos homens, os que defendem o seu país e as suas famílias e que não terão filhos.» Joulia, viúva de Serhi Ivjenko, quer «que esta guerra acabe, que mais ninguém morra. Eu quero a paz». A mãe de Volodymyr Antipov, explica que «Volodymyr queria defender o seu país. Enfim, na nossa aldeia, Vremivka, só há duas opções para um jovem: beber todo o dia e tornar-se alcoólico ou então alistar-se no exército. Ele era condutor de tractores, desempregado, e alistou-se. […] Se Deus nos deu a possibilidade de falar é para que possamos comunicar entre nós de maneira civilizada, não para chegar a esta situação… Estes tipos dos governos, onde quer que seja, quem quer que sejam, vivem nos *bunkers*, passam na televisão, fazem a guerra com os nossos filhos. Depois não vêm aqui, nestes cemitérios, não nos enfrentam, olhos nos olhos». A mãe de Vladislav, Loudmila, fixa a sepultura do seu filho e indigna-se: «Quem é que poderia ter imaginado uma tal guerra na nossa época? […] Os nossos filhos pensam morrer pela pátria. Para mim, a morte deles não serve para nada.» E acrescenta que afastou o seu outro filho da linha de combate, «para que pelo menos um rapaz na família escape à morte» Lena, viúva de Rouslan Talovyria, traz umas flores. Os seus óculos-de-sol têm as lentes marcadas, na lente direita com a letra N e, na lente esquerda, com a letra O, NO. Ela não aceita a situação: «Odeio-os a todos, os dirigentes deste mundo, Putin e todos os outros. Se eles enviassem os seus filhos para a frente de batalha antes de enviarem os filhos dos outros, não haveria mais guerras no planeta.» Tatiana perdeu o seu filho, Serhi Skliarov, «Quando a guerra começou, pedi-lhe para não ir. Eu tinha medo e ele dizia-me que eu devia estar orgulhosa do seu patriotismo. […] E agora, devo estar orgulhosa?», diz ela com sarcasmo e mostrando a sepultura. O filho de Olena, Dmitro Moussine, morreu em combate. Diante da sua sepultura, Olena diz ao jornalista: «Aqui não há mais mentiras. O cemitério é a verdade da guerra.»

A verdade da guerra contra as mentiras da guerra, nos dois campos da guerra são as mulheres que a afirmam, são elas que salvam a dignidade do humano. Assim, numa reportagem vídeo do *The Guardian*[3], os agentes recrutadores do exército russo no Donbass confrontam-se com mulheres que tentam proteger os seus filhos da morte. Uma grita de punhos fechados: «Ninguém quer bater-se, ninguém quer a vossa guerra!»

Uma resistência surda, abafada, mas insistente que explica a crescente presença de mercenários na frente de guerra. Do lado russo em particular. A partir de um certo grau de horror, os valores do nacionalismo e do patriotismo parecem perder eficácia na alimentação da pulsão de morte, na ocultação das diferenças de classe, na aceitação da morte em nome dos interesses dos dominantes.

Maldita seja a guerra e os valores que a engendram.

A guerra, os horrores e a desolação, os mortos. Como sempre, os nossos mortos, as guerras deles.

NOTAS

1 Mémoire Vive/Memória Viva [memoria-viva.fr] é uma associação que se propõe manter viva uma memória critica da emigração portuguesa em França, criticando o discurso que reduz a emigração portuguesa a uma simples emigração económica de populações rurais abandonadas à pobreza, ocultando assim sua a dimensão política: ditadura, pobreza e guerras coloniais foram fatores inextricavelmente ligados no grande êxodo dos anos 1960. Pode ler-se na apresentação da associação: «O carácter massivo da emigração portuguesa mostra bem que o emigrante opõe um "Não" a toda a forma de constrangimento, de coerção, de degradação. Foi a partir desta constatação que imaginámos um *site internet*, [sudexpress.org] como um lugar de transmissão e de conhecimento, em diálogo constante com a historia das migrações de ontem e de hoje, onde pessoas (emigrantes, filhos de emigrantes, testemunhas diversas, investigadores, artistas…) são convidados a construir, a visitar ou a revisitar esta história.»

2 Rémy Ourdan, «Le cimetière militaire de Dnipro, miroir du carnage ukrainien», *Le Monde*, 19-20 de Junho de 2022.

3 "They hunt us like stray cats", *The Guardian*, 17 de Julho de 2022, https://www.theguardian.com/world/2022/jul/20/pro-russian-separatists-step-up-forced-conscription-as-losses-mount

Monstros debaixo da cama

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÃO **JOSÉ SMITH VARGAS**

Crise financeira, crise pandémica, crise geopolítica, crise energética, crise climática, crise inflaccionária. Longe vai o tempo em que a «crise» ainda podia ser anunciada como um acontecimento conjuntural de onde todos sairíamos colectivamente renovados e com uma lição aprendida. Mesmo para aqueles que sempre viveram em crise, parecia possível acreditar que o infortúnio era uma espécie de nuvem a pairar sobre uns quantos e não uma tempestade a cercar-nos sem permitir qualquer fuga. Mas agora são tantas as rupturas a eclodir em simultâneo, que se tornou evidente que já não é de uma simples fissura que se trata. A crise parece ter-se transformado convenientemente em guerra: uma guerra permanente com várias frentes, capaz de legitimar os múltiplos «sacrifícios» e de mobilizar o «esforço colectivo salvífico» que se exige em nome de um bem maior. Perante a sucessão de catástrofes anunciadas, torna-se difícil distinguir que «valores» e «estilo de vida» são esses pelos quais nos devemos sacrificar. Mas o que é certo é que a deterioração das condições de vida, o crescimento das desigualdades económicas e o sacrifício das «liberdades e garantias» em nome da «segurança» vão-se banalizando com eficácia. Talvez por uma certa aura de inevitabilidade. Talvez porque a guerra desloca o inimigo para algo exterior a um «nós» e nos permite imaginar que somos parte de uma comunidade.

Essa comunidade tem que ser constantemente encenada através da ritualização e rememoração permanente do que nos transforma num «nós». Mas a massa fundamental que une essa comunidade é o «outro», o bárbaro que ameaça a nossa paz e bons costumes. Esse «outro» não é apenas o inimigo longínquo que se aproxima das nossas fronteiras e ameaça saltar a barreira que nos separa a qualquer momento. Ele está entre nós. E há que recordar quem é esse inimigo e onde é que ele está, mesmo quando não o vemos. Agentes e instituições governamentais e independentes unem-se, frequentemente, nessa tarefa, reproduzindo os diagnósticos de uns e de outros para materializar a realidade que fantasiam como profecias auto-realizáveis. Falam-nos de um país que é estranho à maioria e que só eles conhecem, logo o seu grau de eficácia é imperscrutável e a sua autoridade intangível.

> O *hip-hop* é, desde sempre, um desses fenómenos identificados como fonte de variadas perturbações da ordem pública e ameaças à «nossa» segurança colectiva.

Nas últimas semanas, contudo, um dos documentos oficiais que mede a temperatura à «nossa» ordem pública e um dos institutos independentes que a «observa» – um gesto passivo que lhe permite assegurar a sua neutralidade e distanciamento – causaram alguma perplexidade nas redes sociais. O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), obra do Governo, identificou um aumento na «criminalidade grupal» durante o ano de 2021, associando-o às «Zonas Urbanas Sensíveis» (ZUS) e a expressões musicais como o *hip-hop* ou o *drill*. Jorge Bacelar Gouveia, «observador» independente, enquanto actual Presidente do Conselho Directivo do Observatório sobre Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT), deu visibilidade ao diagnóstico na comunicação social, referindo uma «nova cultura *hip-hop*» por trás desse crescimento da «delinquência» colectiva. A surpresa que estas declarações causaram é injusta. Afinal de contas, constituem um exercício recorrente que serve a identificação e criação dos «nossos» inimigos internos. E os alvos nem mudam muito: expressões artísticas e culturais «marginais», populações que habitam em territórios periféricos («zonas sensíveis»), populações racializadas, culturas políticas que desafiam a norma (nesse relatórios, há sempre umas linhas que assumem despudoradamente vigilância política sobre «anarquistas» e «autónomos»).

O *hip-hop* é, desde sempre, um desses fenómenos identificados como fonte de variadas perturbações da ordem pública e ameaças à «nossa» segurança colectiva. No início, a ameaça era o *hip-hop* como um todo. Depois veio o *Grime*. Hoje é o *Drill*. Na impossibilidade de conter a crescente popularidade do *hip-hop*, foram-se criando cordões sanitários dentro do próprio estilo, separando as expressões «boas» das expressões «más». Em Inglaterra, o surgimento do *Grime* nos bairros sociais londrinos, no início da década de 2000, fez soar os alarmes (sempre pela mesma razão: relacionando o estilo e o aumento da criminalidade violenta) e os debates sucederam-se, criaram-se comissões políticas e *task forces*, entre elas a absurda e famosa *Respect Agenda*, promovida por Tony Blair como o remédio para salvar o país da decadência dos costumes e dos valores. O problema, como o próprio Blair afirmava, nada tinha que ver com a pobreza, nem com devastação de imensas zonas do território londrino pela especulação imobiliária e pela alta finança. As *postcode wars*, como eram conhecidas, e que também o *Drill* reproduz como forma de afirmação identitária e criação de rivalidades territoriais, em nada se relacionava, obviamente, com o crescente isolamento e restrição do acesso de determinadas populações à cidade. Era tudo uma questão de «bons costumes» e «boas maneiras». A culpa da pobreza e do isolamento que afectava essas comunidades era fruto das letras e da estética do estilo, sempre a verbalizar *beef*'s entre *gangs* e tão inventivos a criar variações da palavra «facadas» quanto os esquimós o foram com a palavra «neve» (a comparação é de Dan Hancox, o autor da melhor história do *Grime*, "*Inner City Pressure*").

> Na impossibilidade de conter a crescente popularidade do *hip-hop*, foram-se criando cordões sanitários dentro do próprio estilo, separando as expressões «boas» das expressões «más».

O propósito é evidente: *profiling* e *targeting* das populações que habitam as ditas ZUS, situando, através de uma lógica perversa, a origem de qualquer «problema» nesses hábitos peculiares – como fazer música – e nas vivências de certas camadas populacionais, geralmente minoritárias. Magicamente, palavras como «pobreza», «desigualdade» ou mesmo «racismo» não aparecem nas 338 páginas do RASI (para ser rigoroso, «racismo» aparece em referência a eventos desportivos e não como causa de nada). Tal como em Inglaterra, o «problema» resulta, certamente, dos costumes pervertidos e do mau-feitio de quem os pratica. O resultado, neste caso, é a reprodução de estigmas raciais e a justificação da violência policial, da vigilância e da segregação territorial alimentada pelo mercado e por políticas públicas. O *Drill* até pode ter uma carga niilista inédita no género (mas não no campo musical; porém, nem uma linha sobre *Black Metal*, por exemplo) e, em alguns casos, a violência que descreve pode muito bem ir além da mera dimensão performativa. Mas só uma miopia pouco inocente permite apontar que estas expressões são a causa e não uma representação da violência quotidiana com que coabitam. É a forma mais conveniente de evitar pegar nos problemas pela raiz. O *rapper* Ice Cube, há uns anos, em resposta a quem o acusava de ser responsável pela corrupção moral da juventude, dizia que *If I'm more of an influence on your son as a rapper than you are as a father, you got to look at yourself as a parent*. E é precisamente para evitar que nos olhemos ao espelho e enfrentemos os problemas pela raiz que esses diagnósticos existem. Na luta do bem contra o mal em que somos convidados a participar, é fundamental isolar a origem dos problemas, identificar os lugares onde se escondem os inimigos e moldar a sua existência espectral para que a ameaça pareça real. Como os monstros debaixo da cama que nos mantêm acordados, mas que vivem, afinal, na nossa imaginação.

Reflexões e contrapontos subjectivos após uma década de revolução em Rojava

De Espanha a Rojava no relato pessoal de um internacionalista, a história de uma década de resistência e a situação que hoje aí se vive.

PAU GUERRA
FOTOGRAFIA MAURICIO CENTURION
@MAURICIO.CENTURION_

A 19 de Julho de 2012, a autonomia foi declarada na cidade de Kobane, uma data histórica para o processo revolucionário de transformação no nordeste da Síria. Esta década de resistência e de construção de autonomia oferece-nos experiências valiosas, das quais podemos aprender lições importantes. E, sobretudo, deixa também profundas mudanças e transformações pessoais naqueles que, de entre nós, decidiram fazer parte da revolução.

Celebrar uma década de revolução não é algo que acontece frequentemente, e as revoluções que se podem continuar a chamar assim ao fim de 10 anos são ainda menos. A história deixou-nos inúmeros exemplos de lutas armadas e mobilizações sociais em massa que acabaram por ser corrompidas ou cooptadas por forças externas ao fim de poucos anos. Mas Rojava está a conseguir não só sobreviver, mas também aprofundar a construção da autonomia democrática, com as suas dificuldades, mas também com autocrítica, a fim de avaliar e continuar a melhorar. Existem, sem dúvida, contradições e deficiências, onde os que querem denegrir este difícil processo de transformação social encontrarão razões úteis para o fazer. Para mim, o que vi e aprendi aqui condicionam a forma como vejo as coisas. Em parte, devido a tudo o que aprendi aqui, em parte devido aos laços emocionais e vivenciais criados com estas terras e com as pessoas que nelas habitam. Esta não é, portanto, uma visão neutra, objectiva e estéril. É a opinião de alguém que, procurando aprender e compreender a partir de uma perspectiva de solidariedade crítica, toma partido no conflito.

Os que, de entre nós, embarcaram nesta viagem para experimentar a revolução a partir do interior encontram frequentemente inspiração e semelhanças com a revolução [Espanhola] de 1936, que também teve início a 19 de Julho. Lembro com certa nostalgia os debates com o meu amigo Joan, que estava a ler "Homenagem à Catalunha" nos primeiros meses da nossa chegada, quando nos deparávamos no nosso quotidiano com situações semelhantes às descritas por Orwell no seu livro. Isto levou-nos a pensar que há dinâmicas semelhantes que tendem a ocorrer em processos revolucionários, e isto é provavelmente verdade. Frantz Fanon menciona, no seu livro "Os Condenados da Terra", a conhecida citação «os últimos devem ser os primeiros» para resumir o processo de descolonização. Imagino que esta frase possa ser aplicada a todos os movimentos oprimidos e marginalizados que aspiram à revolução. É nestes processos de empoderamento, quando os que estão à margem da sociedade lutam pelo seu legítimo lugar nela, que as dinâmicas e processos se desenrolam e se repetem, ressoando uma e outra vez ao longo da história.

O internacionalismo no século XXI e o eco das brigadas internacionais

Quando pus os pés pela primeira vez em Rojava, há pouco mais de cinco anos, o tempo da YPG [Yekîneyên Parastina Gel – Unidades de Defesa Popular] como milícias populares – de moradoras e moradores com kalashnikovs na mão, defendendo as suas casas e terras – estava a desvanecer-se lentamente. A chamada Coligação Internacional contra o ISIS, liderada pelos EUA, não só trouxe a contradição de colaborar com a principal potência imperialista mundial, como também trouxe a reorganização destas milícias no que veio a chamar-se Forças Democráticas Sírias [Syrian Democratic Forces – SDF]. Esta reestruturação militar, que serviu para aumentar o número de combatentes, melhorar o seu armamento e a sua legitimidade, faz lembrar o que aconteceu com as milícias populares de 1936, no nosso caso a pedido da influência soviética.

Mas em Rojava não há nenhuma KomIntern a puxar os cordelinhos, coordenando, a partir de Paris, a transferência de dezenas de milhares de militantes. Não existe uma terceira internacional, com dezenas de partidos socialistas afiliados, e com a capacidade de enviar armas e brigadas inteiras prontas a combater. Os que, de nós, viajam para Rojava fazem-no sobretudo como indivíduos, por vezes em pequenos grupos, deixando as suas casas para trás para se juntarem à revolução. Os nossos números estão longe das dezenas de milhares que, há quase um século atrás, viajaram para Espanha para combater o fascismo. Mas isso não nos impede de estudar e traçar paralelismos entre o que a guerra em Espanha significava então e o que a guerra na Síria, e em Rojava em particular, significa hoje.

Em 2017 as SDF, num esforço combinado entre o povo curdo e o povo árabe, provavam a sua eficácia ao libertar Manbij e depois Raqqa – a capital de facto do Estado Islâmico na Síria. A guerra forjou alianças que permitiram à administração autónoma, até então predominantemente curda, expandir-se para além das suas áreas de influência tradicionais. Esta mudança estratégica estava de acordo com o paradigma internacionalista do movimento, procurando unir forças democráticas para além das identidades nacionais, trabalhando com os diferentes povos num projecto democrático comum para a Síria e para o Médio Oriente. Mais importante do que acolher os que, proclamando-se internacionalistas, viajaram da Europa ou América para o Curdistão, a maior realização do internacionalismo em Rojava é provavelmente este trabalho de unir diferentes povos e etnias para além de sectarismos e de conflitos.

Os «ocidentais» são confrontados com grandes contradições quando se trata de compreender a complexa dinâmica inter-étnica no Médio Oriente. Há apenas um século, o colonialismo europeu explorou essa grande diversidade em seu proveito, instigando conflitos e guerras entre diferentes grupos para estabelecer a sua hegemonia colonial. Trazemos assim connosco esta responsabilidade acrescida, pois algumas das riquezas e privilégios que temos são herança da colonização e da exploração dos povos que agora nos ensinam o que significa fazer uma revolução. E devo dizer, não sem alguma vergonha, que as pessoas aqui não nos guardam rancor. Pelo contrário, acolhem-nos de braços abertos e mostram-nos pacientemente o que estão a construir, esperando que esta experiência nos ajude a espalhar a sua revolução (que é também a nossa) para além das suas terras. Que possamos trazer a revolução para as nossas casas.

Mas depois, quando vamos para casa e tentamos pôr em prática o que aprendemos, rapidamente nos damos conta de que não vai ser uma tarefa fácil. Que a revolução em Rojava é o resultado de uma longa lista de factores, o mais relevante dos quais são as décadas de trabalho prévio de construção de um amplo movimento revolucionário. Quando os hevals nos perguntam sobre

organizações revolucionárias nas nossas terras, não é fácil de responder. Tenho-me visto muitas vezes a fugir à questão com respostas evasivas, falando sobre como é difícil viver na modernidade capitalista, sobre o individualismo que prevalece no Ocidente, sobre o oportunismo e a falta de empenho dos que se dizem militantes ou activistas. Ao fim de anos a dar este tipo de respostas, começo a pensar que, na realidade, são apenas desculpas, e que a única forma de realmente responder a estas questões é aceitar a realidade que estamos a viver: o colapso das ideias revolucionárias perante o capitalismo global no Ocidente. A aceitação desta realidade deve ser acompanhada pela vontade de a mudar, pelo compromisso de semear sementes que permitirão às próximas gerações transformar a sociedade sem ter de começar do zero.

Mas enquanto estas aprendizagens e reflexões me inundavam, com a ilusão e o fascínio de fazer parte de uma revolução que está a vencer – dobrando o terror do Estado islâmico – uma nova guerra deu lugar a uma nova etapa. O Estado turco, um importante aliado e apoiante do Daesh, não podia tolerar que o projecto revolucionário ganhasse o controlo total da fronteira e, em Janeiro de 2018, teve início a primeira agressão directa do Estado turco contra Rojava. A invasão de Afrin.

Uma nova guerra, uma nova era

As SDF, acostumadas, nesses tempos, à guerra contra o Daesh, vêem-se subitamente confrontadas com um inimigo que tem todo o arsenal da NATO ao seu serviço. Os aviões de combate turcos bombardeiam incansavelmente posições defensivas, os drones armados com visão térmica e os mísseis guiados «neutralizam», a quilómetros de altura, qualquer elemento que possa impedir o seu avanço. A guerra muda, e a resistência ao inimigo também tem de mudar. Os aviões turcos nunca tinham bombardeado Rojava com esta intensidade antes, mas esta não era uma nova guerra para o povo curdo, pois é uma guerra que tem sido travada nas montanhas do Curdistão há mais de quatro décadas. Para os guerrilheiros do movimento de libertação que defendem os picos da cordilheira de Zagros-Tauros, os F-16 turcos são o pão nosso de cada dia. Infelizmente,

> As cooperativas não se revelaram instituições mágicas que resolviam milagrosamente os problemas económicos, mas simplesmente espaços de trabalho horizontal e de produção que requerem esforço para funcionar.

transmitir estes conhecimentos e preparar os que lutam nesta nova frente é uma tarefa que não pode ser feita de um dia para o outro.

Não são apenas os militares que sofrem as consequências da guerra, mas também a população civil, que perde as suas casas, quando, mais uma vez, vê a guerra a bater às suas portas. Lembro-me da história que a Fatma me contou em Ashrafia, um bairro na periferia da cidade de Afrin. A Fatma tinha chegado à cidade algumas semanas antes, partilhando um pequeno apartamento meio construído com duas outras famílias que, como ela, tinham tido de fugir das bombas turcas. Num árabe ainda incompreensível para mim, uma epopeia errante de mais de cinco anos de êxodo foi narrada diante de mim.

Fatma nasceu e foi criada em Aleppo. Quando a chamada Primavera Árabe começou, em 2011, juntou-se aos protestos, na esperança de um futuro melhor. Com a escalada do conflito militar, os constantes bombardeamentos da força aérea síria levaram-na a refugiar-se na cidade vizinha de Manbij, uma vez que os movimentos de oposição ao regime tinham tomado o controlo da cidade em 2012. Infelizmente, não pôde lá passar muito tempo, pois, em 2014, o avanço da barbárie do Estado Islâmico levou-a uma vez mais a procurar refúgio noutras terras. Foi assim que ela e as suas 3 filhas e 2 filhos chegaram à região de Bilbile, uma pequena cidade a norte de Afrin. Pouco mais de 3 anos depois, os aviões turcos começaram a bombardear a área à volta da sua casa e ela teve de fugir novamente, procurando refúgio na cidade de Afrin. Na altura, a cidade estava sitiada pelo avanço de grupos islâmicos apoiados pela Turquia. Após uma resistência épica de dois meses, a cidade de Afrin teve de ser evacuada, deixando mais de 1 milhão de pessoas desalojadas. Novos campos de refugiados, construídos à pressa e quase sem apoio internacional, convertem-se no lar improvisado de milhares de famílias que fogem da frente de guerra, incluindo a de Fatma.

Ver os bombardeamentos em Afrin, testemunhar a cidade sitiada por bombas inimigas, fez-me lembrar as histórias que a minha avó me contou quando, sendo ela criança, era a nossa cidade que estava sob bombardeamento. Histórias de como o seu pai, o meu bisavô, a escondeu a ela e à sua mãe, irmãs e irmãos entre dois colchões, na esperança de que, se as bombas caíssem por perto, aqueles cobertores de fios fizessem algum tipo de milagre. Quando a ouvia, não percebia o que um par de colchões de lã podia fazer face a bombas ou ao colapso de edifícios, mas foi em Afrin que consegui dar sentido a essa história.

Quando as bombas caem não se pode sentir nada mais do que impotência, angústia, medo de que alguma caia demasiado perto. Uma forma de combater esta sensação esmagadora de impotência é encontrar algo útil para fazer; sentir que, apesar das circunstâncias, ainda há um vislumbre de espírito na tua existência. Procurar abrigo debaixo de uma mesa, proteger os entes queridos entre dois colchões, pegar na câmara e filmar numa direção aleatória, são formas de se sentir que se tem algum controlo sobre a situação, que se existe e que há coisas que se podem fazer para além de se afogar em pânico e incerteza.

Quando a excepção se torna a regra

Menos de dois anos depois da ocupação de Afrin, o exército turco e outros grupos islâmicos voltavam a atacar. As cidades de Serekaniye e Gire Spi foram o centro das atenções na segunda

A utopia sonhada pode não ter sido erguida com magnificência, mas está a criar raízes pouco a pouco, dia após dia, com os seus avanços, as suas deficiências e as suas contradições.

invasão, assim como as cidades e aldeias à sua volta. Til Temir e Ain Issa também acabaram a poucos quilómetros da linha da frente, sofrendo as pesadas consequências da ambiciosa guerra de Erdogan. O povo de Rojava, ainda em choque com a perda de Afrin, teve de aceitar mais uma derrota militar; juntamente com a realidade desoladora de milhares de famílias, mais uma vez amontoadas em campos de refugiados depois de perderem as suas casas. A guerra contra o Daesh, apesar do esforço duro e sangrento que implicava, tinha sido uma fonte de esperança para a construção de um mundo melhor. Mas esta guerra era diferente, e não era nada fácil encontrar esperança perante o «Golias» dos brilhantes caças e sibilinos drones armados. Esta ansiedade também podia ser sentida na sociedade, o que, juntamente com o cansaço da pobreza e a escassez causada pelo embargo económico, tornava a vida quotidiana difícil para uma população exausta após quase 10 anos de guerra.

Tinham lugar importantes avanços sociais, mas também importantes desafios com os quais ainda hoje nos debatemos. O ensino da língua curda, as comunas de bairro, as bandeiras YPG/YPJ nas praças e postos de segurança já não eram uma novidade. Eram o novo normal nos territórios libertados e, após anos de funcionamento, já não geravam a esperança que evocavam nos primeiros tempos da revolução. As manifestações espontâneas que celebravam a revolução eram cada vez menos frequentes. As cooperativas não se revelaram instituições mágicas que resolviam milagrosamente os problemas económicos, mas simplesmente espaços de trabalho horizontal e de produção que requerem esforço para funcionar. Os conselhos de justiça popular não puseram fim ao crime e ao roubo, mas contribuem para a construção de um modelo menos punitivo e mais restaurativo. A vitória contra o Estado Islâmico não pôs fim ao ódio fanático e aos ataques salafistas, mas reduziu-os grandemente após a sua derrota no campo de batalha, impedindo o fascismo teocrático de se estabelecer como uma força hegemónica. A consolidação de instituições populares e democráticas, com reconhecimento e legitimidade tanto para quem vive no nordeste da Síria como para algumas forças externas, tem permitido, entre muitas outras coisas, que milhares de deslocados internos sejam acolhidos e integrados de uma forma admirável. E não estamos a falar apenas daqueles que perderam as suas casas na guerra contra Daesh ou nos territórios ocupados pela Turquia, mas também de famílias de outras regiões da Síria, territórios sob a autoridade do governo de Bashar al-Assad que fogem em busca de uma vida melhor, e que encontraram refúgio nos territórios da Administração Autónoma.

Os ganhos obtidos têm de ser cuidadosamente defendidos, uma vez que os inimigos da revolução têm a sua própria agenda. A Turquia tem vindo a reinstalar os seus mercenários nos territórios ocupados há anos, acolhendo diferentes grupos islâmicos, incluindo comandantes do Daesh. Diferentes grupos islamistas continuam a organizar ataques e, embora os seus planos sejam frequentemente minados, nem sempre são interrompidos a tempo. Há apenas meio ano, em Janeiro de 2022, os combates em grande escala regressaram à cidade de Haseke, quando centenas de ex-combatentes do Daesh se revoltaram na prisão. Alguns conseguiram fugir do edifício e, durante vários dias, causaram estragos à volta da prisão. A guerra contra a Turquia ainda está em curso, e as linhas da frente em torno dos territórios ocupados, embora estacionárias, estão activas. Está a ser travada uma guerra de «baixa intensidade», com bombardeamentos constantes e ataques ocasionais com drones a alvos específicos. Estes conflitos custam regularmente vidas, especialmente porque os drones procuram eliminar comandantes e outros militantes-chave nas suas tentativas de desestabilizar cadeias de comando, preparando para a invasão que se avizinha.

Lembro-me, com uma certa amálgama de pesar e alívio, de quando, visitando algumas famílias próximas, famílias que me tinham ajudado a aprender a sua língua e a compreender melhor como foram os primeiros anos da revolução, me contavam pela primeira vez sobre as suas críticas à situação. Talvez tenha sido devido à confiança e amizade forjadas ao longo do tempo, talvez porque afinal vim de outras terras, mas os comentários críticos de algumas das decisões do movimento foram partilhados à volta de chávenas de chá. Estas conversas tinham lugar com uma estranha mistura de frustração e vergonha, raiva e impotência. As famílias que tinham aberto as suas casas desde os primeiros dias do movimento, que tinham sido uma parte fundamental da insurreição clandestina nos tempos mais difíceis, lamentavam as dificuldades que estavam a atravessar. E com razão.

No início, fiquei surpreendido, pois não é comum as famílias serem críticas do movimento e muito menos perante os internacionais. Mas a crítica construtiva é saudável e necessária, e uma revolução que não constrói um povo crítico não merece chamar-se revolução. É bom ver que as famílias, as pessoas comuns que sustentam esta sociedade, sabem que têm o direito de criticar e chamar os militantes à responsabilidade, porque, ao fim e ao cabo, são responsáveis perante as pessoas que pretendem libertar. E, por vezes, é também nossa responsabilidade, como revolucionários internacionalistas, inspirar confiança, aceitar estas críticas, reflectir sobre elas e trabalhar para ser parte da solução, não parte do problema. Os que vêm do estrangeiro podem ter uma certa facilidade para incutir esperança, porque, quando alguém vem de longe, deixando a sua terra e o seu povo para trás, aprende a tua língua e trabalha no dia-a-dia nas mesmas condições que o resto da população, cultiva-se uma certa admiração e respeito. Este respeito vem com a responsabilidade de ajudar a identificar as enormes dificuldades que Rojava enfrenta, bem como a importância, agora mais do que nunca, de se manter firme perante o inimigo.

A utopia sonhada pode não ter sido erguida com magnificência, mas está a criar raízes pouco a pouco, dia após dia, com os seus avanços, as suas deficiências e as suas contradições. Quem acha que a revolução é um processo e não um acontecimento deve armar-se de paciência e continuar a trabalhar para consolidar e expandir este mundo que carregamos nos nossos corações.

Revolução apesar de tudo

Por vezes paro para pensar como teria sido a revolução de 1936 se tivesse seguido um caminho diferente: como se teria desenvolvido a sociedade se o fascismo não tivesse ganho a guerra, se não tivesse imposto a sangue e fogo a sua visão particular do nacional catolicismo? Talvez a revolução nos tivesse trazido desilusões, desafios insuperáveis e conflitos internos, mas feliz ou infelizmente não houve tempo para o ver, não pudemos desencantar-nos com a revolução que não pôde ser. Quem então acreditou num mundo melhor, teve de ver os seus sonhos afogados no exílio e na clandestinidade. Não posso senão manter a minha admiração pelos milhares de militantes sem nome que continuaram a lutar depois de perder a guerra, quer como maquis na península, contra os nazis nas trincheiras da Europa, quer partilhando as suas ideias e experiências também na América Latina.

Mas a revolução de Rojava não foi derrotada, ainda há esperança neste canto do Médio Oriente que se atreveu a desafiar a ordem estabelecida. Nem sempre é fácil, e há alturas em que a dúvida, a incerteza, a frustração e o esgotamento têm o seu preço. Não são poucos os dias em que fico zangado, triste, desiludido e me pergunto o que faço aqui; em que estava eu a pensar para deixar a minha vida para trás e vir para este deserto remoto e plano, uma terra de invernos frios e verões infernais, com tempestades de areia absurdas e tão longe do mar? Mas, depois, há dias em que tudo isto faz sentido, em que se aprecia o que se aprendeu e se recorda como é difícil tentar construir um novo mundo. Dias em que admiras os esforços das famílias à tua volta para continuar, das hevalas que trabalham dia e noite para que isto funcione apesar das dificuldades, dos jovens que cresceram na revolução e que são a esperança de um futuro melhor. E são estes dias que, quando regressas a casa, te fazem a pensar que talvez a decisão certa seja voltar para Rojava.

Ao fim de 10 anos, os esforços a médio e longo prazo começam a dar frutos. Os Concelhos Municipais estão a consolidar-se na sua gestão territorial. As cooperativas agrícolas estão a funcionar a bom ritmo, construção de estradas, distribuição de energia, sistemas solares de iluminação pública. Vários novos hospitais estão a prestar serviços de saúde à população, e a primeira turma de estudantes de medicina da Universidade de Rojava formou-se recentemente, juntamente com estudantes de outras áreas, tais como sociologia, agricultura e engenharia química. O Nordeste da Síria é provavelmente a região mais segura e mais estável do país, com mais liberdades democráticas e desenvolvimento cultural. Cidades inteiras como Kobane ou Raqqa foram reconstruidas após a guerra, e tudo isto sem a necessidade de impor um Estado ou um governo centralizado, antes promovendo a descentralização e a autonomia da comunidade num projecto federativo. As forças de autodefesa são respeitosas e disciplinadas, sem abusos de autoridade contra a população e mantendo à distância grupos do Estado Islâmico que procuram desestabilizar a área. Os conflitos inter-étnicos têm sido grandemente reduzidos e as novas gerações são educadas em sistemas bilingues que promovem a diversidade cultural. Mas, sem dúvida, o maior desenvolvimento é o movimento das mulheres. Muito tem sido escrito sobre isto e não me cabe a mim contá-lo, mas é sem dúvida a maior transformação social imaginável. O impacto do trabalho realizado pelo movimento de mulheres influenciará não só o Curdistão, não só a Síria e não só o Médio Oriente. A sororidade construída entre mulheres curdas e árabes será um factor decisivo para o futuro do Médio Oriente e do mundo inteiro, porque é o verdadeiro coração do movimento de libertação.

Com a ilusão e o fascínio de fazer parte de uma revolução que está a vencer – dobrando o terror do Estado islâmico – uma nova guerra deu lugar a uma nova etapa. O Estado turco, um importante aliado e apoiante do Daesh, não podia tolerar que o projecto revolucionário ganhasse o controlo total da fronteira.

Uma nova guerra no horizonte

Enquanto escrevo estas linhas, vários comboios do exército turco têm atravessado a fronteira nas últimas semanas, ameaçando publicamente invadir de novo Rojava. Dentro de menos de um ano, realizar-se-ão eleições na Turquia, e Erdogan sabe que está vulnerável. As sondagens sugerem que o AKP [Partido da Justiça e Desenvolvimento] perderá a sua maioria absoluta, e uma nova invasão a Rojava é a única carta que lhe resta para se agarrar ao poder, atraindo mais uma vez as forças ultranacionalistas e alimentando os sonhos de expansão territorial do fascismo turco. Os acordos alcançados na última cimeira da NATO em Madrid, onde a Suécia e a Finlândia concordaram em criminalizar o povo curdo em troca da sua entrada na aliança militar, são mais um sinal da cumplicidade do Ocidente com o autoritarismo de Erdogan. A questão já não é se Erdogan irá invadir novamente Rojava, mas sim quando. Após quase dois anos de relativa estabilidade militar, as preparações defensivas de ambos os lados da frente foram reforçadas como nunca antes. As redes de túneis complexos estendem-se ao longo das fronteiras dos territórios ocupados, quilómetros e quilómetros de abrigos subterrâneos para proteger contra os bombardeamentos inimigos. Resta saber até que ponto estes preparativos podem ou não mudar o curso da guerra.

A diplomacia também desempenhará um papel importante. Tanto a Rússia como os EUA têm sido avessos às ameaças de Erdogan, mas, com a guerra na Ucrânia e as contradições entre as duas potências, acordos e negociações podem ser decisivos para a sobrevivência de Rojava. A supremacia aérea está em jogo, um elemento-chave nas invasões anteriores, uma vez que os grupos islamistas indisciplinados que servem como infantaria de Erdogan não têm qualquer hipótese contra as SDF sem o apoio de drones e caças de combate. Resta também saber que papel desempenharão o Estado sírio e mesmo o Irão, que, com o apoio da Rússia, conseguiu manter o governo al-Assad em funções, um governo que ainda aspira a recuperar o controlo das áreas libertadas pelo movimento curdo. A Turquia está de olho em Kobane, a capital espiritual da revolução, pois Erdogan sabe que tomar o controlo da cidade que derrotou o Daesh seria um grande golpe, necessário para recuperar a credibilidade que perdeu nos últimos anos. A forte resistência das guerrilhas nas montanhas de Bashur (Curdistão no Iraque) tem posto repetidamente em causa a eficácia da estratégia militar do exército turco, que, na ausência de progressos significativos, recorre cada vez mais à utilização de armas químicas ilegais. A comunidade internacional faz ouvidos de mercador a estas infracções, como se constatou após a invasão de Serekaniye, onde ficou provado que a Turquia utilizou fósforo branco contra civis sem qualquer retaliação. Contra este complexo cenário, os porta-vozes das SDF afirmaram em várias ocasiões que, se a Turquia atacar, a guerra espalhar-se-á por toda a fronteira. Embora esta ameaça tenha sido feita antes da última invasão sem ter sido concretizada, desta vez os preparativos e a capacidade ofensiva das SDF sugerem um cenário diferente. Rojava não pode permitir à Turquia ocupar mais território, muito menos se isto incluir Kobane, pelo que uma resposta desesperada de guerra total parece mais credível desta vez.

Com esta amálgama complexa de actores, interesses conflituosos e projectos políticos antagónicos, é muito difícil fazer previsões sobre o que o futuro nos reserva. Para quem vem de fora, depois de anos a construir pontes de internacionalismo, agora mais do que nunca a solidariedade tem de ser a ternura dos povos. Slogans e declarações simbólicas de solidariedade moral e abstracta já não são suficientes, pois, se Rojava cair, a esperança de um futuro melhor cairá com ela. A vitória do fascismo em Espanha foi seguida pela Segunda Guerra Mundial, pois sabemos que o fascismo avança se não for combatido. Dada a ascensão da ultra-direita no Ocidente, não é um cenário impossível de se repetir, com a agravante de que as forças revolucionárias são hoje uma sombra do que foram.

Rojava lembrou-nos que a revolução não só é possível, mas necessária, e que está nas nossas mãos contribuir para o seu desenvolvimento. O Curdistão, uma nação excluída do sistema de Estados-Nação, mostra-nos como o problema pode ser a solução e como a construção da autonomia democrática pode tornar-se uma alternativa ao modelo de Estado-Nação, patriarcal e capitalista por natureza, que prevalece nas nossas sociedades. Rojava é um oásis no deserto, uma experiência prática de transformação revolucionária, uma oportunidade para aprender e desenvolver o que a sociedade do futuro pode ser. Mas, para que isso aconteça, temos de assegurar a sua existência, a sua sobrevivência como um organismo político e social. E a sobrevivência de Rojava só é possível se se espalhar, porque a revolução é como a água, quando estagna corrompe. A revolução deve fluir, como um rio, para o mar da liberdade.

Texto datado de 18 de Julho de 2022 (Rojava) e publicado em Kaosenlared.org.

Crescer até rebentar?

Para assinalar os 50 anos da publicação do livro *Os Limites ao Crescimento*, a Rede para o Decrescimento, em parceria com a Biblioteca de Alcântara e a Rede BLX, lançou um ciclo de eventos mensais. Com início em janeiro de 2022, este ciclo já abordou os temas Crescimento e Limites, Sistema Alimentar, Crise Ecológica, Economia e Territórios e, em jeito de celebração do Dia Global do Decrescimento (4 de Junho), o tema Desperdício-Suficiência-Justiça. Em Outubro, o ciclo estará de volta com mais três eventos até ao final do ano.

ÁLVARO FONSECA, CARLOS SOARES, HANS EICKHOFF, SOFIA V. PAREDES

Há 50 anos, um grupo de investigadores do MIT lançou o pânico entre as elites económicas e políticas mundiais com a publicação do livro *Os Limites ao Crescimento* (*The Limits to Growth*, no original - LtG), que se tornou, na altura, um *bestseller* (ver caixa). A principal razão para o sobressalto advinha do facto de o estudo em que o livro se baseou mostrar que o paradigma produtivo e económico vigente não era compatível com os limites biogeofísicos do sistema planetário, prevendo um colapso abrupto das sociedades industrializadas nos 100 anos subsequentes, se nada fosse feito para mudar as premissas do sistema económico. Como seria de esperar, várias foram as vozes que o acusaram de catastrofismo. Agora, 50 anos depois do seu lançamento, as previsões daquele estudo têm vindo a ser corroboradas pelos dados factuais das últimas décadas, que apontam para a probabilidade de uma ruptura do actual modelo económico de crescimento exponencial da produção e do consumo e das sociedades que nele assentam, já nos próximos 10 a 20 anos.

Para salientar a relevância daquele estudo, mas também para analisar o actual momento de crise ambiental e social global e as suas diferentes dimensões sob o prisma de uma renúncia ao paradigma socioeconómico dominante, a Rede para o Decrescimento (www.decrescimento.pt) iniciou, em Janeiro de 2022, um ciclo de eventos intitulado «Crescer até Rebentar?» (ver caixa). Foram escolhidos diferentes temas para as conversas-debate de cada sessão, tendo LtG como pano de fundo. O conjunto de convidad@s oriundo de diferentes quadrantes profissionais ajudou a enriquecer os debates e questionamentos com diversas visões e abordagens na procura de caminhos alternativos ao paradigma vigente.

Crescimento como sistema é um problema

Giacomo d'Alisa (autor decrescentista e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), convidado da sessão inaugural, realçou que LtG foi «um livro importantíssimo que abriu um debate muito forte e criou, também, um pouco de confusão no discurso das elites, promotoras da ideia do mercado livre, que não estavam preparadas para os cenários apresentados». Lembrou no entanto que «após um primeiro momento de surpresa, souberam apoderar-se do discurso dos limites, virando toda a narrativa para a noção de que eram barreiras a superar», seguindo aquilo a que o economista Kenneth Boulding chamara «economia de *cowboy*», antítese de uma «economia de nave espacial», que confronta o astronauta com permanentes limites: «Temos de começar a pensar a Terra como uma nave espacial.» Mas agora são os pseudo-astronautas como Jeff Bezos e Elon Musk que estão a criar uma «imagem do espaço como Faroeste» e a promover uma economia mundial aparentemente «sem limites ou ultrapassando-os a cada passo». D'Alisa lembrou que o livro teve a virtude de levar a que «a temática ambiental e do modelo económico entrasse no campo da política, originando o aparecimento dos primeiros partidos verdes» e deixou uma interrogação: «Como faremos nós para assumirmos a ideia de LIMITES, dando-lhe um verdadeiro significado, de modo a construirmos uma certa autonomia social, política e de justiça?»

> «Os alimentos não são um activo económico» – isto mesmo foi dito e redito na sessão onde foram abordadas diversas iniciativas de base local que estão a surgir como alternativas ao modelo de produção industrial, extractivista e destrutivo, herdeiro da chamada «Revolução Verde»

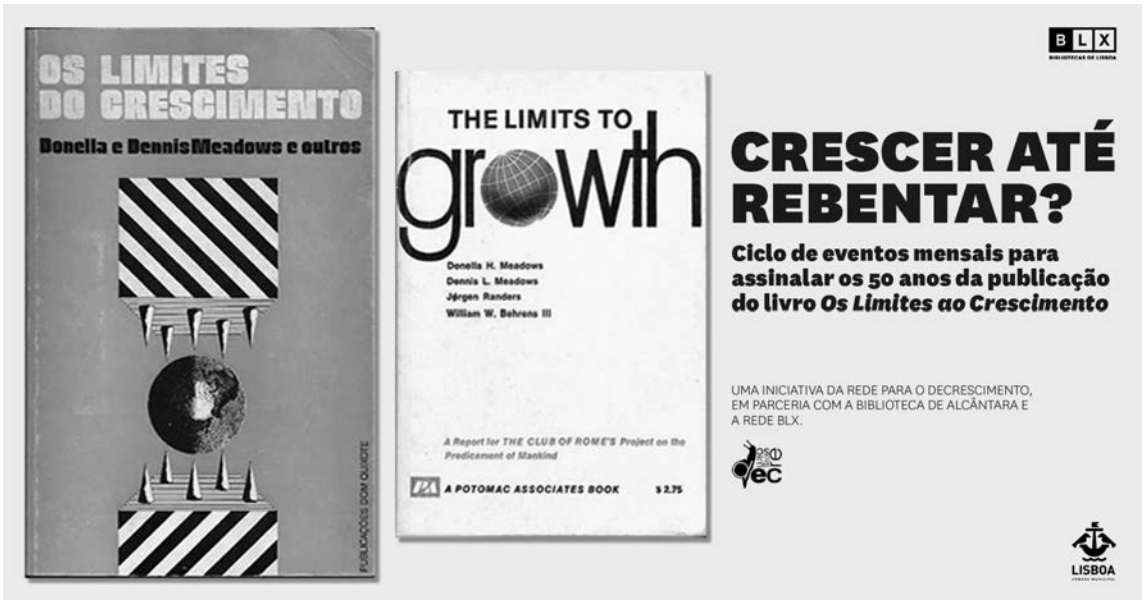
Na mesma sessão, Luís Varatojo (líder do projecto musical LUTA LIVRE) defendeu que a cultura em geral e a música em particular não devem enjeitar o seu importante papel como veículos de informação e de inquietação, no sentido de «agitar» as consciências e alertar para questões de relevância social. Mas advertiu: «Não nos iludamos, pois também os média *mainstream* reproduzem muito bem esse sistema louco» que nos governa, onde «não importa as condições de vida de muitos, a fome, a doença, a injustiça» o que importa é o paradigma do crescimento. Defendeu que a única forma de lhe fazer face é juntarmo-nos e mudarmos os políticos, o sistema, o paradigma.

Sistema Alimentar

«Os alimentos não são um activo económico» – isto mesmo foi dito e redito na sessão onde foram abordadas diversas iniciativas de base local que estão a surgir como alternativas ao modelo de produção industrial, extractivista e destrutivo, herdeiro da chamada «Revolução Verde». De facto, o sistema alimentar está a exercer

pressões insustentáveis sobre os recursos e os ecossistemas, e a produção de alimentos foi um dos parâmetros analisados em LtG.

@s convidad@s da sessão – Alfredo Sendim (Herdade do Freixo do Meio), Ana Matias (Sciaena), Mariana Reboleira (Rizoma Cooperativa Integral) e Marta Cortegano (Associação Terra Sintrópica) – partilharam abordagens baseadas na permacultura, na agro-ecologia, na agricultura apoiada pela comunidade, na pesca sustentável e no consumo consciente, que criam e reforçam «territórios e sistemas alimentares locais, experimentando soluções sintrópicas, regenerativas», como sublinhou Marta Cortegano. «A ciência também tem de vir ter com os agricultores e observar e medir o que está a ser feito e não apenas validar o agro-negócio.»


OS LIMITES DO CRESCIMENTO
Donella e Dennis Meadows e outros
PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE
THE LIMITS TO growth
Donella H. Meadows
Dennis L. Meadows
Jørgen Randers
William W. Behrens III
A Report for THE CLUB OF ROME'S Project on the Predicament of Mankind
A POTOMAC ASSOCIATES BOOK $2.75
BLX
CRESCER ATÉ REBENTAR?
Ciclo de eventos mensais para assinalar os 50 anos da publicação do livro Os Limites ao Crescimento
UMA INICIATIVA DA REDE PARA O DECRESCIMENTO, EM PARCERIA COM A BIBLIOTECA DE ALCÂNTARA E A REDE BLX.
LISBOA

Crise Ecológica

A questão de partida desta sessão foi formulada pela sua moderadora, Ana Poças (membro da Rede): «Como passar de uma visão de crescimento a uma outra de equilíbrio global?» Paulo Magalhães (Casa Comum da Humanidade) ensaiou uma resposta com uma nova pergunta: «É possível outro conceito de valor?», argumentando que a nossa economia está baseada em combustíveis fósseis – que são florestas de há muitos milénios, mas não consegue valorizar as actuais florestas como base da vida, queimando e destruindo recursos essenciais para o equilíbrio ecológico. Sugere que a saída passa por dar estatuto jurídico de património comum aos ecossistemas planetários. Cheila Rodrigues (activista) defendeu, por seu lado, que a separação humanos-natureza deve ser abandonada a favor da noção de interdependência ecológica, através da criação de empatia na decisão colectiva, da experimentação e de movimentos assembleários. Anabela Carvalho (Univ. do Minho) defendeu mudanças dentro das instituições académicas, coerência nas diferentes facetas da vida, favorecendo as transformações emergentes para substituir a sociedade do controlo. Henrique Frazão (Climáximo) realçou a importância da comunicação e da desconstrução das narrativas falaciosas.

Economia para os Limites Planetários

Mariana Morena (economista brasileira a fazer pós-graduação na Universidade Autónoma de Barcelona) destacou que «decrescimento é um planeamento para decrescer, não uma falha do sistema» e acrescentou: «Temos cada vez mais argumentos para falar em decrescimento, pois o crescimento económico hoje não pode ser a resposta, uma vez que continua assente nos mesmos parâmetros: a privação, a dominação, a exploração, a acumulação; queremos decrescimento porque queremos uma justiça global.» Já Manuel Laranja (professor no ISEG) expressou algumas dúvidas face à implementação de modelos decrescentistas pela extrema complexidade do que haveria a fazer – como que «desmontar um avião em pleno voo» – mas defendeu, quer uma maior cooperação e co-desenho, quer um decrescimento no consumo e mais economia da partilha: «Eu preciso de um buraco na parede, não dum berbequim.» Susana Fonseca (membro da ONGA ZERO) sintetizou muito do que se disse nesta sessão, defendendo que, para fazer face aos colapsos que aí vêm, «produzir mais localmente tornar-nos-á mais resilientes».

A nossa economia está baseada em combustíveis fósseis – que são florestas de há muitos milénios, mas não consegue valorizar as actuais florestas como base da vida, queimando e destruindo recursos essenciais para o equilíbrio ecológico.

Territórios

No relatório LtG não consta o conceito de «território», mas menciona-se inúmeras vezes a palavra *land*, nomeadamente na lista das necessidades físicas tangíveis para sustentar as comunidades humanas. Como salientou o arquitecto Jorge Farelo (membro da Rede): «Quando o território era abundante, a expansão das áreas urbanas não tinha constrangimentos, pelo que cresceram desmedidamente, mas quando se atingiram certos limites a resposta urbanística foi arranha-céus, elevadores, mais pessoas, mais negócios. Mas surgiram novos problemas causados por altas densidades nos centros, mobilidades entupidas, degradação das relações entre cidade e o campo.» Para a arquitecta paisagista Margarida Cancela d'Abreu, «a expansão economicista e desenfreada do território está a ocupar solos com capacidade agrícola, solos com valor natural e patrimonial construído, comprometendo sistemas freáticos fundamentais». Por sua vez, Ana Jara (Artéria) apontou que, à escala global, as desigualdades existem porque os territórios, em vez de se interligarem na gestão dos recursos, funcionam em competição: «A cidade está assente em projectos de competitividade.»

Desperdício. Suficiência. Justiça

No Dia Global do Decrescimento, dedicado ao tema «Uma boa vida para tod@s», explorou-se, durante a manhã, a capacidade de imaginar como escapar à dependência do crescimento, com vista à adopção de novos paradigmas de existência, mais ajustados a uma vida boa para tod@s, por via de performances, leituras de poemas e diálogos informais, com a ajuda da artivista Cheila Collaço Rodrigues e da performer Sofia Miguel Castro. À tarde, a inquirição e exploração de práticas e pensamentos alinhados com a prosperidade e a sustentabilidade de tod@s, envolveu uma conversa com metodologia *fishbowl,* que permitiu a participação activa da assistência numerosa, depois de a bióloga marinha e investigadora Isabel Marín-Beltrán, a activista-comunicadora Joana Guerra Tadeu e a médica e decrescentista Cecília Shinn terem partilhado as suas inquietações e práticas de intervenção cívica.

Mudança sistémica e ecologia de práticas

O livro LtG convida a encarar os limites incontornáveis ao crescimento, em vez de tentar superá-los através de soluções tecnológicas alegadamente salvíficas, como pretendem as elites políticas, que contribuem, afinal, para aprofundar a crise ambiental e social global. Como refere o refrão do tema dos Luta Livre, da autoria de Luís Varatojo: «Enquanto o crescimento for o único objectivo do sistema, temos um problema.»

As sessões do ciclo mostraram a relevância das visões complementares e abordagens sistémicas na procura de caminhos alternativos. Às visões decrescentistas juntaram-se as propostas d@s convidad@s que sublinharam a necessidade do abandono do actual paradigma socioeconómico, extractivista, produtivista e tecnocrático por parte dos países do Norte Global para enfrentar não só as crises ambiental e social globais já em curso, como o colapso iminente, de consequências imprevisíveis. O desafio, como destacou Giacomo d'Alisa, será como articular o individual, o colectivo, o político, passando por um encadeamento de sentidos comuns, juntando a acção individual e a não colaboração com o sistema com uma mudança colectiva e social, que poderá ser alavancada através de uma ecologia de práticas aliadas a propostas concretas, como o rendimento básico universal, a redução da semana de trabalho, ou a promoção de sistemas alimentares locais através de cooperativas de produção e de consumo.

O livro e o ciclo

'*Os Limites ao Crescimento*' ('The Limits to Growth', LTG) resultou de um estudo encomendado pelo Clube de Roma a um grupo de investigadores do MIT liderado por Donella e Dennis Meadows, Jorgen Randers e William Behrens III. Usando um modelo de simulação computacional (World3), os investigadores avaliaram parâmetros como o crescimento populacional, a produção alimentar e industrial, a disponibilidade de recursos não renováveis e os níveis de poluição no contexto de um modelo socioeconómico assente no crescimento exponencial. Concluíram que, sem mudanças radicais do sistema vigente e mantendo o *business as usual,* os limites ao crescimento seriam atingidos, na melhor das hipóteses, dentro de 100 anos, seguidos de um colapso abrupto. Sublinharam também que seria possível evitar a catástrofe, satisfazer as necessidades básicas de todos, e atingir estabilidade económica e ecológica sustentável, dando oportunidades iguais para a realização do potencial humano individual, com um sistema socioeconómico diferente.

O ciclo "Crescer até Rebentar?" é uma iniciativa da Rede para o Decrescimento em parceria com a Rede BLX. Foram já realizadas seis sessões mensais de Janeiro a Junho, cada uma com um tema e convidad@s diferentes. É possível aceder às gravações dessas sessões, bem como às sinopses respectivas, através da seguinte ligação: https://www.decrescimento.pt/posts/crescer-ate-rebentar-videos-das-6-primeiras-sessoes/. As três últimas sessões do ciclo decorrerão de Outubro a Dezembro, no 1.º sábado de cada mês, na Biblioteca de Alcântara.

Experimentar, experimentar sempre

De olhos postos no futuro, David Graeber e David Wengrow ensaiam novas perspetivas sobre a pré-história e as idades antigas da humanidade, ensinando-nos a pensar o poder político não como uma inevitabilidade ou um mal necessário, mas antes como uma experiência.

DANIEL SEABRA LOPES
ILUSTRAÇÃO **JOÃO CABAÇO**

Desconstruir mitos, desinstalar ideias feitas, quebrar ligações estabelecidas. Olhar para o passado com outros olhos e abrir possibilidades para o futuro. Mostrar que a transformação da sociedade é um desígnio realista, uma ambição perfeitamente natural, a loucura está em pensar que o mundo não pode ser mudado. São estes os propósitos de *The Dawn of Everything: A new history of humanity* (Allen Lane, 2021) e, havendo mão de David Graeber nesta obra, tal não será de estranhar. Em *Debt – The First 5000 Years* (2011), Graeber questionou o mito da troca direta a que tantos economistas ainda recorrem para explicar a origem do dinheiro. Agora, escorado pela sabedoria arqueológica de David Wengrow, problematiza as conceções evolucionistas e complexificantes da história humana que, partindo do mito de uma suposta idade da inocência profundamente igualitária, procedem da caça e da recoleção para a agricultura, das aldeias para as cidades, da igualdade para a propriedade privada e a hierarquia (não, não há nenhum nexo inevitável entre o cultivo da terra, a sedentarização e o aparecimento de grandes metrópoles, nem entre o aumento da população, os arranjos políticos verticais e a centralização administrativa, nem sequer entre sociedades de pequena escala e igualitarismo – está mesmo tudo em aberto!).

A recusa do evolucionismo talvez explique uma das grandes dificuldades deste livro, que passa pela ausência de uma linha cronológica precisa, substituída por uma alternância entre a pré-história, o passado recente das sociedades primitivas estudadas pelos antropólogos, e a história dos povos invadidos e colonizados pelos Europeus (especialmente os povos da América pré-Colombiana). Há, no entanto, um momento nevrálgico nesta nova história da humanidade, e que coincide com a chegada das caravelas e das naus ao outro lado do Atlântico: do século XVI em diante, o futuro e o passado mudam de feição, a realidade começa a ser pensada e ordenada de uma só maneira, dando azo a um sistema político-económico particularmente coriáceo, mescla de estado, mercado, guerra, burocracia e democracia representativa, o mundo em que vivemos e pensamos. É este o ponto cardeal das narrativas evolucionistas, que Graeber e Wengrow se esforçam por varrer do enredo, fragmentar, estilhaçar.

Tratando-se de obra de fôlego, cujos fios são tantas vezes deixados em suspenso para serem retomados mais adiante, quando não para se perderem, desejamos, neste excurso, precisar as ideias fundamentais avançadas pelos dois autores, para depois apreciarmos o seu contributo dum ponto de vista crítico.

Contra a unidirecionalidade da história: a alternância e a flexibilidade institucional

Se há coisa que se pode afirmar acerca da pré-história é que se trata de um período demasiado vasto e diverso, durante o qual os seres humanos terão experimentado conscientemente uma série de arranjos sociais. Na página 111, é dito que os nossos antepassados do Neolítico eram uma espécie de saltimbancos políticos, havendo indivíduos que passavam uma temporada num bando de caçadores-recolectores, outra numa tribo sedentarizada e uma terceira numa cidade com características de estado. Esta ideia é aplicada também às sociedades primitivas estudadas pelos antropólogos, como os Nambikwara, que oscilavam sazonalmente entre bandos de caçadores-recolectores subordinados a um chefe autoritário e grupos maiores que praticavam uma agricultura sazonal e eram mais igualitários. Logo as hierarquias sociais existem desde há muito, provavelmente desde sempre, mas ao longo de milénios terão constituído situações passageiras e reversíveis. O que obriga a pensar na espantosa flexibilidade das instituições que, por um lado, propiciava tais hierarquias e, por outro, oferecia a possibilidade de desfazer ou neutralizar o poder de chefes, reis e rainhas...

A copresença, numa mesma região, de diferentes sistemas políticos está ligada a outra ideia importante deste livro: a cismogénese. Graeber e Wengrow especulam que, desde o fim da Idade do Gelo (há cerca de 40 mil anos), as sociedades humanas terão entrado num processo de diferenciação progressiva, favorecendo o aparecimento de universos sociais e culturais relativamente separados e antagónicos. Tudo indica ter-se tratado, mais uma vez, de um processo consciente e político, envolvendo uma reflexão sobre diferentes maneiras de organizar a vida. Neste sentido, pode dizer-se que a hierarquia e a igualdade são irmãs – isto é, surgiram ao lado uma da outra e por oposição uma à outra.

O aparecimento da guerra, enquanto forma extrema de violência política, é uma consequência da cismogénese. Não há razão para assumir que a guerra tenha sempre existido. Além disso, os vestígios arqueológicos sugerem uma alternância entre períodos de paz e períodos de intensa conflituosidade. No entanto, a guerra traz consigo implicações decisivas: ao trocar a expressão simbólica das rivalidades coletivas pela vingança de sangue e pela morte indiferenciada, a guerra abre caminho a uma combinação entre cálculo abstrato e ressentimento que permite encarar qualquer membro de outro grupo como alvo potencial de uma retaliação. A ação bélica contribui assim para definir grupos adversos, obriga a escolher lados, aumentando a necessidade de defesa e a rigidez dos centros de poder militar. Quanto mais guerra, menos flexibilidade institucional...

Contra a uniformidade dos modos de subsistência: uma «ecologia da liberdade»

Durante toda a pré-história a alternância dos arranjos políticos andou de mãos dadas com a alternância das estratégias de subsistência. Não houve, portanto, nenhuma Revolução Neolítica sob o signo da agricultura. Lembrando que o processo de domesticação do trigo e da cevada demorou cerca de três mil anos, Graeber e Wengrow sugerem que o cultivo da terra foi inicialmente uma forma de diversão, até mesmo de subversão, e não uma inevitabilidade decorrente da necessidade de produzir comida para alimentar uma população crescente. Mais concretamente, o plantio surgiu como uma atividade de nicho e uma especialização local de certas comunidades sedentárias das zonas baixas do Crescente Fértil, funcionando como um suplemento de economias assentes sobretudo na recolha de recursos naturais.

Originariamente praticada em várzeas e planícies aluviais nos períodos em que as águas recuavam, esta agricultura tirava partido do solo filtrado e refrescado e das facilidades de .irrigação, estando igualmente liberta da necessidade de desbaste. Era uma agricultura prática, combinável com a pecuária, a caça e a recoleção. Graeber e Wengrow falam de uma «ecologia da liberdade» (pag. 260) associada à manutenção de um sistema agroflorestal tão dinâmico quanto maleável, sem lugar para a delimitação ou apropriação particular de parcelas de terreno por tempo indeterminado. Daí que os autores recusem qualquer ligação inevitável entre a adoção da agricultura e o desenvolvimento das hierarquias sociais, das desigualdades e da propriedade privada. Na verdade, o caminho da agricultura até ao século XVI foi tudo menos uma linha de sentido único, estando cheio de falsos inícios, de reviravoltas e ziguezagues.

Contra a cidade-estado: a diversidade, a multiplicidade dos projetos urbanos

Também as primeiras cidades, longe de remeterem invariavelmente para a presença de estados e de organizações hierárquicas, se revelaram propícias à experimentação. Na pré-história, havia-as para todos os gostos. Talianki, na atual Ucrânia, promovia um igualitarismo exacerbador das liberdades e diferenças individuais, com os vários fogos a colaborarem numa rede rotativa de cooperação económica. Por seu turno, em Uruk e noutros primeiríssimos centros urbanos da Mesopotâmia, foram ensaiadas soluções híbridas, recorrendo-se a formas participativas de governo para organizar obras públicas e decidir acerca das relações com o exterior, deixando que os assuntos económicos fossem resolvidos de maneira

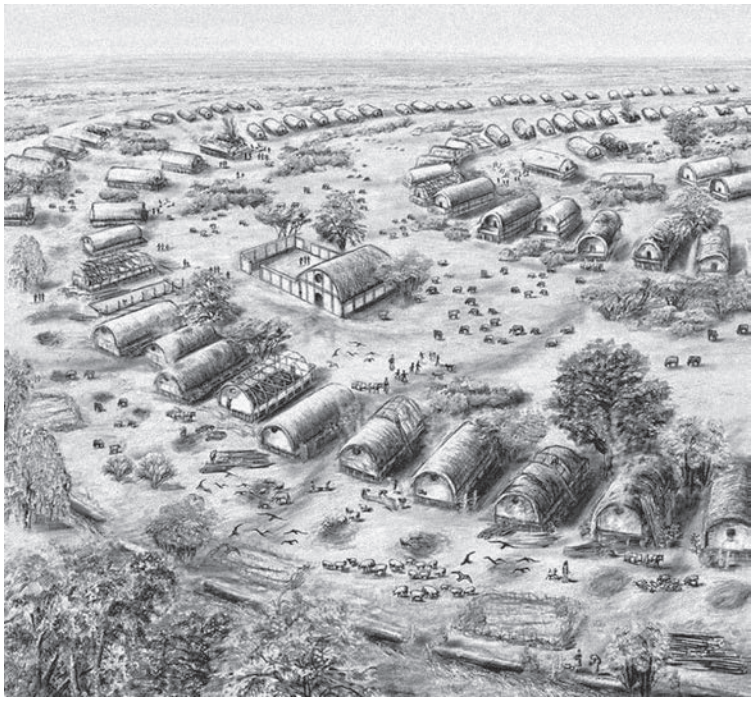
mais burocrática e hierárquica. Em Mohenjo-daro, nas margens do Indo, vingou outra combinação de horizontalidade e hierarquia, com um governo igualitário dedicado aos assuntos quotidianos da cidade, lado a lado com uma organização social ascética. Já Arslantepe, na Turquia oriental, foi berço de uma aristocracia agonística e guerreira, com casas nobres e túmulos de heróis, mas sem uma autoridade centralizada ou burocracia...

Os vestígios arqueológicos dão ainda conta de metrópoles que, tendo albergado regimes hierárquicos e militarizados durante longos períodos, foram entretanto tomadas por cidadãos revoltosos que redefiniram as fronteiras espaciais e sociais quase até ao ponto da sua completa abolição. Veja-se o caso de Taosi, na atual China, ou de Teotihuacán, no México (à qual é consagrado todo um capítulo), onde a partir do ano 300 da nossa era, a monarquia terá sido substituída por uma república que abdicou da arquitetura monumental e da autocracia em prol de habitação social de qualidade e de formas indígenas de democracia assentes em assembleias locais e num conselho geral.

Primeira, segunda e terceira ordens – ou como é que a história emperrou?

Se a experimentação, a alternância e a flexibilidade foram a regra durante milénios, como é que sistemas hierarquizados de larga escala – coincidentes com os estados e impérios modernos – tomaram conta do cenário político e aprisionaram a história humana em relações permanentes de dominação e subordinação? Formulada no capítulo quarto do livro (pág. 140), esta importante pergunta obtém uma resposta provisória no penúltimo capítulo, que é também o mais longo. O argumento começa por distinguir três formas elementares de governação: através do controlo da violência (ligado ao poder militar), através do controlo da informação (ligado à religião e à burocracia) e através do carisma (ligado a sistemas de promoção individual por via agonística).

Nesta base, Graeber e Wengrow propõem que qualquer formação política que se propunha ter assentado, prioritariamente, em apenas um destes três pilares seja designada um «regime de primeira ordem». Assim a sociedade Azteca, que dependia essencialmente do controlo da violência; ou o Império Inca, que exibia uma componente mais burocrática; ou a civilização Olmec, gerida por uma classe de aristocratas cujo carisma decorria das vitórias em torneios desportivos. Ou ainda – exemplo sobre todos fascinante pela sua mistura de teocracia e ginecocracia –Creta Minoica, governada



Grandes povoamentos como Talianki (neolítico-calcolítico, 3850–3700 a.c.), e outros da cultura Cucuteni–Trypillia, localizados na actual Ucrânia e consideradas proto-cidades pela sua dimensão (podiam ter até cerca de duas mil casas e 16 mil habitantes) – promoviam um igualitarismo exacerbador das liberdades e diferenças individuais, com os vários fogos a colaborarem numa rede rotativa de cooperação económica.

A dificuldade em transformar radicalmente a sociedade persiste, mesmo perante os mais flagrantes indícios de esgotamento da atual ordem político-económica

por um colégio de sacerdotisas que elevavam o êxtase erótico a motivo de celebração ritual... Ora, não obstante as suas enormes diferenças, os regimes de primeira ordem iam e vinham, distinguindo-se pela precariedade, pela intermitência ou pela sazonalidade do seu poder.

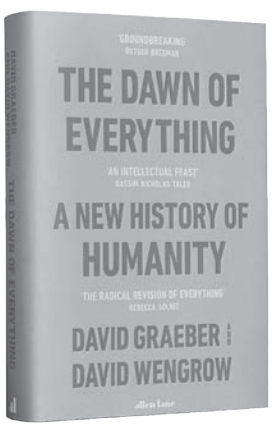
Já as formações políticas que combinavam dois dos três princípios elementares de governação são chamadas «regimes de segunda ordem», englobando a maior parte dos reinos, impérios e repúblicas da Antiguidade e que a historiografia evolucionista designa anacronicamente de «primeiros estados». É o caso emblemático dos reinos do Antigo Egipto, que conjugavam burocracia e violência, mas excluíam quase completamente a política carismática assente na rivalidade (um faraó não podia ser desafiado por nenhum mortal...). Porém, Graeber e Wengrow observam, também a este nível, sinais de intermitência e sazonalidade, aliás patentes nas periodizações convencionais que tomam por referência os governos mais estáveis e desconsideram as fases intermédias (por vezes ainda mais longas e exibindo soluções de recurso deveras curiosas). Neste sentido, os primeiros reinos podem ser vistos como experiências, recreações, jogos que, aos poucos, foram ficando mais sérios.

A conjugação dos três princípios de governação configura o estado moderno, ponto de aniquilamento de uma miríade de percursos históricos e civilizacionais pré-seiscentistas que terão – supremo atrevimento! – provado e testado o poder sem se deixarem subjugar permanentemente por ele. Não estamos, insista-se, perante uma evolução ou processo de sentido único, embora seja possível identificar elementos que, ao serem combinados entre si, tornam compreensível a emergência de uma estrutura política mais teimosa e preparada para resistir às contingências da história: uma dessas combinações junta o impulso diferenciador da cismogénese ao confronto armado, em detrimento do jogo ou do teatro; outra associação nefasta advém da intromissão do poder militar e da violência arbitrária da guerra (potencialmente orientada para o exterior) na esfera das relações de proximidade e de cuidado, abrindo caminho à repressão severíssima de conterrâneos, vizinhos e familiares, a par de uma subordinação generalizada das mulheres; enfim, os tabus religiosos e a definição de campos sagrados de acesso restrito, aliados ao conceito de propriedade privada e aos direitos exclusivos que ele implica, também ajudam a perceber porque é que a história da humanidade ficou perra.

Profunda história, profunda incerteza, profunda, profunda especulação...

Apesar do título grandiloquente, anunciador de revelações e revoluções, o que salta à vista, nesta interrogação sobre as profundezas da história, é a incerteza concomitante, a incerteza constante, a incerteza gritante. Tudo está em aberto, porque se desconhece quase tudo a respeito de muitas das realidades pré-históricas mencionadas. Expressões como «não sabemos de todo», «não temos uma ideia precisa», «não podemos mesmo explicar porquê» ou «os arqueólogos ainda não conseguem definir com confiança qual a sequência de eventos precisa» vão-se sucedendo, deixando o caminho aberto à especulação, por mais difusa que seja: vejam-se, nas páginas 399-402, as hipóteses titubeantes quanto ao significado dos assassinatos e sacrifícios em massa que terão marcado as fases iniciais das monarquias do Antigo Egipto, e que Graeber e Wengrow associam à constituição de um sistema patrimonial de raiz familiar.

Para além disso, como se disse, o livro oscila entre a arqueologia e a antropologia, entre a pré-história ou as fases inaugurais da história e as etnografias de sociedades primitivas. Trata-se de um esforço intencional e louvável, como antídoto contra o evolucionismo das periodizações clássicas, mas os dois relatos (arqueológico e antropológico) não são equiparáveis. É difícil descobrir na arqueologia da pré-história aquilo que Marshall Sahlins designava por «eventos etnográficos», referindo-se ao encontro das tribos primitivas com as autoridades coloniais, que os antropólogos testemunharam em direto. Tal como é difícil achar interações, improvisações quotidianas ou até pessoas. O que se descobre são sobretudo vestígios mais ou menos evidentes de arquitetura monumental e fortificações, de registos burocráticos, de cultivo regular de cereais, de enterros sumptuosos ou valas comuns, e só quando todas estas coisas aparecem juntas é que se torna legítimo inferir a presença de uma autoridade centralizada (e, mesmo assim, tudo o que diga respeito ao modo como essa autoridade era realmente exercida não se presta a ser desenterrado). Incapaz de recorrer a exemplos concretos de acontecimentos prosaicos, o argumento fica reduzido a quadros hipotéticos, quase sempre pintados em traços gerais. Isto é especialmente notório a respeito da combinação incongruente entre atos de violência e tarefas de cuidado, que Graeber e Wengrow admitem estar na origem da dominação autoritária nas sociedades humanas, dado que os escravos eram frequentemente empregues em tarefas de cuidado, surgindo assim como não-pessoas que colaboravam na formação de pessoas (pág. 191) – ideia tão estimulante quanto abstrata e, inclusivamente, redutora, sendo todavia a melhor que os autores estão em condições de oferecer.



The Dawn of Everything
David Graeber, David Wengrow
Alen Lane, 2021

Poder-se-ia ir mais longe e assinalar os prováveis paradoxos ou autocontradições desta reflexão de longo alcance: obra monumental que ataca a história monumental; libelo incisivo contra o mito de um estado originário da humanidade que eleva a experimentação política autoconsciente ao estatuto de disposição humana mais frequente (mais natural?) desde a pré-história até à era dos impérios capitalistas; crítica das periodizações evolucionistas que acaba por recorrer a um artifício complexificante ao propôr a existência de regimes políticos de primeira, segunda e terceira ordens – mesmo que o caminho seja declarado reversível e o processo de desmantelamento do estado já esteja em curso. E, na base de um tal argumento, uma conceção tripartida das formas de governação que deixa de lado qualquer conceção mais insidiosa e inconsciente de poder, denunciando o conservadorismo das ciências sociais, a sua insistência nos temas da tradição, da autoridade, do estatuto, da alienação e do sagrado, da incorporação e da disciplina. O que talvez seja injusto, em primeiro lugar pela recolha empírica aturada que sustenta algumas destas investigações (pensemos em Bourdieu ou em Foucault), mas também porque a revelação das formas menos visíveis de dominação tem contribuído, igualmente, para a sua condenação e ultrapassagem.

Malgrado estes reparos, a dificuldade em transformar radicalmente a sociedade persiste, mesmo perante os mais flagrantes indícios de esgotamento da atual ordem político-económica. Teremos então perdido a capacidade de criar uma outra relação com o poder, de o conceber não como uma inevitabilidade, mas antes como uma tentação e um perigo, como algo que atrai e repugna, e que merece ser desfrutado em pequenos goles, ao jeito epicurista, temporária e intermitentemente? Fica mais fácil pensar que não depois da leitura deste livro...

Saudação a
Peter Lamborn Wilson

Onze de Junho de dois mil e vinte e dois…

De aqui, de Berlim, todas as épocas no meu cérebro alado por enteógenos,
Saúdo-te, Wilson, saúdo-te, meu irmão em Universo,
Ó sempre sincrético e esotérico, cantor da anarquia ontológica,
Concubina fogosa do universo disperso,
Roçando-te contra a diversidade anímica das coisas
Sexualizado pelas pedras, pelas árvores, pelas pessoas, pelas religiões,
Cio das passagens, dos encontros, das meras observações,
Meu entusiasta pelo conteúdo de tudo,
Anti-herói entrando pela Morte dentro aos pinotes,
E aos urros, e aos guinchos, e aos berros saudando o Caos!

Cantor da fraternidade feroz e terna com tudo,
Grande anarca epidérmico, contíguo a tudo em corpo e alma,
Carnaval de todas as acções, bacanal de todos os propósitos
Irmão gémeo de todos os arrancos,
Niilista do mundo que produz multidões enlatadas,
Egoísta insaisissable do flutuante espiritual,
Souteneur de todo o Universo,
Rameira de todos os sistemas solares, paneleiro de Deus!

Não sou indigno de ti, bem o sabes, Wilson,
Não sou indigno de ti, basta saudar-te para o não ser…
Eu tão contíguo à inércia, tão facilmente cheio de tédio,
E conforme tu sentiste tudo, sinto tudo, e cá estamos de mãos dadas,
De mãos dadas, Wilson, de mãos dadas, dançando o universo bêbado.

Lá onde estás agora (não sei onde é mas é no Caos)
Sentes isto, sei que o sentes, um abraço quente (em gente)
E tu assim é que o queres, meu velho, e agradeces de lá,
Sei-o bem, qualquer coisa mo diz, um agrado no meu espírito,

Mas perante o universo a tua atitude era de mulher,
E cada erva, cada pedra, cada homem era para ti o Universo.

Meu velho Wilson, meu grande Companheiro, evoé!
Pertenço à tua orgia báquica de sensações-em-liberdade,
Sou dos teus, desde a sensação dos meus pés até à náusea em meus sonhos,
Olha pra mim: tu sabes que eu, Casemiro Campos, engenheiro por engano,
Poeta pessimista,
Não sou teu discípulo, não sou teu amigo, não sou teu cantor,
Tu sabes que eu sou Tu e estás contente com isso!

Atravesso os teus livros como a uma multidão aos encontrões a mim,
E cheira-me a incensos, magia negra, convívios, insurreições
Abram-me todas as portas!
Por força que hei-de passar!
Minha senha? Zona Autónoma Temporária!

Mas não dou senha nenhuma…
Passo sem explicações…
Se for preciso meto dentro as portas…
Sim — eu caixa d'óculos civilizado, meto dentro as portas,
Porque neste momento não sou caixa d'óculos nem civilizado,
Sou EU, um universo pensante de carne e osso, querendo passar,
E que há-de passar por força, porque quando quero passar sou o Caos!

Tirem esse lixo da minha frente!
Metam-me em gavetas essas emoções afetadas!
Daqui p'ra fora, políticos, literatos,
Comerciantes pacatos, polícia, meretrizes, souteneurs,
Tudo isso é a letra que mata, não o espírito que dá a vida!

Que nenhum filho da puta se me atravesse no caminho!
O meu caminho é pelo infinito fora até chegar ao fim!
Se sou capaz de chegar ao fim ou não, não é contigo, deixa-me ir…
É comigo, com o Caos, com o sentido-eu da palavra Infinito…
Prá frente!
Meto esporas!
Sinto as esporas, sou o próprio cavalo em que monto,
Porque eu, por minha vontade de me consubstanciar com o Caos,
Posso ser tudo, ou posso ser nada, ou qualquer coisa,
Conforme me der na gana… Ninguém tem nada com isso…
Loucura furiosa! Vontade de ganir, de saltar,
De urrar, zurrar, dar pulos, pinotes, gritos com o corpo,
De ser o volante de todas as máquinas que se autodestroem,
De ser o esmagado, o deixado, o deslocado, o acabado,
Dança comigo, Wilson, lá do outro mundo esta fúria,
Salta comigo neste batuque que esbarra com os astros,
Cai comigo sem forças no chão,
Esbarra comigo tonto nas paredes,
Parte-te e esfrangalha-te comigo
Em tudo, por tudo, à roda de tudo, sem tudo

Nas tuas visões, como num oráculo
Vejo a máquina de clastres a partir as bentas ao progresso
A cantar a liberdade dos bosques em sonhos iniciáticos
Pela soberania individual, pelos falanstérios
E dou-te todos os vivas a mim e a ti e ao Caos
E o universo anda à roda de nós como um carrocel com música dentro dos nossos crânios,
Tu, um dervixe do esquecimento, um taoista da sensação, tu o Wilson
Não foste um homem, foste dinamite!

Casemiro Campos
Berlim, 11 Junho 2022

Renascimento rural?
Três obras de reflexão e acção – uma proposta

JÚLIO HENRIQUES

Se pretendermos que alguma coisa de fértil possa renascer das cinzas a que o capitalismo globalizado está a reduzir o planeta, agora já de forma acelerada, temos necessariamente de repensar aquilo que constitui a concretude do mundo, e antes de mais nada os seus lugares físicos, a começar pela terra nutriente – e pela água sem a qual esta não vive. Uma das entidades essenciais assim invocada será a agricultura, a indispensável produção de alimentos.

«Renascimento rural» (com esta própria expressão) é uma ideia que já circulou entre nós anteriormente, nos anos 70, e que chegou mesmo a ser um pequeno movimento. Nessa altura não vingou, talvez porque então se apresentasse *deslocada*, ou porque a experiência não houvesse ainda suscitado, com suficiente impressão, aquilo que já era a dimensão da perda que esta expressão revelava.

Ibéria Esvaziada é um precioso instrumento com vista a pensar o que faz falta pensar – no que já é, em parte, algo que está no terreno.

Entrámos num espaço temporal em que o desmoronamento de muitas das certezas associadas à noção de progresso e bem-estar, agora em pleno processo de radical questionamento, nos remete para o longo arco histórico que chega aos nossos dias com o insuportável fedor proveniente da mundialização colonial e imperialista encetada no século XVI com a invasão europeia da chamada América. Todo esse processo de desenvolvimento humano e material, baseado na espoliação, na escravatura, no holocausto dos povos aborígenes e na incessante e paradoxal declaração de guerra à vida a que devemos a vida, está hoje presente nos desastres de que temos notícia. Devemos agora encarar-nos também como indígenas de territórios ocupados por forças estranhas.

Ibéria esvaziada

Carlos Taibo, autor espanhol bem conhecido dos leitores do *Mapa*, procede na obra *Ibéria Esvaziada – Despovoamento, decrescimento, colapso* (Ed. Letra Livre, 2022, prólogo de Filipe Nunes, tradução de Pedro Morais) a um frutuoso estudo das vastas áreas territoriais que ao longo de décadas se foram despovoando em Espanha e Portugal, desertificando-se. É um fenómeno sociopolítico característico destes dois países, e em parte também de Itália, correspondendo, em grande medida, ao mundo rural que se esvaziou. Não foi um processo natural; foi desencadeado por políticas estatais e económicas decorrentes daquilo a que se chama *desenvolvimento*, que expulsou das suas terras e aldeias a população camponesa, encarada como obsoleta e como estorvo. Muito apropriadamente, a fotografia que ilustra a capa deste livro é exemplificadora disso mesmo: mostra a barragem construída pelo Estado fascista no rio Homem, no Gerês, no início dos anos 70, que levou à eliminação de Vilarinho da Furna, a aldeia comunitária agro-pastoril que até então se mantivera independente e cuja resistência a esse projecto «de inovação» se nos revela hoje particularmente instrutiva.

Escritor anarquista de um amplo e diversificado labor, falante de português e com grandes ligações a Portugal, Carlos Taibo é um autor a quem devemos prestar muita atenção. O seu primeiro livro traduzido em português, *Colapso – Capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo* (Letra Livre e Mapa, 2019), procura expor as bases analíticas deste processo mundial em curso (processo, não *momento*) apresentando a concatenação das perigosas e criminosas disfunções estruturais que passaram a ser o *modus vivendi* de todo o sistema capitalista na sua fase extrema. *Ibéria Esvaziada* parte do conhecimento adquirido sobre o que significa, materialmente, o colapso, mostrando o abandono rural como parte integrante deste.

Tanto o livro anterior como este, cujos temas têm por base o decrescimento e o colapso, são obras elaboradas perante o carácter urgente das possíveis respostas a dar a contingências que nos sitiam. *Ibéria Esvaziada* abarca um grande conjunto de reflexões, teóricas e práticas, que remetem para a necessidade de contrapor ao esvaziamento que se impôs uma nova visão positiva do que podem constituir as zonas desertificadas, como campo físico de actividades alternativas à vida sob o capitalismo. Naquilo que «deve ser introduzido», Taibo identifica cinco âmbitos: agroecologia (o mais relevante, com vista a restaurar a biodiversidade perdida), um uso mais racional da energia, o reordenamento do território e do sistema de transportes, o «desenvolvimento de algumas novidades no âmbito da economia convencional», a acção das instituições, «de diferentes maneiras e com as correspondentes controvérsias».

Não pretendendo ser um «manual», *Ibéria Esvaziada* é um precioso instrumento com vista a pensar o que faz falta pensar – no que já é, em parte, algo que está no terreno: as lutas por uma reapropriação colectiva dos campos, dos solos, da água, lutas essas alicerçadas na necessária regeneração do meio ambiente, no respeito pela sua integridade e no apoio mútuo. O livro inclui um conjunto de mapas que identificam as regiões ibéricas desertificadas, sendo o mapa relativo a Portugal resultante da investigação do autor; e contém ainda uma utilíssima bibliografia espanhola e portuguesa.

A louca aposta na agricultura biológica

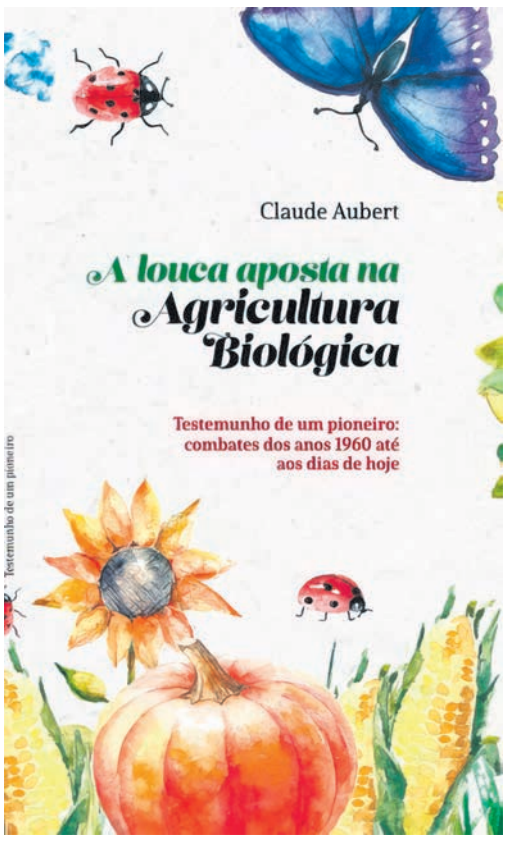
Claude Aubert, engenheiro agrónomo, pioneiro da agricultura biológica em França, autor de uma vasta obra sobre agricultura, ecologia e alimentação humana, tem exercido uma notável influência em Portugal, designadamente através da preciosa e inesquecível colecção «Viver é Preciso», criada em 1977, entre outros por Afonso Cautela e José Carlos Costa Marques, e publicada pela editora Afrontamento, do Porto. O seu livro *A Industrialização da Agricultura, salvação ou suicídio da humanidade?*, nº 1 da referida colecção, continua a ser de uma espantosa clarividência[1].

A editora Sempre-em-Pé e a associação Campo Aberto, do Porto, decidiram em boa hora publicar *A Louca Aposta na Agricultura Biológica*, obra muito recente de Claude Aubert (a 1.ª ed. francesa saiu em 2020), que expõe, num riquíssimo sumário, um verdadeiro espólio do que tem sido, no mundo às avessas, a história difícil da agricultura respeitadora de sãs condições de vida na Terra.

Como referem muito a propósito os editores desta tradução, «[n]a devastada paisagem do território português, no quase desaparecimento da agricultura familiar de médios e pequenos agricultores não ainda totalmente subjugados às práticas da agricultura convencional de enormes impactos ambientais negativos, a agricultura biológica, no sentido pioneiro que tem neste livro, juntamente com correntes que lhe são próximas, como a agricultura biodinâmica e a permacultura, constitui uma das maiores esperanças para um renascimento e revitalização de grande parte das regiões do chamado "interior", de que depende em grande parte o destino do nosso território e a cura dos males de que enferma, da monocultura dita florestal ao abandono agrícola, da proliferação irracional de infraestruturas redundantes à ilusão do produtivismo da agricultura industrial "de ponta".»

A Louca Aposta da Agricultura Biológica é em parte um livro de história, descrevendo o percurso, desde a década de 1960, que paulatina e obstinadamente tem vindo a demonstrar, em teoria e na prática, a necessidade decisiva de uma mudança a operar nas formas industriais de cultivo baseadas em produtos agrotóxicos de síntese (pesticidas, fungicidas, herbicidas), em maquinaria cada vez mais pesada, poluente, invasora, fomentadora de dependências, e em ilusórias novas invenções tecnológicas destinadas a solucionar os problemas provocados pela tecnologia.

De facto, o adubo químico, tornado solúvel para uma mais fácil e rápida assimilação pelas plantas, tem causado o progressivo empobrecimento dos microelementos constituintes dos solos, tratando a terra como um mero substrato e não como um organismo vivo. Nos nossos dias, este entendimento crítico é maior (continuando, no entanto, a ser minoritário) devido à experiência das inúmeras nocividades sanitárias e dos múltiplos desastres provocados nos solos, nas águas (inclusive marinhas) e na atmosfera por uma agricultura cuja bitola essencial é um produtivismo assente na infindável cegueira do lucro. A deterioração dos solos já se documenta hoje, inclusive na Europa, no surgimento de desertos e tempestades de areia (fenómeno conhecido desde os anos 30 nos EUA); são indubitáveis a poluição do ar pelo amoníaco e por partículas finas, bem como a morte de peixes e a invasão de algas (morte


Claude Aubert
A louca aposta na Agricultura Biológica
Testemunho de um pioneiro: combates dos anos 1960 até aos dias de hoje
Testemunho de um pioneiro

A louca aposta na agricultura biológica
Claude Aubert
Campo Aberto – associação de defesa do ambiente e Edições Sempre-em-Pé, [lançamento em Outubro de 2022]

O propósito de Claude Aubert neste livro nada tem de negativo. Pelo contrário, ele apresenta um estimulante balanço, mostrando como a agricultura biológica tem vindo a impor-se ao longo de mais de meio século.

extensiva aos oceanos) ou ainda a perda de biodiversidade, que em queda livre está também na origem das pandemias.

A dramática incompreensão, ou compreensão interesseira, das nocividades causadas no mundo pela agricultura industrial teve um grande momento com a chamada Revolução Verde, iniciada nos anos 60, mas cuja génese, estado-unidense (Fundação Rockefeller, etc.), é anterior, tendo sido saudada como um êxito formidável graças ao seu incremento da produtividade agrícola. Sintomaticamente, esse êxito resultou de progressos científicos e técnicos alcançados no âmbito da química e da maquinaria durante e após a Primeira Guerra Mundial, bem como da produção de sementes híbridas de maior rendimento, em particular de arroz e trigo; do recurso a adubos minerais e produtos ditos fitossanitários; e da aumentada mecanização e irrigação («paradigma» ainda muito presente em Portugal, nomeadamente nas extensíssimas monoculturas de olival intensivo e super-intensivo que têm feito da paisagem alentejana uma espécie de deserto verde). Com efeito, a dita «revolução verde» causou uma poluição e uma eutrofização generalizadas, uma perda incalculável de biodiversidade, a degradação e erosão dos solos, a salinização ou a perda de lençóis freáticos, desastres físicos de que resultaram desastres humanos de grande dimensão, também pelas dependências desastrosas criadas pelo crédito e o endividamento dos agricultores: êxodos rurais em massa e o surgimento de favelas gigantescas, designadamente no México.

Mas o propósito de Claude Aubert neste livro nada tem de negativo. Pelo contrário, ele apresenta um estimulante balanço, mostrando como a agricultura biológica tem vindo a impor-se ao longo de mais de meio século. Na Europa, a Alemanha e a França são os dois principais consumidores; e Portugal, curiosamente, não está mal situado neste panorama: «em percentagem da superfície total nesse modo de produção na Europa, encontra-se mais de um ponto percentual acima da área em França»… Mas nem por isso o autor deixa de alertar, por exemplo, para aquilo que a industrialização poderá ter de mortífero neste modo de produção, chamando a atenção, em contraponto, para o regresso da *agricultura camponesa*, expressão muito reivindicada em França e com grande peso material e simbólico neste país.

Mancomunidade

Mancomunidade, uma terra livre sem Estado, de Joám Evans Pim (Sacauntos, Ardora, Ediçons Anarquistas, Santiago de Compostela, 2019, com belos desenhos de Álex Rozados e editado em português), é um livro ambicioso e, ao mesmo tempo, de uma desarmante simplicidade de propósitos. Apresentando-se como «uma proposta libertária fundamentada numa organização comunal do território», vai beber à história da Galiza o que esta contém de comunal, em oposição à forma organizativa estatal. É aliás notável a bibliografia que apresenta no fim do volume, a qual revela o marcante interesse de autores espanhóis, e em particular galegos, pelos arcanos e férteis meandros documentais relativos a essa inspiradora história oculta. Seja como for, o autor assevera: «É um facto incontornável que a organização social e territorial sem Estado foi a opção exclusiva no espaço que hoje chamamos Galiza durante a prática totalidade do período de habitação do mesmo.» (p. 73)

Uma boa porção deste estudo é a recuperação «palpável» desse extenso passado. Segundo o autor, «[t]omando como referência os restos da Cova de Eirós, que revelam uma presença de 118.000 anos para o *Homo sapiens neanderthalensis* e de 30.000 para os humanos anatomicamente modernos, e marcando o período de mudança de era e a ocupação romana como momento da primeira organização estatal do território, estamos a falar de 93 % e 98 % da nossa história.» (*id.*)

Vemo-nos assim perante um exercício muito sério de recuperação de um passado de que os livros canónicos não falam, e certamente os escolares ainda menos, com vista a pensar, no presente, possibilidades de um outro mundo social a partir de práticas auto-organizativas, assentes sobretudo na sociabilidade de aldeia e no mundo rural em que as aldeias se inserem.

No prólogo, Lara Barros assinala: «O modelo político-social do capitalismo tem construído uma memória de carácter teleológico em que o progresso, como motor da história, nos trouxe a um presente entendido como cume da civilização, marcado por uma ciência sem limites e um progresso tecnológico ascendente. […] Cumpre ir detrás das pegadas que nos achegariam a outras concepções da sociedade, a outras cosmovisões que se plasmam noutros modelos de organização da vida […]». (p. 12)

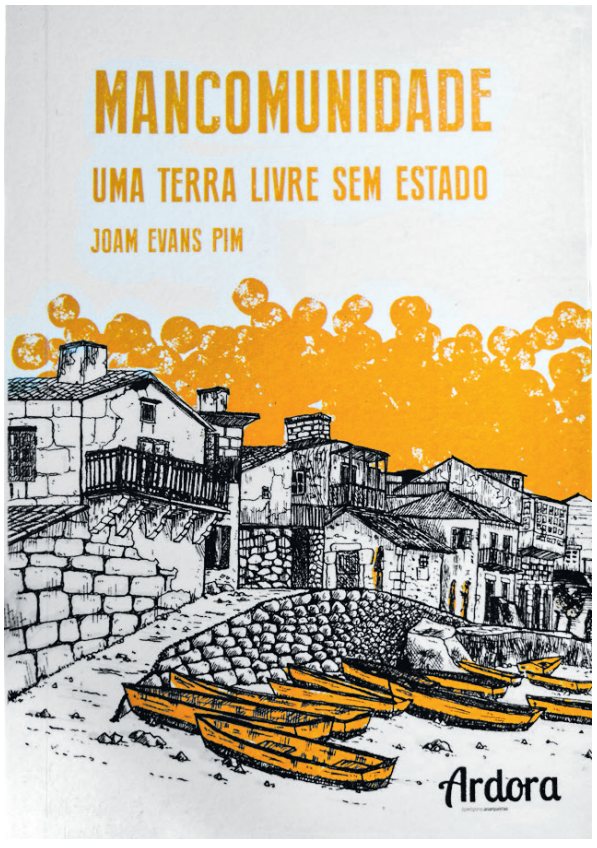
No capítulo dedicado ao «Advento da Mancomunidade», o autor alvitra: «Mais do que uma revolução brusca e determinante, é mais provável que o advento da Mancomunidade decorra de um processo lento de erosão do Estado através de uma multiplicidade de iniciativas.» Para a seguir propor: «Debilitar economicamente e subtrair legitimidade ao Estado através da autoprodução, autogestão e formas de intercâmbio não capitalistas e não fiscalizadas pelo Estado – como as que se podem facilitar, por exemplo, com as moedas sociais – enquanto se criam formas de apoio mútuo que possibilitem a autossuficiência comunitária, é uma tarefa em que toda a gente pode participar, desde crianças até pessoas aposentadas.» (p. 61)

Mancomunidade cria pistas por onde podemos enveredar rumo a esse ideal que esperamos concretizável.

A perspectiva apresenta-se, sem dúvida, bem delineada, e esse parece ser o caminho a trilhar. Mas, sem desprimor, parece encontrar-se ainda num terreno muito virtual. Até agora, são pouco visíveis os exemplos acessíveis em que grupos ou famílias demonstrem capacidades para viver daquilo que criam em espaços rurais autónomos e auto-suficientes, que tem de começar, segundo cremos, pela soberania alimentar local criada por alguma forma de agricultura e/ou pecuária. Ora essa capacidade parece estar ainda distante da experiência da maior parte dos neo-rurais protagonistas, que em geral têm de recorrer a actividades ou trabalhos exteriores.

Em todo o caso, *Mancomunidade* cria pistas por onde podemos enveredar rumo a esse ideal que esperamos concretizável, e a sua aturada análise do caso galego (estudando também a bio-região que a Galiza forma com o Norte de Portugal), relacionado ainda com uma multiplicidade internacional de outros casos, propõe uma séria e meditada busca com vista à melhor compreensão do que falta: *comunidades livres*.

Ibéria Esvaziada
Carlos Taibo
Letra Livre, 2022



Mancomunidade. Uma terra livre sem estado
Joám Evans Pim
Ardora, 2019

NOTAS

1 A colecção «Viver é Preciso» mereceria um artigo à parte, pelo pioneirismo que teve em Portugal nos diversos âmbitos da crítica social e ecológica, adiantando-se a muitos dos conhecimentos e preocupações que hoje temos, e pela particular riqueza dos seus contributos.

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 35
Setembro-Novembro 2022

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, Sofia Pereira*, Diogo Duarte, Soberania Alimentaria, Violeta Aguado Delgado, Lucía Burón, Marina i. Villaverde López, Pau Guerra, Maurício Centurion, André Lemos, Ana Sampaio, Daniel Seabra Lopes, Os Ingovernáveis, João Fialho, Vozes de Dentro, Fernando Antunes Amaral, Jorge Valadas, João Cabaço, Júlio Henriques, Lia, Maria Lis, Godofredo Pereira, Comité de Solidariedade Entre os Povos, Pedro Morais, Sónia Quinche Valencia, Álvaro Fonseca, Carlos Soares, Hans Eickhoff, Sofia V. Paredes, Casemiro Campos, El Salto, Álvaro Minguito, Ana Afonso, Diana Dionísio, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Susana Baeta, Mariana Vieira, Sónia Gabriel
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 35
SETEMBRO-NOVEMBRO 2022
3000 EXEMPLARES

As vozes ocultas

Desde 2021 a Livraria/Biblioteca das Insurgentes – uma livraria itinerante com base na Sirigaita, em Lisboa – dedica-se aos feminismos e à divulgação de livros escritos por mulheres e por todes es oprimides pelo sistema cis-heteropatriarcal.

Ana Viotti. Queer Art labAhac

JORNAL MAPA

Quando e como surgiu a vontade de criar a Livraria das Insurgentes, e que outros projectos serviram de referência para começar?

Até ao ano passado, em Lisboa, não havia uma livraria de género como há, por exemplo, em Roma, a livraria Tuba (desde 2007) e a Antigone (desde 2022); em Madrid, a Librería Mujeres (desde 1983); ou a Prolég, (também já com 30 anos) e a La Raposa (desde 2017), em Barcelona.

Assim, em Fevereiro de 2021, finalmente, e com um atraso de mais ou menos 25 anos, sentimos que, em Lisboa, fazia falta um espaço como estes. Daí, e graças à Sirigaita apoiar e hospedar o projecto, nasceu a Livraria (e a Biblioteca) das Insurgentes e, como as nossas irmãs, temos nas estantes apenas livros escritos por não-homens hétero. Somos feministas e obviamente não acreditamos que a qualidade da produção intelectual esteja de alguma maneira ligada ao género. Mas é mantendo este foco que perseguimos justiça cósmica editorial e que queremos contrariar pela insurgência o dominante centralismo cis-heteropatriarcal (e branco e ocidental) que ainda hoje assombra pessoas, categoriza as suas produções e estereotipiza as narrativas em torno delas.

A nossa escolha é também pessoal: a falta de caracteres femininos de relevo foi muitas vezes razão para desistir de um livro ou de um filme. Por exemplo, *As oito montanhas,* de Paolo Cognetti é um texto muito bom que, em 2017, ganhou o Prémio Strega (prestigiosa distinção literária em Itália). O único grande desgosto que me deu esse livro foi a personagem de Lara, também a única mulher da história (excepto a mãe do protagonista, claro) e tanto namorada do protagonista quanto, a seguir, do seu melhor amigo. Nesta preciosa história, ninguém olhou para Lara com verdadeira curiosidade, nem houve espaço para saber o que ela desejou. Lara foi um mero peão ao serviço da uma escrita que só nos fala sobre um homem numa montanha, comendo queijo, com o seu amigo de infância. Tudo bem, mas, então, preferimos *Brokeback Mountain*, da Annie Proulx.

O auspício é claro: a todes nós que engolimos do mesmo veneno deste aparato social, esperamos que o nosso arquivo devolva a leveza e o prazer de ler e de se reconhecer nas experiências e resoluções des outres; que nos faça sentir que outros caminhos de luta, resistência e insurgência são possíveis; com a firme convicção de que qualquer caminho, antes de ser percorrido, terá sempre que ser imaginado.

Que actividades, para além da livraria, têm usado para visibilizar as autoras femininas e não-binárias no mercado editorial e conquistar o espaço que é predominantemente dominado por autores masculinos?

Com a criação da livraria e da biblioteca, surgiu também a urgência e a vontade de organizar actividades e eventos na nossa casa Sirigaita e em outros espaços. O evento organizado em colaboração com a Casa da Achada sobre escritoras ciganas é um exemplo destas actividades em que tencionamos dar maior visibilidade a autoras femininas e não-binárias. Olga Mariano, mediadora, poetisa e activista, esteve presente neste evento, apresentando o seu livro *Pedaços de Mim*.

Outra actividade significativa para o nosso projecto foi a visita guiada na feira do livro de Lisboa 2021 cujo tema foi "Vozes de escritoras africanas e afrodescendentes na feira do livro". A intenção foi a de passear pela feira do livro à procura de autoras africanas e afro-descendentes. Voltamos a organizar esta visita guiada neste ano na feira do livro de Lisboa 2022, desta vez com um enfoque mais específico, o de procurar autoras africanas com um olhar mais politizado/feminista.

A colaboração com o colectivo Manas tornou-se um ponto essencial na existência do projecto das Insurgentes. Manas é um coletivo de mulheres que usam drogas, migrantes, trabalhadoras de sexo e/ou que vivem na rua, com trabalhos precários e dificuldade de acesso a cuidados de saúde, um grupo que se reúne todas as semanas na Sirigaita, baseado na autogestão, no apoio mútuo e na sororidade. Com o colectivo Manas, organizamos *workshops* de escrita criativa com a poetisa e activista Chei. O resultado destes *workshops* será um conjunto de fanzines que contêm poesias escritas pelas mulheres do colectivo Manas: o primeiro fanzine, intitulado *Sonho, sobrevivência*, já está disponível. O evento que organizámos com o colectivo Vozes de Dentro, um grupo de apoio a pessoas presas, foi também uma actividade fundamental para a divulgação das cartas escritas por mulheres presas a denunciar a realidade obscurecida das prisões em Portugal.

De todas as vozes esquecidas e ocultas que se encontram no catálogo da livraria e da biblioteca, quais aquelas que recomendam como leitura indispensável para inspirar as insurgências do presente?

Imediatamente, sugerimos as mais recentes fanzines: *Cartas insubmissas*, editadas pelo colectivo Vozes de Dentro, em que testemunhamos desabafos, vivências e denúncias formais da vida de várias mulheres encarceradas em Portugal, dando voz a todas as pessoas que sofrem esta tortura quotidiana de privação de liberdade. [parte das cartas que o MAPA tem vindo a publicar]

Tal como a primeira fanzine das PUETAS EMPEDRADAS, *Sonho, Sobrevivências*, fruto de várias sessões de produção criativa colectiva, que levaram a poemas de uma profundidade a ser descoberta.

Ainda indispensável conhecer a poeta, artista, mediadora cultural, e parte de vários projectos culturais, Olga Mariano, que na sua reedição de *PEDAÇOS DE MIM*, pinta a cultura cigana na paisagem nacional, integrando-a no sistema educativo de todes es jovens.

São estas algumas das obras que podíamos recomendar para pontapear preconceitos e estereótipos por contrariar.

MAPA BORRADO

OS MOTES DE COVAS DO BARROSO
« O TESTAMENTO DE UM BURRO AOS SEUS INIMIGOS »
UMA VELHA TRADIÇÃO NALGUMAS ALDEIAS DO BARROSO EM QUE O BURRO É DESMANCHADO E OFERECIDO AOS FIGURÕES DA TERRA COM QUADRAS DE RECOMENDAÇÃO
EIS ALGUNS EXCERTOS DE UMA VERSÃO ACTUALIZADA:
DE QUE MORREU NÃO SEI MAS TENHO A FIRME CERTEZA ...
SAVANAHY
ENABLING EUROPE TRANSITION
... SER OBRA DO BOLO REI OFERECIDO PELA EMPRESA
TU FICAS COM A CARA PARA VER SE AÍ GANHAS VERGONHA
JOANA PRAZERES SAVANAT
LEVAS OS INTESTINOS QUE OS TEUS TÃO TODOS ROTOS DE TANTA MERDA FAZER...
MINIS-TERIO
LEVAS OS OSSOS PARA GRELHAR QUE A MAMA PODE TARDAR
ALEXANDRE LIMA AURORA LITHIUM
DOU-VOS AS PATAS É UM FAVOR QUE VOS FAÇO NO FOCINHO
APA
NOS JORNAIS E TELEVISÕES PINTAM-NOS COMO UNS TOLINHOS QUE VIVEM ATRÁS DOS TORUDS SOMOS UNS ATRASADINHOS
MAS DEPOIS JÁ VÊM FALAR DE SECA EXTREMA E SEM QUERER DÃO-NOS RAZÃO NESTA LUTA QUE TRAVAMOS
POIS É
NÃO OS JULGUEIS INOCENTES, SABEM O QUE FAZEM E O MAL QUE SERIA SE AS MINAS AVANÇASSEM
E DEPOIS DO MAL ESTAR FEITO NÃO ADIANTA CHORAR
BURRO MORTO, CEVADA NO RABO! COMO É COSTUME FALAR...
VARGAS/UDCB '22
PARA AS TALHADAS COMPLETAS CONSULTAR:
http://www.facebook.com/unidosemdefesadecovasdobarroso/videos/os-motes-de-covas-do-barroso-o-testamento-de-um-burro-aos-seus-inimigos